

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis	1
---	---

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	2
2.3 - Outras informações relevantes	3

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	4
3.2 - Medições não contábeis	5
3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras	6
3.4 - Política de destinação dos resultados	7
3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido	8
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	9
3.7 - Nível de endividamento	10
3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento	11
3.9 - Outras informações relevantes	12

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	13
4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco	16
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	17
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	33
4.5 - Processos sigilosos relevantes	34
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	35
4.7 - Outras contingências relevantes	36
4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	37

5. Risco de mercado

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado	38
--	----

Índice

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado	41
5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado	42
5.4 - Outras informações relevantes	43

6. Histórico do emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	44
6.3 - Breve histórico	45
6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas	46
6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	47
6.7 - Outras informações relevantes	48

7. Atividades do emissor

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas	49
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais	51
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais	52
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	55
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades	56
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	57
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades	58
7.8 - Relações de longo prazo relevantes	59
7.9 - Outras informações relevantes	60

8. Grupo econômico

8.1 - Descrição do Grupo Econômico	61
8.2 - Organograma do Grupo Econômico	62
8.3 - Operações de reestruturação	63
8.4 - Outras informações relevantes	64

9. Ativos relevantes

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros	65
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados	66

Índice

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia	67
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades	68
9.2 - Outras informações relevantes	70

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	71
10.2 - Resultado operacional e financeiro	94
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	96
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	97
10.5 - Políticas contábeis críticas	100
10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor	101
10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	102
10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	103
10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	104
10.10 - Plano de negócios	105
10.11 - Outros fatores com influência relevante	107

11. Projeções

11.1 - Projeções divulgadas e premissas	108
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	109

12. Assembleia e administração

12.1 - Descrição da estrutura administrativa	110
12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	112
12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76	113
12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	115
12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	116
12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	117
12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração	119
12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores	120

Índice

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	124
12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	130
12.12 - Outras informações relevantes	131

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	132
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	134
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	137
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	139
13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	140
13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	141
13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	142
13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	143
13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções	144
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	145
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	146
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	147
13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	148
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	149
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	150
13.16 - Outras informações relevantes	151

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos	152
14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	154
14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	155

Índice

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	156
15. Controle	
15.1 / 15.2 - Posição acionária	157
15.3 - Distribuição de capital	195
15.4 - Organograma dos acionistas	196
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	197
15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	198
15.7 - Outras informações relevantes	199
16. Transações partes relacionadas	
16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas	200
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	201
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	206
17. Capital social	
17.1 - Informações sobre o capital social	207
17.2 - Aumentos do capital social	208
17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações	209
17.4 - Informações sobre reduções do capital social	210
17.5 - Outras informações relevantes	211
18. Valores mobiliários	
18.1 - Direitos das ações	212
18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública	214
18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto	215
18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados	216
18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos	218
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	222

Índice

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	223
18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	224
18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	225
18.10 - Outras informações relevantes	226
19. Planos de recompra/tesouraria	
19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor	227
19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria	228
19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social	230
19.4 - Outras informações relevantes	231
20. Política de negociação	
20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários	232
20.2 - Outras informações relevantes	233
21. Política de divulgação	
21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	234
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	235
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	236
21.4 - Outras informações relevantes	237
22. Negócios extraordinários	
22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor	238
22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	239
22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	240
22.4 - Outras informações relevantes	241

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis**Nome do responsável pelo conteúdo do formulário****Pericles Pereira Druck****Cargo do responsável**

Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário**Odivan Carlos Cargnin****Cargo do responsável**

Diretor de Relações com Investidores

Os diretores acima qualificados, declaram que:

a. reviram o formulário de referência

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	385-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
CPF/CNPJ	49.928.567/0015-17
Período de prestação de serviço	21/03/2007
Descrição do serviço contratado	Serviços de auditoria das demonstrações financeiras.
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	A remuneração dos auditores independentes relativa ao último exercício social, findo em 31.12.2010 corresponde ao montante de R\$ 329.562,74, referente a serviços de auditoria das demonstrações financeiras prestados. Não houve prestação de serviços que não estejam relacionados com Auditoria das Demonstrações Financeiras.
Justificativa da substituição	Decisão da administração
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	não há.

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Roberto Wagner Promenzio	21/03/2007	633.231.338-20	Rua Dona Francisca,, 260, Centro, Joinville, SC, Brasil, CEP 89201-250, Telefone (47) 30255155, Fax (47) 30255155, e-mail: rpromenzio@deloitte.com

2.3 - Outras informações relevantes

2.3 Outras informações relevantes:

Todas as informações já foram divulgadas acima.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (31/12/2010)	Exercício social (31/12/2009)	Exercício social (31/12/2008)
Patrimônio Líquido	467.130.000,00	442.721.000,00	0,00
Ativo Total	1.144.760.000,00	1.062.465.000,00	0,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	442.686.000,00	349.997.000,00	0,00
Resultado Bruto	41.902.000,00	45.687.000,00	0,00
Resultado Líquido	34.361.000,00	21.952.000,00	0,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	8.089.798	8.098.898	0
Valor Patrimonial de Ação (Reais Unidade)	57,740000	54,660000	0,000000
Resultado Líquido por Ação	4,690900	3,134700	0,000000
Resultado Líquido por Ação Preferencial	5,16	3,45	0,00

3.2 - Medições não contábeis

3.2. a) Medições não contábeis e b) conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas:

Cálculo do EBITDA Ajustado	Em 31 de dezembro de		
	2010	2009	2008
Receita Bruta (reais)	575.493.000,00	482.978.000,00	485.632.000,00
Receita Líquida Total (reais)	447.472.000,00	376.879.000,00	388.391.000,00
Resultado Operacional (reais)	39.765.000,00	40.116.000,00	(81.538.000,00)
(+) Variação do valor justo dos ativos biológicos (reais)	(50.738.000,00)	(3.696.000,00)	-
(+) Exaustão (reais)	16.212.000,00	25.001.000,00	-
(+) Depreciações e Amortizações (reais)	34.801.000,00	37.281.000,00	36.306.000,00
(+) Provisão para perdas e para contingências (reais)	9.432.000,00	4.581.000,00	10.238.000,00
(+) Item não recorrente (reais)	-	1.645.000,00	2.316.000,00
(-) Receitas financeiras (reais)	(35.409.000,00)	(75.538.000,00)	(36.746.000,00)
(+) Despesas financeiras (reais)	78.153.000,00	62.950.000,00	127.935.000,00
(=) EBITDA Ajustado (reais)	92.216.000,00	92.340.000,00	58.511.000,00
Margem de EBITDA Ajustado %	20,6%	24,5%	15,1%

3.2. c) O EBITDA é utilizado como uma medida de desempenho por nossa Administração, motivo pelo qual entendemos ser importante a sua inclusão neste formulário. A administração da Companhia acredita que o EBITDA é uma medida prática para aferir seu desempenho operacional e permitir uma comparação com outras companhias do mesmo segmento. De acordo com o Ofício Circular CVM 1/2005, o EBITDA pode ser definido como lucros antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização e resultados não operacionais. Nosso EBITDA Ajustado consiste no lucro antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização, resultados não operacionais e itens não recorrentes. O EBITDA é o resultado operacional adicionado das (receitas) e despesas financeiras líquidas e de depreciações, exaustões e amortizações. O EBITDA não é uma medida utilizada nas práticas contábeis adotadas no Brasil, não representando o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como sendo uma alternativa ao lucro líquido na qualidade de indicador do nosso desempenho operacional ou como uma alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem um significado padronizado e nossa definição de EBITDA pode não ser comparável ao EBITDA ou EBITDA ajustado conforme definido por outras Companhias. Ainda que o EBITDA não forneça, de acordo com as práticas contábeis utilizadas no Brasil uma medida do fluxo de caixa operacional, nossa administração o utiliza para mensurar nosso desempenho operacional. Adicionalmente, entendemos que determinados investidores e analistas financeiros utilizam o EBITDA como indicador do desempenho operacional de uma Companhia e/ou de seu fluxo de caixa.

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

3.3. Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente:

Não houve eventos subsequentes que alteraram substancialmente as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31.12.2010.

3.4 - Política de destinação dos resultados

3.4. Política de destinação dos resultados dos 3 últimos exercícios sociais:

	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2008
a) Regras sobre retenção de lucros	Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto de renda. Após as deduções, poderá ser destacada uma participação aos administradores, a critério do Conselho de Administração, não superior a 10% dos lucros remanescentes. Do lucro líquido resultante, 5% será destinado à Reserva Legal e uma importância destinada à formação da reserva para contingências.	Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto de renda. Após as deduções, poderá ser destacada uma participação aos administradores, a critério do Conselho de Administração, não superior a 10% dos lucros remanescentes. Do lucro líquido resultante, 5% será destinado à Reserva Legal e uma importância destinada à formação da reserva para contingências.	Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto de renda. Após as deduções, poderá ser destacada uma participação aos administradores, a critério do Conselho de Administração, não superior a 10% dos lucros remanescentes. Do lucro líquido resultante, 5% será destinado à Reserva Legal e uma importância destinada à formação da reserva para contingências.
b) Regras sobre distribuição de dividendos	O Estatuto Social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido ajustado seja, anualmente, distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.	O Estatuto Social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido ajustado seja, anualmente, distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.	O Estatuto Social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido ajustado seja, anualmente, distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.
c) Periodicidade das distribuições de dividendos	Anual	Anual	Anual
d) Restrições à distribuição de dividendos	Existem contratos bancários com cláusulas de restrição à distribuição de dividendos superior ao mínimo legal.	Existem contratos bancários com cláusulas de restrição à distribuição de dividendos superior ao mínimo legal.	Existem contratos bancários com cláusulas de restrição à distribuição de dividendos superior ao mínimo legal.

Nos três últimos exercícios houve somente retenções de lucros que estão informadas no item 3.5 abaixo.

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2010		Exercício social 31/12/2009		Exercício social 31/12/2008	
Lucro líquido ajustado	38.921.000,00		15.482.000,00			
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado	25,000000		25,000000			
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor	8,330000		17,180000			
Dividendo distribuído total	9.730.169,62		3.870.058,57			
Lucro líquido retido	29.190.508,85		8.543.282,86			
Data da aprovação da retenção	29/04/2011		30/04/2010			

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Dividendo Obrigatório						
Ordinária	8.893.804,18	31/05/2011	3.536.018,09	31/05/2010		
Preferencial	836.365,44	31/05/2011	334.040,48	31/05/2010		

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas**3.6. Dividendos declarados a conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores:**

Não houve nos exercícios sociais encerrados em 31.12.2010, 31.12.2009 e 31.12.2008 distribuição de dividendos declarados à conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores.

	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2008
Lucros Retidos	Não há	Não há	Não há
Reservas Constituídas	Não há	Não há	Não há

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Montante total da dívida, de qualquer natureza	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2010	677.630.000,00	Índice de Endividamento	1,45000000	
	677.630.000,00	Outros índices	3,04000000	É calculado através da razão Dívida Líquida Bancária/EBITDA. A Companhia entende que o índice Dívida Líquida/EBITDA é mais adequado para a correta compreensão da situação financeira e do nível de endividamento da Companhia, por representar mais apropriadamente a capacidade de pagamento da Companhia, pois reflete o resultado operacional contábil sem o efeito de itens não caixa relevantes (como depreciação e exaustão). A Dívida Líquida é calculada conforme item 10.1 b) deste Formulário de Referência.

3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento

Exercício social (31/12/2010)					
Tipo de dívida	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Garantia Real	127.700.000,00	116.109.000,00	84.209.000,00	3.186.000,00	331.204.000,00
Quirografárias	81.996.000,00	9.587.000,00	15.853.000,00	238.990.000,00	346.426.000,00
Total	209.696.000,00	125.696.000,00	100.062.000,00	242.176.000,00	677.630.000,00
Observação					

3.9 - Outras informações relevantes

3.9. Outras informações relevantes:

As colunas relativas ao exercício de 2008 do item 3.1 não foram preenchidas, pois se tratam de informações não comparáveis, devido à adoção pela Companhia das normas internacionais de contabilidade pela primeira vez para o exercício de 2010, comparativamente ao exercício de 2009.

Não há outras informações relevantes.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

4.1. Fatores de risco que podem influenciar a decisão de investimento em valores mobiliários de emissão da Companhia:

a) Com relação à Companhia
Dificuldade em atrair, reter e manter pessoal qualificado pode afetar os resultados operacionais e a situação financeira A capacidade da IRANI em manter sua posição competitiva depende em larga escala dos serviços de sua alta administração. A Companhia não pode garantir que terá sucesso em atrair e manter pessoal qualificado para integrar sua alta administração. A perda de membros ou a incapacidade de atrair e manter pessoal adicional para integrá-la, pode ter um efeito adverso sobre sua situação financeira e seus resultados operacionais.
Disponibilidade de energia e matéria-prima florestal O Brasil enfrentou escassez de geração de energia elétrica no passado, principalmente em virtude de períodos prolongados e rigorosos de estiagem que prejudicaram a geração de energia hidrelétrica, bem como em virtude de falta de investimentos em geração de energia. Períodos de estiagem prolongados ou crescimento considerável de demanda por energia no futuro poderão dar causa a novos períodos de escassez e/ou de racionamento de energia, acarretando redução dos volumes de produção da IRANI e afetando a cadeia produtiva do setor. Da mesma forma a necessidade de matéria-prima de base florestal é imprescindível para manutenção e incremento de produção.
Decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos podem causar efeitos adversos para a Companhia A Companhia figura como parte em diversos processos judiciais e administrativos que tratam de questões de natureza tributária, trabalhista, cível e ambiental. Não há provisionamento para todas as ações em que a IRANI figura como parte e que são consideradas com chances de êxito possível pelos nossos consultores jurídicos, e as provisões contabilizadas pela Companhia podem não ser suficientes para satisfazer o valor total que esta poderia ser chamada a honrar. Resultados desfavoráveis no âmbito desses processos podem afetar negativamente os resultados e a situação financeira da IRANI.
O crescimento futuro da IRANI poderá exigir aporte de recursos e investimentos adicionais, que poderão não estar disponíveis ou, caso disponíveis, poderão não sê-lo em condições satisfatórias (restrição de crédito) A IRANI espera realizar investimentos a fim de implementar suas estratégias de crescimento. Tais estratégias dependem de uma série de condições que estão fora de seu controle. A IRANI espera financiar uma parcela substancial de seus investimentos com seu fluxo de caixa operacional. No entanto, não pode assegurar que irá gerar fluxo de caixa e que tais recursos serão suficientes para financiar os investimentos necessários. Nesse caso, a IRANI pode ser obrigada a levantar recursos adicionais. A Companhia não pode assegurar a disponibilidade desses recursos adicionais ou, se disponíveis, que os mesmos serão em condições e montantes satisfatórios. A falta de acesso a tais recursos em condições e montantes satisfatórios poderá restringir o crescimento e desenvolvimento futuros das atividades da IRANI, o que poderia afetar adversamente sua condição de honrar suas obrigações.
Eventos da Natureza A Companhia pode ser afetada por eventos da natureza, como vendavais e enchentes, que interrompam sua produção e produzam efeitos adversos relevantes em seu desempenho operacional e geração de caixa.
A Companhia pode ser responsável por perdas e danos causados a terceiros, inclusive danos ambientais, sendo que os seguros contratados podem ser insuficientes para cobrir tais perdas e danos. A Companhia e suas controladas podem ser responsabilizadas por perdas e danos causados a terceiros. A Companhia não pode garantir que suas apólices de seguro serão suficientes em todas as circunstâncias ou contra todos os riscos. A ocorrência de um sinistro significativo não segurado ou indenizável, parcial ou integralmente, ou a não observância dos subcontratados da Companhia e suas controladas em cumprir obrigações indenizatórias assumidas perante a Companhia e suas controladas ou em contratar seguros, pode ter um efeito adverso. Além disso, a Companhia não pode assegurar que será capaz de manter apólices de seguro a taxas comerciais razoáveis ou em termos aceitáveis no futuro. Estes fatores podem gerar um efeito adverso para a Companhia.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

b) Com relação ao seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

Interesses do acionista controlador da Companhia podem conflitar com interesses de investidores.

O acionista controlador da Companhia tem poderes para determinar os resultados de deliberações que exijam aprovação dos acionistas, em consequência, possibilidade de eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração que aprovam as principais deliberações.

c) Com relação aos seus acionistas

Os acionistas da Companhia podem não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio

De acordo com seu Estatuto Social, a Companhia deve pagar a seus acionistas 25% do lucro líquido anual ajustado sob a forma de dividendo obrigatório. O lucro líquido pode não ser distribuído, utilizado para compensar prejuízo ou então retido, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, podendo não ser disponibilizado para pagamento de dividendos.

A baixa liquidez das ações poderá limitar a capacidade de venda das ações da Companhia pelo preço e no momento desejado

A Companhia tem free float de aproximadamente 11% do total de ações. Por este motivo são poucas as negociações no mercado de ações da Companhia, propiciando baixa liquidez das mesmas. Desta forma, a baixa liquidez das ações da Companhia poderá limitar a capacidade de vendas e também interferir no preço das negociações pretendidas pelos investidores, bem como inviabilizar negociações no prazo pretendido pelos investidores da Companhia.

d) Com relação às suas controladas e coligadas

A Companhia identifica riscos ambientais, sociais e de mercado na controlada Habitasul Florestal S.A. que podem afetar seu resultado operacional e por consequência os resultados da Companhia.

e) Com relação a seus fornecedores

Aumento nos preços das matérias-primas pode elevar o custo operacional e reduzir os lucros da Companhia

As principais matérias-primas envolvidas no processo produtivo são madeira reflorestada e aparas de papelão (reciclado). Variações adversas nos preços das matérias-primas devido a condições desfavoráveis no mercado poderão ocasionar custos operacionais extras reduzindo desta forma os lucros da Companhia.

f) Com relação a seus clientes

Instabilidade econômica mundial pode provocar redução no consumo e consequentemente os clientes podem restringir ou diminuir os volumes de compras

Os principais produtos produzidos e comercializados pela Companhia estão diretamente relacionados ao mercado consumidor brasileiro e mundial. Eventos que gerem instabilidade na economia mundial e que provoquem reduções de consumo podem gerar os mesmos efeitos nos volumes de venda da Companhia, e consequentemente na sua situação financeira e resultados operacionais.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

g) Com relação aos setores de atuação

Os preços do papel são cíclicos e estão sujeitos a fatores que estão fora do controle da IRANI. A variação negativa dos preços do papel pode afetar as receitas e os resultados operacionais da IRANI

O desempenho do setor de papel tem natureza cíclica, sendo influenciado principalmente pelos períodos de expansão e retração da economia mundial. A expansão da economia faz com que a demanda por papel aumente e os estoques mundiais do produto diminuam, causando o aumento dos preços no mercado internacional. Por outro lado, a retração da economia gera a diminuição da demanda pelo produto e o aumento dos estoques mundiais, resultando na redução dos preços praticados no mercado internacional. Outros fatores também influenciam os preços dos produtos fabricados pela IRANI, tais como a capacidade de produção mundial, as estratégias adotadas pelos principais produtores mundiais e a disponibilidade de substitutos para tais produtos. Um declínio no preço do papel no mercado internacional pode afetar negativamente a condição financeira e os resultados operacionais.

O setor de papel e embalagem é altamente competitivo. A IRANI poderá perder participação de mercado caso não seja capaz de manter-se competitiva com relação aos seus principais concorrentes

A IRANI sofre intensa concorrência em todos os segmentos em que atua. Alguns dos concorrentes da IRANI são maiores e têm maior capacidade de produção e acesso ao mercado financeiro e de capitais a custos menores e prazos maiores do que aqueles disponíveis à IRANI, o que lhes confere vantagens competitivas. A IRANI sofre a concorrência de diversos fabricantes de menor porte que atuam no mercado informal, o que lhes confere vantagens econômicas, pois seus custos são menores que aqueles incorridos pela IRANI. Não há garantias de que a IRANI conseguirá se manter competitiva nos mercados em que atua. Caso a IRANI não seja capaz de manter sua posição dentre as líderes destes mercados, sua condição financeira e resultados operacionais poderão ser adversamente afetados.

h) Com relação à regulação do setor de atuação

A IRANI poderá incorrer em custos maiores decorrentes do cumprimento da legislação ambiental

A IRANI está sujeita a rigorosas leis e regulamentos ambientais na esfera federal, estadual e municipal. Esse conjunto de regras contém complexas normas de controle ambiental, dentre as quais se destacam as que tratam do armazenamento e descarga de materiais perigosos, manejo florestal e da emissão de poluentes líquidos, sólidos e gasosos. O descumprimento dessas leis ou regulamentos, ou a ocorrência de acidentes que afetem o meio-ambiente, pode resultar em sanções de natureza administrativa, civil e/ou criminal com multas em valor expressivo, obrigações de indenizar e/ou desembolsos financeiros por parte da IRANI, os quais podem afetar adversamente os seus resultados operacionais e sua condição financeira.

i) Com relação aos países estrangeiros

As exportações da Companhia estão sujeitas a riscos ligados a operações internacionais

Algumas operações da Companhia são com o mercado externo e representaram em 2010 11% da Receita Operacional Líquida. Desta forma a Companhia está sujeita a fatores que independem de seu controle como a variação das taxas de câmbio, a imposição de restrições comerciais e controles cambiais, a imposição de regimes regulatórios estrangeiros etc. O desempenho financeiro das operações internacionais da Companhia depende da união desses fatores e poderá prejudicar os negócios deste mercado, na relação de receita que ele representa.

4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco

4.2. Expectativas de redução ou aumento na exposição a riscos relevantes:

A Companhia tem como prática a análise constante dos riscos aos quais está exposta e que possam afetar seus negócios, situação financeira e os resultados das suas operações de forma adversa. Estamos constantemente monitorando mudanças no cenário macro-econômico e setorial que possam influenciar nossas atividades, através de acompanhamento dos principais indicadores de desempenho. Mudanças da economia mundial, com um enfraquecimento do seu crescimento e impacto na economia local podem aumentar os riscos mencionados na seção 4.1.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

4.3. Processos judiciais, administrativos e arbitrais em que a Companhia ou suas controladas são partes, são relevantes para seus negócios e não estão sob sigilo:

A Companhia ou suas controladas figuram como parte em ações na esfera judicial relacionadas a matérias tributária, cível, trabalhista e ambiental, e processos na esfera administrativa de natureza tributária.

Na opinião de seus advogados e consultores legais, a Companhia mantém provisão suficiente em seus balanços referentes a perdas decorrentes de litígios com base na probabilidade estimada dessas perdas. Abaixo seguem de forma sintética as matérias discutidas nos litígios judiciais e administrativos da Celulose Irani S.A. e suas controladas.

l) Tributários

Com relação aos Processos de natureza tributária, a Companhia possui processos administrativos e judiciais onde se encontra no pólo passivo dos mesmos, os quais têm por objeto discussões referentes a créditos de tributos e compensações realizadas, da mesma forma que possui ações tributárias em que consta no pólo ativo, onde se discute o pagamento indevido de tributos, visando a declaração de inexigibilidade destes, bem como a recuperação desses valores.

Todas as ações em que a Companhia é parte são oriundas do curso normal dos seus negócios, havendo ações em que a chance de perda é provável e outras em que a chance de perda é possível.

Segue abaixo o detalhamento de algumas ações que a Companhia entende serem relevantes:

I.I) Execução Fiscal na qual é parte autora o Estado de Santa Catarina e que tem como objeto de discussão suposta transferência de crédito irregular de ICMS no valor de R\$ 1.305.000,00.

Processo: 055.04.000648-9	
a. juízo	Vara Única de Rio Negrinho
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	23/03/2004
d. partes no processo	Exeqüente: Estado de Santa Catarina Executado: Celulose Irani S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 1.305.000,00
f. principais fatos	Após a citação, a Companhia ofereceu bens a penhora, para assim garantir a execução e oferecer os respectivos embargos. No dia 29/09/10 a Companhia protocolou pedido de substituição de penhora, sendo que atualmente encontra-se aguardando análise por parte do respectivo MM Juiz de Direito.
g. chance de perda:	Provável
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Em se confirmando a perda haverá desembolso do montante para liquidação do processo, afetando o fluxo de caixa da Companhia. O valor foi contabilmente reconhecido e divulgado nas Demonstrações Financeiras da Companhia.
i. valor provisionado, se houver provisão	R\$ 1.305.000,00

I.II) Três Processos Administrativos nos quais a Companhia realiza a compensação de tributos federais referente às suas operações com créditos de IPI sobre aquisição de aparas, fazendo um montante total de R\$63.003.000,00 (Imposto R\$28.635.000,00; Juros R\$12.892.000,00; Multa R\$21.476.000,00). Do valor total do imposto, R\$

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

2.033.000,00 foi cancelado pelo julgamento da impugnação Administrativa, permanecendo saldo de R\$ 26.602.000,00 (valor do imposto).

Em novembro de 2009 a companhia optou pela utilização do benefício da MP 470/09 para liquidar cerca de 66% do valor total do Imposto (R\$ 17.613.000,00), através do pagamento do mesmo com prejuízo fiscal.

Do saldo remanescente do imposto desses Processos 36% está sendo incluído no Parcelamento da Lei 11.941/09 (R\$ 3.253.000,00), que já está sendo adimplido mensalmente, e os outros 64% (R\$ 5.736.000,00) continuam em discussão administrativa tendo uma chance perda possível, conforme tabela abaixo:

Processo	Valor de Saldo do Processo Administrativo
11080.009904/2006-78	R\$ 2.718.000,00
11080.009902/2006-89	R\$ 726.000,00
11080.009905/2006-12	R\$ 2.292.000,00
Valor Total	R\$ 5.736.000,00

Processo: 11080.009904/2006-78	
a. juízo	Secretaria da Receita Federal de Barueri
b. instância	2ª Instância da Esfera Administrativa – Conselho de Contribuintes
c. data de instauração	23/03/2004
d. partes no processo	Órgão Notificante: Secretaria da Receita Federal Notificado: Celulose Irani S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 12.574.000,00 (Imposto: R\$ 5.568.000,00; Juros: R\$ 2.830.000,00; Multa: R\$ 4.176.000,00)
f. principais fatos	Após o recebimento da notificação, foi apresentada impugnação, a qual foi julgada procedente em parte ocasionando o cancelamento parcial da notificação no valor de R\$ 1.108.000,00 do valor do Imposto. Após recebido, protocolou Recurso Voluntário junto ao Conselho de Contribuintes. A companhia, no mês de novembro de 2009, optou pela utilização do benefício da MP 470/09 para liquidar cerca de 15% (R\$ 666.000,00) do valor total do imposto, através do pagamento do mesmo com prejuízo fiscal. Do saldo remanescente do Imposto 28% (R\$1.076.000,00) está sendo incluído no Parcelamento da Lei 11.941/09, que já está sendo adimplido mensalmente, e os outros 72% (R\$ 2.718.000,00) continuam em discussão administrativa tendo uma chance de perda possível.
g. chance de perda:	Possível em relação ao saldo remanescente
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda do processo o impacto será o desembolso do valor de seu saldo remanescente para liquidação (R\$ 2.718.000,00 acrescidos de juros e multa) afetando o fluxo de caixa e os resultados da Companhia.
i. valor provisionado, se houver provisão	R\$ 0,00

Processo: 11080.009902/2006-89	
a. juízo	Secretaria da Receita Federal de Joaçaba
b. instância	2ª Instância da Esfera Administrativa – Conselho de Contribuintes

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

c. data de instauração	20.11.2006
d. partes no processo	Órgão Notificante: Secretaria da Receita Federal Notificado: Celulose Irani S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 4.090.000,00 (Imposto: R\$ 1.952.000,00; Juros: R\$ 674.000,00; Multa: R\$ 1.464.000,00)
f. principais fatos	Após o recebimento da notificação, foi apresentada impugnação, a qual foi julgada procedente em parte ocasionando o cancelamento parcial da notificação no valor de R\$ 794.000,00 do valor do Imposto. Após recebido, protocolou Recurso Voluntário junto ao Conselho de Contribuintes. A companhia, no mês de novembro de 2009, optou pela utilização do benefício da MP 470/09 para liquidar cerca de 34% (R\$395.000,00) do valor total do imposto, através do pagamento do mesmo com prejuízo fiscal. Do saldo remanescente do imposto 4,7% (R\$36.000,00) está sendo incluído no Parcelamento da Lei 11.941/09, que já está sendo adimplido mensalmente, e os outros 95,3% (R\$ 726.000,00) continuam em discussão administrativa tendo uma chance de perda possível.
g. chance de perda:	Possível em relação ao saldo remanescente
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda do processo o impacto será o desembolso do valor de seu saldo remanescente para liquidação (R\$ 726.000,00 acrescidos de juros e multa) afetando o fluxo de caixa e os resultados da Companhia.
i. valor provisionado, se houver provisão	R\$ 0,00

Processo: 11080.009905/2006-12	
a. juízo	Secretaria da Receita Federal de Joaçaba
b. instância	2ª Instância da Esfera Administrativa – Conselho de Contribuintes
c. data de instauração	20.11.2006
d. partes no processo	Órgão Notificante: Secretaria da Receita Federal Notificado: Celulose Irani S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 46.339.000,00 (Imposto: R\$ 21.115.000,00; Juros: R\$ 9.387.000,00; Multa: R\$ 15.837.000,00)

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

f. principais fatos	Após o recebimento da notificação, foi apresentada impugnação, a qual foi julgada procedente em parte ocasionando o cancelamento parcial da notificação no valor de R\$ 131.000,00 do valor do Imposto. Após recebido, protocolou Recurso Voluntário junto ao Conselho de Contribuintes. A companhia, no mês de novembro de 2009, optou pela utilização do benefício da MP 470/09 para liquidar cerca de 78,8% (R\$16.552.000,00) do valor total do imposto, através do pagamento do mesmo com prejuízo fiscal. Do saldo remanescente do imposto 48% (R\$2.140.000,00) está sendo incluído no Parcelamento da Lei 11.941/09, que já está sendo adimplido mensalmente, e os outros 52% (R\$ 2.292.000,00) continuam em discussão administrativa tendo uma chance de perda possível.
g. chance de perda:	Possível em relação ao saldo remanescente
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda do processo o impacto será o desembolso do valor de seu saldo remanescente para liquidação (R\$ 2.292.000,00 acrescidos de juros e multa) afetando o fluxo de caixa e os resultados da Companhia.
i. valor provisionado, se houver provisão	R\$ 0,00

I.III) O Processo Administrativo nº 10925.000172/2003-66, trata-se de auto de infração lavrado pela Receita Federal por suposta irregularidade na compensação de crédito tributário relativo a IPI – TRD. A IRANI possui decisão administrativa que demonstra o seu direito ao referido crédito, porém a Receita Federal alega que a Companhia utilizou crédito maior.

Processo: 10925.000172/2003-66	
a. juízo	Secretaria da Receita Federal de
b. instância	2ª Instância da Esfera Administrativa – Conselho de Contribuintes
c. data de instauração	20/02/2003
d. partes no processo	Órgão Notificante: Secretaria da Receita Federal Notificado: Celulose Irani S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 7.099.000,00 (Imposto R\$2.738.000,00; Juros R\$2.307.000,00; Multa R\$2.054.000,00)
f. principais fatos	Após o recebimento da notificação, foi apresentada impugnação, a qual foi julgada procedente em parte ocasionando a redução da multa de ofício. Após recebido a referida decisão, protocolou Recurso Voluntário e Recurso de Ofício junto ao Conselho de Contribuintes. Desses Recursos o Voluntário foi provido em parte e o de Ofício foi negado. Recebida a Presente decisão houve o protocolo de Recurso Especial em 23/07/2008, o qual aguarda julgamento.
g. chance de perda:	Possível

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

h. análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda do processo o impacto será o desembolso do valor para liquidação afetando o fluxo de caixa e os resultados da Companhia. O montante está informado nas Demonstrações Financeiras da Companhia como contingências possíveis, de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos.
i. valor provisionado, se houver provisão	R\$ 0,00

I.IV) A Companhia figura no pólo passivo da execução fiscal nº 2004.72.03.001555-8, a qual tem por objeto a cobrança de valores referentes a contribuição previdenciária incidente sobre a receita bruta proveniente da comercialização da produção de empresas agroindustriais.

Processo: 2004.72.03.001555-8	
a. juízo	1ª Vara da Justiça Federal de Joaçaba/SC
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	15/10/2004
d. partes no processo	Exeqüente: Procuradoria da Fazenda Nacional – INSS Executado: Celulose Irani S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	4.246.636,27 (Principal: R\$1.499.130,59; Multa: R\$ 1.199.304,49; Juros: R\$ 1.548.201,19).
f. principais fatos	Depois de ser citada sobre a presente ação, ofereceu bens em garantia, os quais superam o valor da execução e apresentou respectivo Embargos a Execução. Diante disso, o processo encontra-se suspenso aguardando o julgamento dos referidos Embargos. Na data de 31/05/2010 a Companhia protocolou pedido de substituição da penhora anteriormente realizada com o intuito de manter totalmente garantido o valor objeto deste processo, a qual foi aceita pela PFN. Feito isso o MM Juiz Federal intimou a IRANI a comparecer no cartório e assinar o Termo de Penhora, tendo então a exeqüente pedido prazo de 30 dias para providenciar o Instrumento específico que autoriza dois Procuradores assinar o referido Termo.
g. chance de perda:	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda do processo o impacto será o desembolso do valor para liquidação afetando o fluxo de caixa e os resultados da Companhia. O montante está informado nas Demonstrações Financeiras da Companhia como contingências possíveis, de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos.
i. valor provisionado, se houver provisão	R\$ 0,00

I.V) Execução Fiscal nº 99.70.00325-9, versa sobre cobrança de crédito tributário por parte do INSS, relativo a contribuições previdenciárias supostamente devidas por empresas contratadas para a prestação de serviços de cessão de mão de obra, sendo a Companhia tratada como responsável solidária.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Processo: 99.70.00325-9	
a. juízo	1ª Vara da Justiça Federal de Joaçaba/SC
b. instância	2ª Instância – Tribunal Regional da 4ª Região
c. data de instauração	05/04/1999
d. partes no processo	Exeqüente: Procuradoria da Fazenda Nacional – INSS Executado: Celulose Irani S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 4.471.571,10
f. principais fatos	Depois de ser citada sobre a presente ação, ofereceu bens em garantia, os quais superam o valor da execução e apresentou respectivo Embargos a Execução, o qual foi julgado improcedente. Diante disso, a Companhia apresentou recurso de apelação e a PGFN Recurso Adesivo, os quais encontra-se suspensos aguardando o julgamento do Tribunal Regional da 4ª Região. Na data de 26/03/2009 a Companhia realizou o protocolo de pedido de reforço da penhora anteriormente realizada com o intuito de manter totalmente garantido o valor objeto deste processo. A PFN concordou com o reforço e solicitou ao Juízo uma reavaliação do bem anteriormente penhorado, pedido o qual foi indeferido.
g. chance de perda:	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda do processo o impacto será o desembolso do valor para liquidação afetando o fluxo de caixa e os resultados da Companhia. O montante está informado nas Demonstrações Financeiras da Companhia como contingências possíveis, de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos.
i. valor provisionado, se houver provisão	R\$ 0,00

I.VI) Os Processos Administrativos nºs. 11080.013972/2007-12 e 11080.013973/2007-67, nos quais a Companhia figura no pólo passivo dizem respeito, a autuação fiscal emanada pela Receita Federal por suposto crédito tributário indevido referente à Cofins e PIS respectivamente.

Processo: 11080.013972/2007-12	
a. juízo	Secretaria da Receita Federal de Porto Alegre/RS
b. instância	1ª Instância Administrativa
c. data de instauração	13/12/2007
d. partes no processo	Órgão Notificante: Secretaria da Receita Federal Notificado: Celulose Irani S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 2.642.130,46
f. principais fatos	O Auto de Infração foi recebido no dia 13/12/07, tendo sido apresentada a impugnação do mesmo pela Companhia no dia 14/01/2008, sendo que até o presente momento encontra-se aguardando julgamento.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

g. chance de perda:	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda do processo o impacto será o desembolso do valor para liquidação afetando o fluxo de caixa e os resultados da Companhia. O montante está informado nas Demonstrações Financeiras da Companhia como contingências possíveis, de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos.
i. valor provisionado, se houver provisão	R\$ 0,00

Processo: 11080.013973/2007-67	
a. juízo	Secretaria da Receita Federal de Porto Alegre/RS
b. instância	1ª Instância Administrativa
c. data de instauração	13/12/2007
d. partes no processo	Órgão Notificante: Secretaria da Receita Federal Notificado: Celulose Irani S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 519.279,10
f. principais fatos	O Auto de Infração foi recebido no dia 13/12/07, tendo sido apresentada a impugnação do mesmo pela Companhia no dia 14/01/2008, sendo que até o presente momento encontra-se aguardando julgamento.
g. chance de perda:	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda do processo o impacto será o desembolso do valor para liquidação afetando o fluxo de caixa e os resultados da Companhia. O montante está informado nas Demonstrações Financeiras da Companhia como contingências possíveis, de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos.
i. valor provisionado, se houver provisão	R\$ 0,00

I.VII) 13 Processos Administrativos relativos a Notificações Fiscais da Secretaria do Estado da Fazenda de Santa Catarina, onde estão sendo discutidos supostos créditos indevidos de ICMS, na aquisição de produtos utilizados no processo produtivo das Unidades Industriais instaladas no estado. Todas as Notificações se referem ao mesmo assunto, porém foram emitidas separadamente por conveniência da fiscalização da Fazenda estadual de SC. Segue abaixo um detalhamento de todos os processos acima referidos.

Processos: 970000010076, 970000010009, 970000010089, 970000010084, 970000010066, 970000010070, 970000009997, 970000010078.	
a. juízo	Secretaria do Estado da Fazenda de Santa Catarina
b. instância	2ª Instância da Esfera Administrativa Conselho Estadual de Contribuintes de Santa Catarina

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

c. data de instauração	06/02/2009
d. partes no processo	Órgão Notificante: Secretaria do Estado da Fazenda/SC Notificado: Celulose Irani S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	11.306.552,00
f. principais fatos	No dia 06/02/2009 foram recebidas 13 Termos de Intimação para Defesa Prévia, tendo a Companhia apresentado a referida defesa no dia 13/02/2009. As mesmas foram julgadas improcedentes tendo os Termos de Intimação sido convertidos em Notificações em 09/03/2009. No dia 08/04/2009 foram protocoladas as Reclamações/Defesas referente às Notificações, tendo estas sido julgadas improcedentes. Após o recebimento das decisões das Defesas no dia 27/10/2009, a Companhia protocolou no dia 11/11/2009 os respectivos Recursos Voluntários junto ao Conselho Estadual de Contribuintes. Diante disso, houve o cancelamento, pelo instituto da decadência, de 5 das Notificações, e as demais aguardam julgamento de seus respectivos recursos.
g. chance de perda:	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda do processo o impacto será o desembolso do valor para liquidação afetando o fluxo de caixa e os resultados da Companhia. O montante está informado nas Demonstrações Financeiras da Companhia como contingências possíveis, de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos.
i. valor provisionado, se houver provisão	R\$ 0,00

I.VIII) Processo Administrativo relativo a Notificação Fiscal da Secretaria do Estado da Fazenda de Santa Catarina, onde serão discutidos supostos créditos indevidos de ICMS, na aquisição de produtos acabados com fim específico para Exportação.

Processo: 1070000001253	
a. juízo	Secretaria do Estado da Fazenda de Santa Catarina
b. instância	2ª Instância da Esfera Administrativa Conselho Estadual de Contribuintes de Santa Catarina
c. data de instauração	20/07/2009
d. partes no processo	Órgão Notificante: Secretaria do Estado da Fazenda/SC Notificado: Celulose Irani S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 11.852.111,19

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

f. principais fatos	No dia 03/12/2009 foi recebido Termo de Intimação para Defesa Prévia, tendo a mesma sido protocolada no dia 11/12/2009, após a mesma ter sido julgada improcedente, houve a constituição do crédito tributário e sua conversão em Notificação Fiscal no dia 17/12/2009. A Companhia obteve a ciência da referida decisão no dia 23/12/2009, tendo apresentado a Reclamação/Defesa, na qual não logramos êxito. Sendo que no dia 16/08/2010 protocolamos o Recurso Voluntário, o qual aguarda julgamento.
g. chance de perda:	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda do processo o impacto será o desembolso do valor para liquidação afetando o fluxo de caixa e os resultados da Companhia. O montante está informado nas Demonstrações Financeiras da Companhia como contingências possíveis, de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos.
i. valor provisionado, se houver provisão	R\$ 0,00

I.X) 2 Processos Administrativos relativos a Notificações Fiscais da Secretaria do Estado da Fazenda de Santa Catarina, onde serão discutidos supostos créditos indevidos de ICMS, na aquisição de produtos utilizados no processo produtivo das Unidades Industriais instaladas no Estado.

Processos: 106030377094 e 106030377108	
j. juízo	Secretaria do Estado da Fazenda de Santa Catarina
k. instância	1ª Instância da Esfera Administrativa
l. data de instauração	10/11/2010
m. partes no processo	Órgão Notificante: Secretaria do Estado da Fazenda/SC Notificado: Celulose Irani S.A.
n. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 3.959.782,22
o. principais fatos	No dia 19/11/2010 foram recebidas 2 Termos de Intimação para Defesa Prévia, tendo as mesmas sido convertidas em Notificações Fiscais no dia 02/12/2010, das quais, a Companhia teve ciência no dia 09/12/2010. Foram apresentadas as respectivas reclamações/defesas Administrativas, as quais foram julgadas improcedentes. Em 25 de maio a Companhia protocolou recursos ordinários ao Conselho de Contribuintes, para o qual aguarda julgamento.
p. chance de perda:	Possível
q. análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda do processo o impacto será o desembolso do valor para liquidação afetando o fluxo de caixa e os resultados da Companhia. O montante está informado nas Demonstrações Financeiras da Companhia como contingências possíveis, de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos.
r. valor provisionado, se houver provisão	R\$ 0,00

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes**II) Trabalhistas**

Os Processos de natureza trabalhista em que a Companhia versa no pólo passivo são referentes a reclamações propostas por ex-funcionários onde se discute o pagamento de: horas-extras; adicional de insalubridade; periculosidade; enfermidades; acidentes decorrentes do trabalho; dano moral; danos estéticos, ressarcimento de despesas; custeio de tratamento; reintegração ao plano de saúde; pensão mensal; multa de FGTS; adicional noturno e adicional de periculosidade reflexos adicional de transferência e diferenças natalinas. Da totalidade desses processos destacam-se pela sua relevância as reclamatórias abaixo detalhadas, as quais possuem chance de perda possível e provável.

Processo: 00714-2007-012-12-00-7	
a. juízo	Vara do Trabalho de Joaçaba/SC
b. instância	2ª Instância
c. data de instauração	16/03/2007
d. partes no processo	Reclamante: José Dailce Nogueira Borges Reclamada: Celulose Irani S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 409.431,91
f. principais fatos	Na presente Reclamatória está sendo discutido uma Indenização por danos morais, ressarcimento de despesas; custeio de tratamento; reintegração ao plano de saúde; pensão mensal; FGTS e multa. O referido processo encontra-se em fase recursal e segundo a opinião dos advogados da Companhia e seus consultores o valor envolvido é de R\$ 231.633,39 e há uma chance de perda possível.
g. chance de perda:	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda do processo o impacto será o desembolso do valor para liquidação afetando o fluxo de caixa e os resultados da Companhia. O montante está informado nas Demonstrações Financeiras da Companhia como contingências possíveis, de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos.
i. valor provisionado, se houver provisão	R\$ 0,00

Processo: 03180-2008-421-02-00-0	
a. juízo	Vara do Trabalho Santana de Parnaíba/SP
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	13/11/2008
d. partes no processo	Reclamante: Marcio Florêncio Duarte Reclamada: Celulose Irani S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 481.450,99

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

f. principais fatos	Na presente Reclamatória está sendo discutida Indenização mensal vitalícia, lucros cessantes, dano moral, reintegração ao emprego, verbas rescisórias, horas extras decorrentes da ausência de intervalo para refeição e descanso. O referido processo encontra-se em fase de instrução e segundo a opinião dos advogados da Companhia e seus consultores o valor envolvido é de R\$ 481.450,99 e há uma chance de perda possível.
g. chance de perda:	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda do processo o impacto será o desembolso do valor para liquidação afetando o fluxo de caixa e os resultados da Companhia. O montante está informado nas Demonstrações Financeiras da Companhia como contingências possíveis, de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos.
i. valor provisionado, se houver provisão	R\$ 0,00

Processo: 0000579-20.2010.5.15.0077	
a. juízo	Vara do Trabalho Santana de Parnaíba/SP
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	23/03/2010
d. partes no processo	Reclamante: Sebastião Estevam Dos Santos Reclamada: Celulose Irani S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 262.816,35
f. principais fatos	Na presente Reclamatória está sendo discutida a reintegração ao emprego com condições compatíveis ao seu problema de saúde, danos morais, pensão vitalícia, 13º salário, horas extras, bem como, indenização pelo período que ficou sem perceber os salários. O referido processo encontra-se em fase de instrução e segundo a opinião dos advogados da Companhia e seus consultores o valor envolvido é de R\$ 262.816,35 e há uma chance de perda possível.
g. chance de perda:	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda do processo o impacto será o desembolso do valor para liquidação afetando o fluxo de caixa e os resultados da Companhia. O montante está informado nas Demonstrações Financeiras da Companhia como contingências possíveis, de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos.
i. valor provisionado, se houver provisão	R\$ 0,00

Processo: 0000579-20.2010.5.15.0077	
a. juízo	Vara do Trabalho Santana de Parnaíba/SP
b. instância	1ª Instância

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

c. data de instauração	26/05/2010
d. partes no processo	Reclamante: Sérgio Aparecido de Souza Reclamada: Celulose Irani S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 228.710,76
f. principais fatos	Na presente Reclamatória está sendo discutido horas extras, reflexos das horas extras, adicional noturno descanso semanal remunerado, adicional de periculosidade, adicional de insalubridade, equiparação salarial, adicional de transferência e ressarcimento de valores descontados indevidamente a título de contribuição assistencial. O referido processo encontra-se em fase de instrução e segundo a opinião dos advogados da Companhia e seus consultores o valor envolvido é de R\$ 228.710,76 e há uma chance de perda possível.
g. chance de perda:	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda do processo o impacto será o desembolso do valor para liquidação afetando o fluxo de caixa e os resultados da Companhia. O montante está informado nas Demonstrações Financeiras da Companhia como contingências possíveis, de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos.
i. valor provisionado, se houver provisão	R\$ 0,00

Processo: 0001495-54.2010.5.15.0077	
a. juízo	Vara do Trabalho Santana de Parnaíba/SP
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	27/07/2010
d. partes no processo	Reclamante: Isac Huri Fonseca Reclamada: Celulose Irani S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 408.541,32
f. principais fatos	Na presente Reclamatória está sendo discutida Indenização por danos materiais em forma de pensão vitalícia, indenização por dano moral, indenização por dano estético, horas extras, diferença salarial pela promoção de função. O referido processo encontra-se em fase de instrução e segundo a opinião dos advogados da Companhia e seus consultores o valor envolvido é de R\$ 408.541,32 e há uma chance de perda possível.
g. chance de perda:	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda do processo o impacto será o desembolso do valor para liquidação afetando o fluxo de caixa e os resultados da Companhia. O montante está informado nas Demonstrações Financeiras da Companhia como contingências possíveis, de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos.
i. valor provisionado, se houver provisão	R\$ 0,00

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Processo: 02519.2010.421.02.00-5	
a. juízo	Vara do Trabalho Santana de Parnaíba/SP
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	31/08/2010
d. partes no processo	Reclamante: Antônio Mechon Reclamada: Celulose Irani S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 281.543,91
f. principais fatos	Na presente Reclamatória está sendo discutido uma Indenização por diferenças de horas extras, reflexos de adicional noturno e reflexos adicional de periculosidade, reflexos adicional de transferência e reflexos indenização por danos morais e materiais. O referido processo encontra-se em fase de instrução e segundo a opinião dos advogados da Companhia e seus consultores o valor envolvido é de R\$ 281.543,91 e há uma chance de perda possível.
g. chance de perda:	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda do processo o impacto será o desembolso do valor para liquidação afetando o fluxo de caixa e os resultados da Companhia. O montante está informado nas Demonstrações Financeiras da Companhia como contingências possíveis, de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos.
i. valor provisionado, se houver provisão	R\$ 0,00

Processo: 01858-2005-009-12-00-6	
a. juízo	1ª Vara do Trabalho de Chapecó/SC
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	11/06/2003
d. partes no processo	Reclamante: Rogério Schiltz Chaves Reclamada: Celulose Irani S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	417.702,96
f. principais fatos	Na presente Reclamatória versa sobre indenização por danos morais e matérias por acidente de trabalho. O referido processo encontra-se em fase de liquidação e segundo a opinião dos advogados da Companhia e seus consultores o valor envolvido é de R\$ 140.000,00 e há uma chance de perda provável.
g. chance de perda:	Provável
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Em se confirmando a perda, haverá desembolso do montante para liquidação do processo afetando o fluxo de caixa da Companhia. O valor foi contabilmente reconhecido e divulgado nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

i. valor provisionado, se houver provisão	R\$ 140.000,00
---	----------------

Processo: 01030-2008-025-12-00-0	
a. juízo	Vara do Trabalho de Xanxerê/SC
b. instância	2ª Instância
c. data de instauração	03/11/2008
d. partes no processo	Reclamante: Leonir Antônio Pimentel Reclamada: Celulose Irani S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	533.442,94
f. principais fatos	Na presente Reclamatória está sendo discutido alteração na CTPS, responsabilidade solidária, horas extras, multa de FGTS, adicional de insalubridade, diferenças natalinas; pensão mensal vitalícia, danos morais e estéticos, juros e correção monetária. O referido processo encontra-se em fase de recurso e segundo a opinião dos advogados da Companhia e seus consultores o valor envolvido é de R\$ 81.694,81 e há uma chance de perda provável.
g. chance de perda:	Provável
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Em se confirmando a perda, haverá desembolso do montante para liquidação do processo afetando o fluxo de caixa da Companhia. O valor foi contabilmente reconhecido e divulgado nas Demonstrações Financeiras da Companhia.
i. valor provisionado, se houver provisão	R\$ 81.694,81

III) Processos Cíveis

A Companhia figura em ações cíveis, tanto no pólo passivo quanto no pólo ativo, sendo que nas ações em que é parte passiva e que tem chance de perda provável, são discutidos pedidos de indenização relativos à rescisão contratual de Representação Comercial. Em relação a estas ações cíveis acima mencionadas destacam-se pela sua relevância, as seguintes:

Processo: 1999.001.103187-7	
a. juízo	22ª Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro/RJ
b. instância	2ª Instância
c. data de instauração	02/08/1999
d. partes no processo	Requerente: Antônio Carlos Emil Eichenberg Requerido: Celulose Irani S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 337.182,24

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

f. principais fatos	A presente ação encontra-se atualmente em grau de recurso, aguardando julgamento do agravo regimental interposto em sede de agravo de instrumento contra negativa do recurso especial da Companhia.
g. chance de perda:	Provável
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Em se confirmando a perda haverá desembolso do montante para liquidação do processo, afetando o fluxo de caixa da Companhia. O valor foi contabilmente reconhecido e divulgado nas Demonstrações Financeiras da Companhia.
i. valor provisionado, se houver provisão	R\$ 171.829,91

Processo: 1591996	
a. juízo	Vara da Fazenda – Comarca de Jaraguá do Sul
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	30/04/2009
d. partes no processo	Autor: Representações Helimar S/C Ltda Réu: Celulose Irani S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 971.000,00
f. principais fatos	Na presente ação está se discutindo Indenização por rescisão de contrato de representação comercial, atualmente encontra-se em fase de cumprimento de sentença, estando a autora executando provisoriamente a sentença no valor de R\$ 898.354,82.
g. chance de perda:	Provável
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Em se confirmando a perda haverá desembolso do montante para liquidação do processo, afetando o fluxo de caixa da Companhia. O valor foi contabilmente reconhecido e divulgado nas Demonstrações Financeiras da Companhia.
i. valor provisionado, se houver provisão	R\$ 970.834,81

IV) Processos Ambientais

O processo judicial que a Companhia possui de natureza ambiental e que figura no pólo passivo diz respeito a Ação Civil Pública, onde se discute suposto dano ambiental causado em consequência de suas atividades, visando a condenação da empresa a reparar o suposto dano ambiental a que deu causa, por meio de projeto ambiental previamente aprovado pelo IBAMA ou ao pagamento de indenização pecuniária. Abaixo segue de forma explicativa detalhes a respeito do referido processo:

Processo: 2003.72.03.001696-0	
a. juízo	1ª Vara da Justiça Federal de Joaçaba/SC
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	21/11/2003

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

d. partes no processo	Autor: Ministério Público Federal Réu: Celulose Irani S.A. e Outros
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 876.000,00
f. principais fatos	Em 30/01/2004, foi protocolada a Contestação da Celulose Irani, sendo que no dia 02/03/2004 foi realizada perícia no local dos fatos, a qual foi posteriormente anulada pelo Juiz. Houve então a realização de nova perícia em razão de divergências apontadas no processo. Após deu-se continuidade na instrução do processo, sendo que no dia 03/03/2010, foi publicado despacho reconhecendo a incompetência da Vara Federal de Joaçaba/SC, e determinando a remessa dos autos à Subseção Judiciária de Concórdia/SC, em virtude de o suposto dano ambiental ter ocorrido no município de Irani/SC, pertencente àquele Juízo. Feito isso o Juízo da Vara Federal de Concórdia também se declarou incompetente para julgar o feito. Diante desse conflito negativo de competência houve a decisão que fixou a competência para julgamento desse feito à Justiça Federal de Joaçaba/SC.
g. chance de perda:	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda do processo o impacto será o desembolso do valor para liquidação afetando o fluxo de caixa e os resultados da Companhia. O montante está informado nas Demonstrações Financeiras da Companhia como contingências possíveis, de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos.
i. valor provisionado, se houver provisão	R\$ 0,00

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

Com relação às Reclamatórias Trabalhistas que tenha como reclamante um ex-administrador, a Companhia figura no pólo passivo somente de uma ação desse gênero, sendo que no referido processo se discute a nulidade contratual, o reconhecimento da natureza salarial das parcelas denominadas "Pro labore e bônus trimestral", diferenças salariais, pagamento dos salários vencidos a partir de 01.06.2009 até a data da despedida, férias mais 1/3; 13º salário; FGTS, danos morais, aviso prévio, juros e correção monetária, garantia de emprego, rescisórias, seguro desemprego e multa dos artigos 477 e 467 da CLT.

Processo: 01290-2009-024-12-00-0	
a. juízo	Vara do Trabalho de São Bento do Sul/SC
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	18/09/2009
d. partes no processo	Reclamante: Cristiana Jahn Reclamada: Celulose Irani S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 14.778.191,63
f. principais fatos	A presente ação foi sentenciada, tendo seu pedido julgado improcedente na sua totalidade, e atualmente aguarda interposição de recurso ordinário pela autora.
g. chance de perda:	Remota
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda do processo o impacto será o desembolso do valor para liquidação afetando o fluxo de caixa e os resultados da Companhia.
i. valor provisionado, se houver provisão	R\$ 0,00

Na área cível, existe o processo nº 055.11.000825-6, que a Companhia ajuizou contra sua ex-administradora Sra. Cristiana Jahn. Trata-se de ação indenizatória de responsabilidade por atos ilícitos cometidos pela Ré enquanto Diretora da Celulose Irani S.A que vieram a causar danos patrimoniais à Companhia.

Processo: 055.11.000825-6	
a. juízo	Vara Única de Rio Negrinho/SC
b. instância	1ª Instância
c. data de instauração	28/04/2011
d. partes no processo	Autor: Celulose Irani S.A. Réu: Cristiana Jahn
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 2.217.633,70
f. principais fatos	A presente ação foi distribuída em 28/04/2011, tendo sido proferido no dia 05/05/2011 despacho ordenando a citação da Ré.
g. chance de perda:	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo	Em caso de perda do processo, o impacto será de não recebimento dos valores envolvidos, os quais são reconhecidos pela Companhia como devidos pela Ré.
i. valor provisionado, se houver provisão	R\$ 0,00

4.5 - Processos sigilosos relevantes

4.5. Impactos em caso de perda e valores envolvidos em processos sigilosos relevantes em que a Companhia ou suas controladas são parte:

Não há.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

4.6. Processos judiciais, administrativos e arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, em que a Companhia ou suas controladas são partes, não estão sob sigilo e em conjunto são relevantes para seus negócios:

Não há.

4.7 - Outras contingências relevantes

4.7. Outras contingências relevantes:

Todas as contingências relevantes conhecidas foram informadas acima.

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

4.8. Informações sobre as regras do país de origem da Companhia e regras do país no qual os valores mobiliários da Companhia estão custodiados:

Não aplicável. A Celulose Irani S.A. é uma empresa brasileira e seus valores mobiliários estão custodiados no Brasil.

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

5.1. Riscos de mercado a que a Companhia está exposta, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxa de juros:

Interferência do Governo Brasileiro na Economia

O Governo Brasileiro tem poderes para intervir na economia e, ocasionalmente, modificar sua política econômica, podendo adotar medidas que envolvam controle de salários, preços, câmbio, remessas de capital e limites à importação, entre outros, que podem causar efeito adverso relevante nas atividades da IRANI.

A inflação e algumas medidas governamentais destinadas a combatê-la geraram, no passado, significativos efeitos sobre a economia do Brasil. As medidas tomadas pelo Governo Federal para controlar a inflação implicaram aumento das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de preços, desvalorização cambial, controle de capital e limitação às importações, entre outros efeitos.

As atividades, situação financeira e resultados operacionais da IRANI podem ser prejudicados de maneira relevante devido a modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem fatores, tais como (i) taxas de juros; (ii) controles cambiais e restrições a remessas para o exterior, como aqueles que foram impostos em 1989 e no início de 1990, (iii) flutuações cambiais, (iv) inflação, (v) liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos; (vi) política monetária; (vii) política fiscal; (viii) alteração das normas trabalhistas (ix) expansão ou contração da economia brasileira e (x) outros acontecimentos políticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ocasionando instabilidade ou que o afetem.

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro, sendo assim, tais incertezas e outros acontecimentos futuros na economia poderão prejudicar as atividades e resultados operacionais da IRANI.

A instabilidade política pode prejudicar os resultados operacionais da Companhia.

O desempenho da economia brasileira tem sido historicamente influenciado pelo cenário político nacional. No passado as crises políticas afetaram a confiança dos investidores e do público em geral, resultando na desaceleração da economia, o que prejudicou o preço de mercado dos valores mobiliários de companhias listadas para negociação em bolsa de valores.

Inflação

Os esforços do Governo Federal de controle à inflação poderão contribuir significativamente para a incerteza econômica no Brasil, podendo prejudicar as atividades, capacidade de pagamento da Companhia.

No passado, o Brasil registrou índices de inflação extremamente altos. A inflação e algumas medidas tomadas pelo Governo Federal no intuito de controlá-la, combinada com a especulação sobre eventuais medidas governamentais a serem adotadas, tiveram um efeito negativo significativo sobre a economia brasileira, contribuindo para a incerteza econômica existente no Brasil e para o aumento da volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro. Desde a introdução do Plano Real, em julho de 1994, a inflação brasileira tem sido substancialmente menor do que nos anos anteriores. A taxa anual de inflação medida pelo Índice Geral de Preços Mercado ("IGP-M"), caiu de 20,1%, em 1999, para 3,83%, 7,75% e 9,81% em 2006, 2007 e 2008, respectivamente, e deflação de 1,72% em 2009, voltando a subir em 2010 para 11,32%, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") foi de 3,14%, 4,46%, 5,90% e 4,31% em 2006, 2007, 2008 e 2009, respectivamente, e 5,90% em 2010.

As medidas do Governo Federal para controle da inflação frequentemente têm incluído a manutenção de política monetária restritiva com altas taxas de juros, restringindo, assim, a disponibilidade de crédito e reduzindo o crescimento econômico. Como consequência, as taxas de juros têm flutuado de maneira significativa. Por exemplo, a taxa de juros básica no Brasil para os anos de 2007, 2008, 2009 e 2010 foram de 11,25%, 13,75%, 8,75% e 10,75% por ano, respectivamente, conforme estabelecido pelo Comitê de Política Monetária ("COPOM").

Futuras medidas do Governo Federal, inclusive redução das taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e ações para ajustar ou fixar o valor do Real poderão desencadear o aumento da inflação.

Na hipótese de o Brasil sofrer aumento de inflação no futuro, o Governo Federal poderá optar por elevar as taxas de juros oficiais. A alta na taxa de juros pode ter um efeito adverso nas atividades, e capacidade de pagamento da Companhia.

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

Taxas de Juros

As dívidas de algumas companhias, inclusive da IRANI, estão sujeitas à variação das taxas de juros do mercado. Na hipótese de elevação das taxas de juros, os custos do serviço da dívida da Companhia serão aumentados. A IRANI pode ser impactada por alterações adversas nas taxas de juros. Esta exposição ao risco de taxas de juros se refere, principalmente, a mudança nas taxas de juros de mercado que afetem passivos e ativos da Companhia indexados pela taxa TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo do BNDES), CDI (Taxa de Juros dos Certificados de Depósitos Interbancários), EURIBOR (Euro Interbank Offered Rate) ou LIBOR (London Interbank Offered Rate).

Adicionalmente, grande parte da indústria nacional, depende do controle exercido pelo Governo Federal sobre as taxas de juros. Nesse sentido, um repentino aumento nas taxas básicas de juros poderá levar a um desaquecimento do mercado de varejo e à redução dos gastos de consumidor, o que pode causar um efeito adverso para os negócios.

A instabilidade cambial pode prejudicar a economia brasileira e os resultados operacionais da Companhia.

A moeda brasileira sofreu desvalorizações freqüentes e significativas em relação ao Dólar e outras moedas estrangeiras ao longo das últimas décadas. Durante todo esse período, o Governo Federal implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, pequenas desvalorizações periódicas, sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo. De tempos em tempos, houve flutuações significativas da taxa de câmbio entre o Real e o Dólar e outras moedas. A título de exemplo, o Real desvalorizou 52,3%, 18,7% e 9,3% frente ao Dólar em 2002, 2001 e 2000, respectivamente.

Nos anos 2005, 2006 e 2007, o Real se valorizou 12,3%, 8,5% e 17,0%, respectivamente, com relação ao Dólar. Em 2008, em decorrência do agravamento da crise econômica mundial, o Real se desvalorizou 31,9% frente ao Dólar, fechando em R\$2,33 por US\$1,00 em 31 de dezembro. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2009, observou-se a valorização de 25,6% da moeda brasileira frente ao Dólar. Em 31 de dezembro 2009, a taxa de câmbio entre o Real e o Dólar era de R\$1,74 por US\$1,00. Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, houve nova valorização de 4,0% do Real frente ao Dólar, ficando a taxa de câmbio entre o Real e o Dólar em R\$ 1,67 por US\$ 1,00. Não se pode garantir que o Real não sofrerá valorização ou desvalorização em relação ao Dólar novamente.

As desvalorizações do Real em relação ao Dólar podem criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros interna, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo.

A Companhia mantém operações no mercado externo que estão expostas a riscos de mercado decorrentes de mudanças nas cotações de moedas estrangeiras. Em 31 de dezembro de 2010, essas operações estavam basicamente representadas por contratos de pré-pagamentos de exportações registrados em financiamentos, líquidos de contas a receber de exportações e vendas de créditos de carbono, e ainda parte de suas vendas são para o Mercado Externo.

A Companhia realizou análise de sensibilidade para os riscos de Variação Cambial, com base nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2010, tendo como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada um de seus instrumentos financeiros. Para isso a Companhia se utilizou dos critérios determinados pela Instrução CVM 475/08, o qual ficou apresentado conforme quadro abaixo.

Consolidado

Operação	Saldo 31.12.10 US\$	Cenário base Ganho (perda)		Cenário adverso Ganho (perda)		Cenário remoto Ganho (perda)	
		Taxa	R\$	Taxa	R\$	Taxa	R\$
Ativos							
Contas a receber	11.536	1,67	(14)	2,08	4.788	2,50	9.590
Passivos							
Contas a pagar	(521)	1,67	1	2,08	(216)	2,50	(433)
Empréstimos e financiamentos	(59.921)	1,67	72	2,08	(24.870)	2,50	(49.813)
Efeito líquido			<u>59</u>		<u>(20.298)</u>		<u>(40.655)</u>

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

1 – Cenário base: manutenção da taxa de câmbio, em níveis próximos aos vigentes no período de elaboração destas demonstrações. 2 - Cenário adverso: deterioração de 25% da taxa de câmbio em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2010.

3 – Cenário Remoto: deterioração de 50% da taxa de câmbio em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2010.

O efetivo comportamento dos saldos de dívida respeitará seus respectivos contratos, assim como os saldos de contas a receber e a pagar poderão oscilar pelas atividades normais da Companhia e de suas controladas. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade que está contida no processo utilizado na preparação dessas análises. A Companhia mantém as suas operações de empréstimos e financiamentos expostas à variação cambial com liquidações anuais equivalentes ou menores que os recebimentos provenientes das exportações. Desta forma a Companhia protege seu fluxo de caixa das variações do câmbio, e os efeitos dos cenários acima, se realizados, deverão gerar impacto apenas econômico no seu resultado. Desta forma, uma valorização ou desvalorização significativa do Real em relação ao Dólar pode afetar de maneira relevante os resultados operacionais da Companhia e a sua situação financeira.

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

5.2. Política de gerenciamento de riscos de mercado da Companhia, objetivos, estratégias e instrumentos:

a) Riscos para os quais se busca proteção, b) estratégia de proteção patrimonial (hedge), c) instrumentos utilizados para a proteção patrimonial (hedge), d) parâmetros utilizados para o gerenciamento de riscos, e) instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge), f) estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos e g) adequação da estrutura operacional de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

- a) A Companhia busca proteção em relação ao seu patrimônio, sua exposição cambial e ao risco de crédito em relação ao financiamento dos seus investimentos e refinanciamento de sua dívida.
- b) A Companhia procura manter iguais os embolsos e desembolsos de operações em moeda estrangeira, buscando mitigar impacto de riscos cambiais no seu fluxo de caixa. A Companhia também procura níveis adequados de endividamento em relação a sua geração de caixa buscando mitigar riscos de crédito (liquidez de mercado).
- c) Eventualmente a Companhia utiliza derivativo cambial (NDF, Swap, ou outro semelhante) buscando proteção do seu fluxo de caixa às variações cambiais.
- d) Os riscos cambiais são mitigados mantendo como parâmetro os recebimentos e pagamentos em moeda estrangeira iguais ao longo do ano. Os riscos de crédito são mitigados usando como parâmetro a referência (meta) dívida líquida x EBITDA de 2,5 vezes, a manutenção de saldos de aplicações financeiras de liquidez imediata e prazos de pagamento dos empréstimos e financiamentos alongados conforme Política aprovada pelo Conselho de Administração.
- e) Não há além do informado no item c.
- f) A Companhia não mantém estrutura organizacional específica de controle de gerenciamento de riscos.
- g) A área administrativa e financeira da Companhia busca o cumprimento das regras acima e reporta os indicadores periodicamente ao Conselho de Administração.

5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado

5.3. Alterações significativas nos principais riscos de mercado ou na política de gerenciamento de risco em relação ao último exercício social:

No último exercício social não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado ou no monitoramento de riscos adotado pela Companhia.

5.4 - Outras informações relevantes

5.4. Outras informações relevantes:

Todas as informações relevantes conhecidas já foram divulgadas acima.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	06/06/1941
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade por cotas de responsabilidade Limitada (Ltda)
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	20/07/1977

6.3 - Breve histórico

6.3. Breve histórico da Companhia:

A IRANI é uma companhia aberta sediada no Município de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, fundada em 1941. Para a operacionalização da IRANI, em conjunto com a sua primeira unidade industrial foi constituída uma vila adjacente ao parque fabril para servir de moradia aos operários. Com o decorrer dos anos, essa vila desenvolveu-se e deu origem à atual Campina da Alegria, pertencente ao município de Vargem Bonita, no Estado de Santa Catarina. Atualmente, cerca de 800 pessoas habitam a Campina da Alegria, a grande maioria delas vinculada direta ou indiretamente às atividades da IRANI.

Em 1977, aproveitando o momento após a promulgação da Lei das Sociedades por Ações, da lei de reforma do sistema financeiro (Lei nº 6.385) e a concessão de incentivos governamentais, todas essas medidas visando ao desenvolvimento do mercado de valores mobiliários brasileiro, a empresa abriu o seu capital na BM&FBovespa.

Em 1994 a Companhia passou por um processo de reestruturação societária e foi adquirida pelo Grupo Habitasul. Em 1997, a IRANI adquiriu uma fábrica de chapas e caixas de papelão ondulado situada em Santana de Parnaíba, no Estado de São Paulo. Esta aquisição representou o ingresso da IRANI no segmento de papelão ondulado.

No ano de 1999 a IRANI incorporou uma fábrica de móveis situada em Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina. Esta fábrica produzia móveis a base de pinus oriundos de culturas reflorestadas que eram comercializados, na sua grande maioria, no mercado externo, notadamente nos EUA e na Europa. Em 2006 a IRANI diversificou geograficamente as atividades de sua fábrica de móveis, passando a atender também ao mercado brasileiro via *internet*, pelo site: www.meumoveldemadeira.com.br.

Nos anos de 2000 e 2001 foram efetuados investimentos relevantes nas Divisões de Papel e Embalagem. Foi implantada simultaneamente uma nova máquina de papel a base de reciclados (Máquina de Papel V), e uma nova unidade de fabricação de chapas e caixas de papelão ondulado, ambas na planta industrial localizada no município de Vargem Bonita, no Estado de Santa Catarina.

Mantendo a política de investimentos, a IRANI inaugurou em março de 2005 a usina de co-geração de energia na fábrica de papel de Vargem Bonita. Esta usina proporcionou à IRANI garantia no fornecimento de energia e vapor, além de proporcionar redução significativa no custo de fabricação de seus produtos por meio da substituição de sua matriz energética de combustíveis fósseis para biomassa renovável. Este foi o projeto que tornou a IRANI a primeira empresa do setor de celulose, papel e embalagem do Brasil a gerar créditos de carbono nos termos do Protocolo de Kyoto (MDL – Mecanismo de Desenvolvimento Limpo).

Em 2006 a IRANI inaugurou o seu sistema de recuperação de produtos químicos, proporcionando aumento na produção de celulose, na geração de vapor e, principalmente, na preservação do meio-ambiente.

Nos anos de 2007 e 2008 foram realizados investimentos de R\$ 160,8 milhões. Denominado Projeto SuperAção, o plano de investimentos da IRANI foi implementado e consistiu na modernização da Máquina de Papel V e da Unidade Embalagem SC e na desativação da planta de embalagens de Santana de Parnaíba – SP e na implantação de uma nova e moderna fábrica de Embalagem em Indaiatuba-SP.

Em Outubro de 2010 foram encerradas as atividades de fabricação de móveis em sua unidade própria localizada em Rio Negrinho (SC). Entretanto, a Companhia mantém sua estratégia de venda de móveis no mercado interno através de sua controlada Meu Móvel de Madeira Comércio de Móveis e Decorações Ltda. O foco da operação de móveis passa a ser a comercialização direta para o consumidor final de produtos atingindo todo país através do site: www.meumoveldemadeira.com.br.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

6.5. Principais eventos societários, tais como incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações e aquisições de controle societário, aquisições e alienações de ativos importantes, pelos quais tenham passado o emissor ou qualquer de suas controladas e coligadas, indicando: (nos três últimos exercícios sociais)

a. evento; b. principais condições do negócio; c. sociedades envolvidas; d. efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente, sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores do emissor; e. quadro societário antes e depois da operação

Em 2009, a Companhia aumentou o capital de sua subsidiária integral Irani Trading pelo aporte de um imóvel industrial no montante de R\$ 38.172.000, com a finalidade de captar recursos através da securitização de recebíveis imobiliários (CRI) lastreado no contrato de locação.

Também em 2009, a Companhia adquiriu a participação de 90% na controlada HGE – Geração de Energia Sustentável Ltda, representada por 9.000 quotas no valor total de R\$ 9.000,00. Ato seguinte, a Companhia realizou aumento de capital no montante de R\$ 4.000.000,00, a ser integralizado até o final de 2011, passando sua participação para 99,98%.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 21 de Setembro de 2010, aprovou o encerramento das atividades de fabricação de móveis em sua unidade própria localizada em Rio Negrinho (SC) bem como a alienação de seus ativos. As operações foram efetivamente encerradas em outubro de 2010, entretanto a Companhia manterá sua estratégia de comercialização de móveis no mercado interno para o consumidor final através de sua controlada Meu Móvel de Madeira Comércio de Móveis e Decorações Ltda.

6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

6.6. Pedidos de falência fundados em valor relevante e pedidos de recuperação judicial ou extra judicial:

Não aplicável

6.7 - Outras informações relevantes

6.7. Outras informações relevantes:

Todas as informações relevantes conhecidas foram divulgadas acima.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

7.1. Descrição sumária das atividades desenvolvidas pela Companhia e por suas controladas:

Atualmente, a IRANI conta com quatro unidades de negócios: Papel – Vargem Bonita (SC), Embalagem – Vargem Bonita (SC), Embalagem – Indaiatuba (SP) e Resinas – Balneário Pinhal (RS). Possui uma área florestal localizada na região centro-oeste do Estado de Santa Catarina e outra no sudeste do Estado de Rio Grande do Sul. Além disso, a IRANI possui escritório comercial em São Paulo (SP), e escritório administrativo-financeiro e de relações com investidores em Joaçaba (SC) e a sua matriz em Porto Alegre (RS).

A IRANI é uma companhia aberta e produz celulose de fibra longa, papel *kraft*, papéis reciclados, chapas e caixas de papelão ondulado e resinas e comercializa móveis com predominância de madeira.

Por meio de seus Segmentos Papel, Embalagem P.O., Florestal RS e Resinas, e Móveis organizados de acordo com o mercado em que atuam, a IRANI possui capacidade para produzir, anualmente, aproximadamente 214.700 toneladas de papel, 162.000 toneladas de chapas e caixas de papelão ondulado e 8.000 toneladas de resinas. Os segmentos da empresa são independentes em suas operações, mas integrados em sua gestão, buscando otimizar o processo produtivo através do multiuso de seus cultivos de pinus e da verticalização dos negócios.

O **Segmento Papel** tem por finalidade a produção de papéis *kraft* de baixa e alta gramaturas (de 30 a 200 g/m²) e de papéis reciclados, destinados ao mercado interno e externo, além de direcionar internamente parte da produção para o Segmento Embalagem P.O. O processo produtivo utiliza fibra virgem não-branqueada e branqueada e disponibiliza papéis *kraft* pardos com opções de gramaturas em branco e em cores. A matéria prima para produção da celulose são florestas plantadas de pinus de propriedade da IRANI, e a matéria prima para produção de papéis reciclados são aparas de papel, coletadas e adquiridas nos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Dentre os tipos de papéis que produz destacam-se as seguintes variedades com aplicações, utilidades e finalidades diferenciadas:

Fine Kraft – É uma alternativa econômica e de alta qualidade. É um papel de baixa gramatura, tem ótimo apelo e permite impressões de alta definição. Possui características físicas que permitem a retenção de calor, sendo excelente opção para embalagem de alimentos quentes. Dentre seus usuários finais destacam-se grandes redes de fast-food e padarias. O Fine Kraft também está disponível com acabamento listrado, resultando em produtos finais diferenciados.

Flash Kraft – É um papel monolúcido forte e resistente. Seu lado monolúcido é liso e proporciona um ótimo resultado para impressões. É utilizado, principalmente, em sacolas de butiques, rótulos, embalagem de alimentos, envelopes, embrulhos em geral, papéis para presentes e fitas gomadas. O Flash Kraft também está disponível com resistência à umidade, podendo ser utilizado para embalagens especiais de frutas e legumes e ainda para transporte de papel em regiões úmidas.

Flat Kraft – É um papel forte e resistente, alisado em ambas as faces, largamente utilizado para sacarias em geral. Também é utilizado com sucesso para envelopes, fabricação de lixas, e como base para laminação de materiais plásticos e outros.

Flexi Kraft – É um papel extensível altamente resistente. Seu processo de fabricação lhe dá a extensibilidade necessária para que cumpra suas funções de embalagem e embalagem utilizando gramatura mais baixa ou menor número de folhas. É adequado para ensacamento automatizado. Algumas sugestões de uso são: embalagem em geral, embalagem de materiais de construção, grãos, sementes, produtos químicos granulados e outros.

Fancy Kraft – É um papel diferenciado por suas cores e versatilidade. O Fancy Kraft agrega requinte às embalagens, embrulhos, envelopes personalizados e aplicações escolares dentre outros usos. É uma solução criativa para usos comuns como, por exemplo, embalagens diferenciadas para frutas e outros alimentos.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Papéis Especiais – A Celulose Irani está capacitada a produzir variações de suas linhas de papéis originais a partir de fibra longa. Para tanto, coloca seus técnicos à disposição dos clientes para desenvolvimento de papéis adequados às suas necessidades como, por exemplo, papéis de alta absorção (HDA) para impregnação de anti-corrosivo utilizado na embalagem de peças automotivas.

Kraftliner, Testliner, Miolo e Reciclado para embalagens rígidas – São papéis produzidos na fábrica de papel de características e especificações próprias para produção de embalagens rígidas (caixas e chapas de papelão ondulado, leves e pesadas) destinados às fábricas de Embalagem P.O. em Vargem Bonita(SC) e Indaiatuba(SP).

O **Segmento Embalagem P.O.** produz caixas e chapas de papelão ondulado, leves e pesadas. Os produtos de papelão ondulado da IRANI - caixas tipo maleta e com corte em vinco – passam por um rigoroso controle de qualidade e suporte técnico. Os projetos são customizados para cada produto, garantindo um melhor desempenho produtivo e otimização da cadeia logística. As chapas de papelão ondulado são ofertadas em variada gama de composições.

O **Segmento Florestal RS e Resinas** industrializa os produtos de sua base florestal no Rio Grande do Sul, buscando otimizar a exploração das florestas plantadas de pinus. A partir da resina natural, a unidade Resinas produz breu e terebintina para a confecção de vernizes, tintas, sabões, colas, adesivos, isolantes, explosivos, gomas de mascar, ceras, dentre outros, destinados principalmente ao mercado externo.

O **Segmento Móveis** é responsável pela comercialização de móveis sob encomenda para o mercado nacional atendido com vendas exclusivamente pela *internet*. O perfil dos produtos é composto por linhas de dormitórios, salas e móveis auxiliares.

Todos os produtos industrializados com a marca IRANI têm origem na utilização de florestas plantadas.

A Irani conta atualmente com as seguintes controladas:

Irani Trading S.A.: é uma sociedade anônima de capital fechado que atua exportando, à sua própria conta ou de terceiros, bens, mercadorias e produtos, e atividade imobiliária, tendo como seu principal cliente a própria IRANI.

Habitasul Florestal S.A.: é uma sociedade anônima de capital fechado que atua na extração, industrialização e comercialização de madeiras em geral, atuando exclusivamente no Rio Grande do Sul.

Meu Móvel de Madeira Comércio de Móveis e Decorações Ltda: atua no comércio varejista de móveis e decorações, atendendo a demanda do mercado nacional com venda direta ao consumidor final por meio do site: www.meumoveldemadeira.com.br.

HGE - Geração de Energia Sustentável Ltda: Adquirida em 2009, atua na geração, transmissão e distribuição de energia eólica para fins de comércio em caráter permanente, como produtor independente de energia, que será gerada através de Parques Eólicos. Encontra-se em fase pré-operacional.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

7.2. Segmentos operacionais:

a) produtos e serviços comercializados

Segmento Papel: Com 17,8 mil toneladas mensais de capacidade instalada, o Segmento Papel atende ao mercado nacional e internacional. Oferece papéis Kraft Pardo e Branco de 30 a 200 g/m², nas linhas FineKraft, Flashkraft, Flexikraft, Flatkraft, Envelokraft e Bagkraft para embalagens flexíveis e Kraftliner, Testliner, Miolo e Reciclado para embalagens rígidas.

Segmento Embalagem P.O.: Na produção de embalagens, a IRANI utiliza papéis de várias gramaturas, desenvolve caixas e chapas de papelão ondulado, leves e pesadas.

Segmento Florestal RS e Resinas: Neste Segmento, são produzidas e comercializadas madeira de pinus de florestas plantadas no RS, também são produzidos breu e terebintina a partir da extração da resina bruta de pinus, para a confecção de vernizes, tintas, sabões, colas, adesivos, isolantes, explosivos, gomas de mascar, ceras, dentre outros, destinados principalmente ao mercado externo. O processo de resinagem é realizado com árvores de pinus plantadas.

Segmento Móveis: Comercializa móveis para o mercado nacional (com vendas exclusivamente pela *internet*), utilizando como matéria-prima básica madeira de reflorestamento, manejada de acordo com os padrões e as exigências internacionais de preservação ambiental, sendo que o perfil dos produtos é composto por linhas de dormitórios, salas e móveis auxiliares.

b) receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor nos 3 últimos exercícios sociais

Segmento	2010		2009	
	Receita Líquida	% da Receita Líquida	Receita Líquida	% da Receita Líquida
Papel	160.884.000,00	36%	140.075.000,00	40%
Embalagem P.O.	270.325.000,00	61%	193.426.000,00	55%
Móveis	6.411.000,00	1%	3.913.000,00	1%
Florestal RS e Resinas	31.778.000,00	7%	26.358.000,00	8%
- Corporativo/eliminações	(26.712.000,00)	-6%	(13.775.000,00)	-4%
Total	442.686.000,00	100%	349.997.000,00	100%

c) lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor nos 3 últimos exercícios sociais

Segmento	2010		2009	
	Lucro Líquido	% do Lucro Líquido	Lucro Líquido	% do Lucro Líquido
Papel	37.094.000,00	108%	19.856.000,00	90,45%
Embalagem P.O.	2.109.000,00	6%	19.325.000,00	88,03%
Móveis	(170.000,00)	0%	(1.138.000,00)	-5,18%
Florestal RS e Resinas	30.820.000,00	90%	2.542.000,00	11,58%
- Corporativo/eliminações	(24.133.000,00)	-70%	5.102.000,00	23,24%
- Participação dos administradores	(3.818.000,00)	-11%	-	-
- Imposto de renda e contribuição social	(3.613.000,00)	-11%	(20.094.000,00)	-91,54%
- Resultado operação descontinuada	(3.928.000,00)	-11%	(3.641.000,00)	-16,59%
Total	34.361.000,00	100%	21.952.000,00	100%

Observação: As informações de 2008 não foram incluídas, pois foram elaboradas em padrão contábil diferente que não permite a adequada comparação com as informações de 2010 e 2009, que estão apresentadas pela primeira vez conforme as normas internacionais de contabilidade (de acordo com Ofício Circular nº 07/2011).

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

7.3. Produtos e serviços:

a) características do processo de produção

Segmento Papel: O Segmento Papel tem seu início no cultivo de florestas de pinus que servem de matéria prima para o processo de fabricação do papel de fibra longa virgem a partir da polpa de madeira e seguindo as seguintes etapas:

- **Estoque de cavacos:** A madeira de pinus e de eucaliptos são as matérias-primas mais comumente utilizadas para a fabricação de papel. Após o corte, as toras são descascadas, dando origem aos cavacos que geram a celulose (madeira de pinus) e são usadas como combustível para produzir vapor e eletricidade (madeira de eucaliptos).
- **Fabricação da Polpa:** A madeira é feita de fibras celulósicas aderidas umas às outras por uma "cola", chamada lignina. Para converter madeira em polpa, estas fibras devem ser separadas pela remoção da lignina.
- **Processo Químico:** Os cavacos, ou lascas de madeira, são misturados com substâncias químicas e cozidos sob alta pressão em imensos vasos, chamados digestores. A ação combinada das substâncias químicas e do calor dissolve a lignina e as separa das fibras. Papéis feitos de polpa química são muito resistentes, como é o caso do *kraft*, palavra de origem germânica que designa força.
- **Processo por Reciclagem:** É o processo realizado a partir da reciclagem do papel já utilizado (aparas). Realizado com a desintegração das aparas em água dentro de pulpers (liquidificadores enormes). Elementos contaminantes como plástico, metal e polietileno são afastados da mistura. Quando necessário, faz-se a retirada de tinta da polpa pela ação combinada de água, substâncias químicas, calor e energia mecânica. A polpa reciclada é usada para fabricar papel miolo, test liner, capinha, utilizados na fabricação de papelão ondulado.
- **Formação da Folha:** Quando a polpa chega à caixa de entrada da máquina de papel, contém mais de 99% de água. A mistura é lançada sob a forma de um jato fino e uniforme sobre uma tela móvel, a tela formadora. A ação filtrante da tela formadora, combinada com um sistema de vácuo, extrai a maior parte da água contida na polpa, formando assim, a folha de papel. A folha é prensada entre rolos para remover mais água. Na sequência, atravessa a seção de secagem, onde entra em contato com cilindros enormes que extraem a maior parte da água restante por meio da evaporação.
- **Acabamento:** O acabamento é constituído pelas etapas de conversão em folhas cortadas e embalagem de todos os produtos fabricados. O processo prescinde de modernos equipamentos para o corte, empacotamento e paletização - técnica mais utilizada para a movimentação e armazenagem de cargas ao longo das cadeias logísticas. Atualmente, na maioria das fábricas toda a produção é realizada automaticamente, sem contato manual.

Segmento Embalagem P.O.: A IRANI produz caixas de papelão – tipo maleta ou corte vinco – com rigoroso controle de qualidade e suporte técnico. O processo de impressão é a flexografia, que emprega clichês de borracha ou fotopolímero e tintas líquidas à base de água. O sistema proporciona secagem rápida e alta resistência à fricção. As chapas de papelão ondulado IRANI são ofertadas em variada gama de composições, e são reconhecidas pelo mercado por sua ótima resistência. Capas interna, intermediária, externa e miolo e seu excelente aproveitamento asseguram qualidade para o cliente.

Segmento Móveis: Este segmento comercializa móveis para o mercado nacional atendido com vendas exclusivamente pela internet, através da controlada Meu Móvel de Madeira. O perfil dos produtos é composto por linhas de dormitórios, salas e móveis auxiliares.

Segmento Florestal RS e Resinas: Este Segmento conta com as operações Florestais, que consiste no cultivo, colheita e comercialização de madeira de pinus de Florestas plantadas no RS, e na Unidade Resinas que está localizada em Balneário Pinhal no Estado do Rio Grande do Sul e produz breu e terebintina, a partir da extração da

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

resina natural de *Pinus*. O processo de resinagem na IRANI é realizado de acordo com as melhores normas e práticas ambientais de manejo. As árvores selecionadas precisam ter aproximadamente 12 anos de idade e possuir no mínimo, 18 cm de diâmetro. A resinagem consiste na extração de goma resina em árvores vivas do gênero *Pinus*. É considerada como uma forma de antecipar receitas de uma floresta implantada com outros objetivos, que não a produção da goma resina. Além disso, gera empregos diretos e contribui para a fixação do homem no meio rural. Na IRANI, os produtos obtidos nesse processo são comercializados para confecção de vernizes, tintas, sabões, colas, adesivos, esmaltes, desinfetantes, isolantes e perfumes que atendem atualmente, na sua maioria, as demandas do mercado externo.

b) características do processo de distribuição

A Irani comercializa seus produtos por venda direta e também através de sua rede de representantes, utilizando a figura de representantes. A área comercial em São Paulo, seu maior mercado, controla as vendas e distribuição para o Brasil e exterior.

O **Segmento Papel**, transfere aproximadamente 60% da sua produção para o Segmento Embalagem, do restante, cerca de 85% é comercializado no mercado interno e 15% no mercado externo, sendo os maiores mercados Argentina, Arábia Saudita, Paraguai, África do Sul, Venezuela, Peru, Chile, Costa Rica, México, Bélgica, Alemanha e Itália. No mercado interno os principais mercados atendidos são: São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Santa Catarina, Paraná e Rio de Janeiro.

O **Segmento Embalagem P.O.** atende o mercado interno, concentrando suas vendas nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. O estado onde concentra o maior volume de vendas é São Paulo, seguido por Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal.

Segmento Florestal RS e Resinas: Os principais mercados externos do breu e terebintina são Argentina, Estados Unidos da América, Holanda, Espanha, Portugal, França e Alemanha. O principal mercado interno atendido é o Rio Grande do Sul. Madeiras oriundas das florestas plantadas também tem como principal mercado interno atendido o estado do Rio Grande do Sul.

Segmento Móveis: Comercializa móveis para o mercado nacional atendido com vendas exclusivamente pela internet, através da controlada Meu Móvel de Madeira (www.meumoveldemadeira.com.br). Os principais mercados atendidos são: São Paulo e Rio de Janeiro.

c) características dos mercados de atuação: (i) participação em cada um dos mercados; (ii) condições de competição nos mercados

Segmento Embalagem P.O.: Os mercados atendidos de forma mais intensa são os alimentício, de fruticultura, cerâmico, *fast food*, laticínios e têxtil. Em 2010, a participação no mercado nacional do Segmento Embalagem em m² foi de 5,47%, segundo informações da ABPO (Associação Brasileira de Papelão Ondulado).

Segmento Papel: A IRANI desenvolve papéis Kraft especiais para usos específicos como: fabricação de sacos leves para rede de fast food e panificadoras, mascaramento de pintura, moldes de costura e plotter, fabricação de sacolas, sacos industriais, fitas gomadas e embrulhos e fabricação de envelopes. Em 2010 a IRANI detinha 4,6% do mercado brasileiro de papel para embalagens, segundo dados da Bracelpa (Associação Brasileira de Celulose e Papel).

Segmento Móveis: O perfil dos produtos é composto por linhas de dormitórios, salas e móveis auxiliares comercializados exclusivamente através da internet.

Segmentos Florestal RS e Resinas: O breu e a terebintina são comercializados para produção de vernizes, tintas, sabões, colas, adesivos, esmaltes, desinfetantes, isolantes e perfumes. A produção é direcionada ao mercado externo.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Madeira tem como principal mercado interno o Rio Grande do Sul.

d) eventual sazonalidade

Os mercados de papelão ondulado e de papel tendem a ser melhores no segundo semestre de cada ano.

e) principais insumos e matérias primas:

A Celulose Irani S.A. é uma empresa de Papel e Embalagem integrada, com base florestal própria. A essência dos seus negócios é a otimização do uso da floresta plantada de pinus (fibra longa), através do seu multiuso, buscando agregar valor a todas as etapas do processo produtivo, bem como a cada produto de origem florestal: celulose, papel, embalagem, madeiras, resinas e biomassa para energia. Na essência dos negócios da IRANI está a utilização de recursos naturais. A IRANI utiliza como matéria-prima dos seus produtos a floresta de pinus plantada e as aparas.

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

**7.4. Clientes relevantes (responsáveis por mais de 10% da receita líquida total da Companhia), informando:
(2010)**

a) montante total de receitas provenientes do cliente

b) segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente.

No exercício encerrado em 31.12.2010, um único cliente representava mais de 10% das vendas, com uma participação de 19,1% das receitas líquidas deste mercado no segmento Embalagem PO, equivalente a R\$ 51.500.000,00. As demais vendas da Companhia no mercado interno e externo são pulverizadas, não havendo concentração de vendas de percentual acima de 10% para nenhum cliente.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

7.5. Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades da Companhia:

a) necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

As autorizações aplicadas são: as licenças ambientais de operação, citando como exemplo os mais importantes: LAO aterro industrial SC nº 0027/2010; LAO Fábrica de papel SC nº 0212/2007; LAO Fábrica embalagem SC nº 191/2009; LAO Fábrica embalagem SP nº 36003218; LAO Fábrica resinas RS nº 02782/2009.

As licenças são tratadas juntamente com cada órgão ambiental estadual e são renovadas de forma sistemática antes do término de sua validade.

Têm-se outras autorizações como exemplo: registro produto no Ministério da Agricultura (MAPA) nº SC 21993 10000-0; registro de estabelecimento no MAPA nº (EP) SC 21993-2; certificado de registro no exercito nº 2853; certificado de licença de funcionamento da Polícia Federal nº 9920-1.

Essas licenças apresentadas são atualizadas constantemente.

b) política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental:

A Empresa tem uma política ambiental definida, comunicada e entendida por todas as partes interessadas. Os custos incorridos para manter o sistema de gestão ambiental são aprovados pela diretoria anualmente durante o ciclo de planejamento estratégico.

A empresa adota como padrão efetuar e manter um sistema de controle de emissões atmosféricas, qualidade do ar, emissão e remoção de gases de efeito estufa, consumo de água, geração de efluentes, geração de resíduos, educação ambiental e outras. Práticas todas pautadas e orientadas pelas normas da série 14.000 e FSC. A empresa tem dois projetos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo aprovados pela ONU e em uma iniciativa inédita no país, a Celulose Irani S.A. foi a primeira empresa do Brasil a certificar o seu Inventário de Gases de Efeito Estufa de acordo com a norma internacional ISO 14.064-1:2006.

c) dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Marcas registradas da Celulose Irani S.A.: IRANI, Meu Móvel de Madeira, HardSystem, FineKraft, FlexiKraft, FlatKraft, FancyKraft, EnveloKraft, BagKraft.

Não temos patentes, licenças, concessões, franquias ou contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades. Temos dois registros de Desenho Industrial concedidos pelo INPI: Configuração aplicada em caixa de papelão (data de depósito: 28/08/2001) e Configuração aplicada em bandeja descartável para copos (data de depósito: 30/08/2001).

Em 2010, houve o depósito de um Modelo de Utilidade junto ao INPI, denominado "Disposição introduzida em embalagem de papelão ondulado retornável para transporte".

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

7.6. Informações acerca dos países em que a Companhia obtém receitas relevantes no último exercício social (31.12.2010)

a) receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor.

As receitas líquidas de vendas da Companhia proveniente dos clientes atribuídos ao país sede (Brasil) totalizaram R\$ 398.083.000,00 e sua participação na receita líquida total da Companhia corresponde a 90%.

b) receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor.

c) receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor.

As receitas líquidas de vendas da Companhia proveniente dos clientes atribuídos a países estrangeiros (mercado externo) totalizaram R\$ 44.603.000,00, representando 10% da receita líquida total da Companhia. A receita líquida está distribuída por diversos países, conforme segue:

em mil reais		
31.12.10 Consolidado		
País	Rec. Líquida Exportação	% na Receita Líquida Total
Argentina	8.825	2,0%
Holanda	7.749	1,8%
Arábia Saudita	6.731	1,5%
Paraguai	3.120	0,7%
França	3.045	0,7%
Chile	2.747	0,6%
Peru	2.059	0,5%
Africa do Sul	1.722	0,4%
Alemanha	1.340	0,3%
Noruega	1.144	0,3%
Estados Unidos	1.086	0,2%
Bolívia	894	0,2%
Espanha	811	0,2%
Uruguai	612	0,1%
Colômbia	598	0,1%
Outros países	2.121	0,5%
	<u>44.603</u>	<u>10,1%</u>

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

7.7. Regulação dos países em que a Companhia obtém receitas relevantes:

Não aplicável.

7.8 - Relações de longo prazo relevantes

7.8. Outras relações de longo prazo relevantes da Companhia que não figurem em outra parte deste formulário:

Não aplicável.

7.9 - Outras informações relevantes

7.9. Outras informações relevantes:

Todas as informações relevantes já foram divulgadas acima.

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

8. GRUPO ECONÔMICO

8.1. a) Controladores diretos e indiretos

Na data deste Formulário de Referência, a Irani Participações S.A. é acionista controladora direta da Companhia. A Irani Participações é uma sociedade anônima brasileira de capital fechado cuja atividade principal é a participação no capital de outras empresas, sendo que detém 52,49% do total do capital da Companhia representada pela titularidade de 85.087.440 ações de emissão da Companhia. Considera-se controladora indireta da Companhia, a Companhia Comercial de Imóveis, que detém 62,07% do total do capital da Irani Participações.

A tabela abaixo mostra os acionistas detentores de mais de 5% do capital votante da Companhia (considerando as ações já desdobradas, conforme aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 19.04.2012):

Acionistas Diretos	Nacionalidade	CNPJ/CPF	Quantidade de ações ordinárias	Participação ON %	Quantidade de ações preferenciais	Participação PN %	Quantidade de ações Total	Participação Total %
Irani Participações S.A.	Brasileira	86.861.515/0001-00	80.892.600	54,19%	4.194.840	32,75%	85.087.440	52,49%
Habitasul Desenvol. Imobiliários S.A.	Brasileira	03.078.261/0001-12	25.442.780	17,04%	2.000.300	15,61%	27.443.080	16,93%
Companhia Comercial de Imóveis	Brasileira	92.752.377/0001-15	8.036.560	5,38%	1.180.240	9,21%	9.216.800	5,69%
Companhia Habitasul de Participações	Brasileira	87.762.563/0001-03	19.888.540	13,32%	1.188.560	9,28%	21.077.100	13,00%
Ações em tesouraria			1.338.040	0,90%	274.000	2,14%	1.612.040	1,00%
Outros acionistas			13.681.220	9,17%	3.972.320	31,01%	17.653.540	10,89%
Total			149.279.740	100%	12.810.260	100%	162.090.000	100%

b) Controladas e coligadas

A Companhia detém participações em diversas sociedades controladas, conforme a tabela abaixo:

Denominação Social	Sociedade	Participação do Emissor em sociedade do grupo		
		2010	2009	2008
Irani Trading S.A.	controlada	99,98%	99,98%	99,98%
Habitasul Florestal S.A.	controlada	100%	100%	100%
Meu Móvel de Madeira Comércio de Móveis e Decorações Ltda	controlada	99,93%	99,77%	99,77%
HGE – Geração de Energia Sustentável Ltda	controlada	99,98%	99,98%	-
Brastilo, Inc.	controlada	-	100%	100%

c) participações da Companhia em sociedades do grupo

Não há outras participações da Companhia em sociedades do grupo além daquelas já descritas.

d) participações de sociedades do grupo na Companhia

Não há participações de sociedades do grupo na Companhia.

e) sociedades sob controle comum

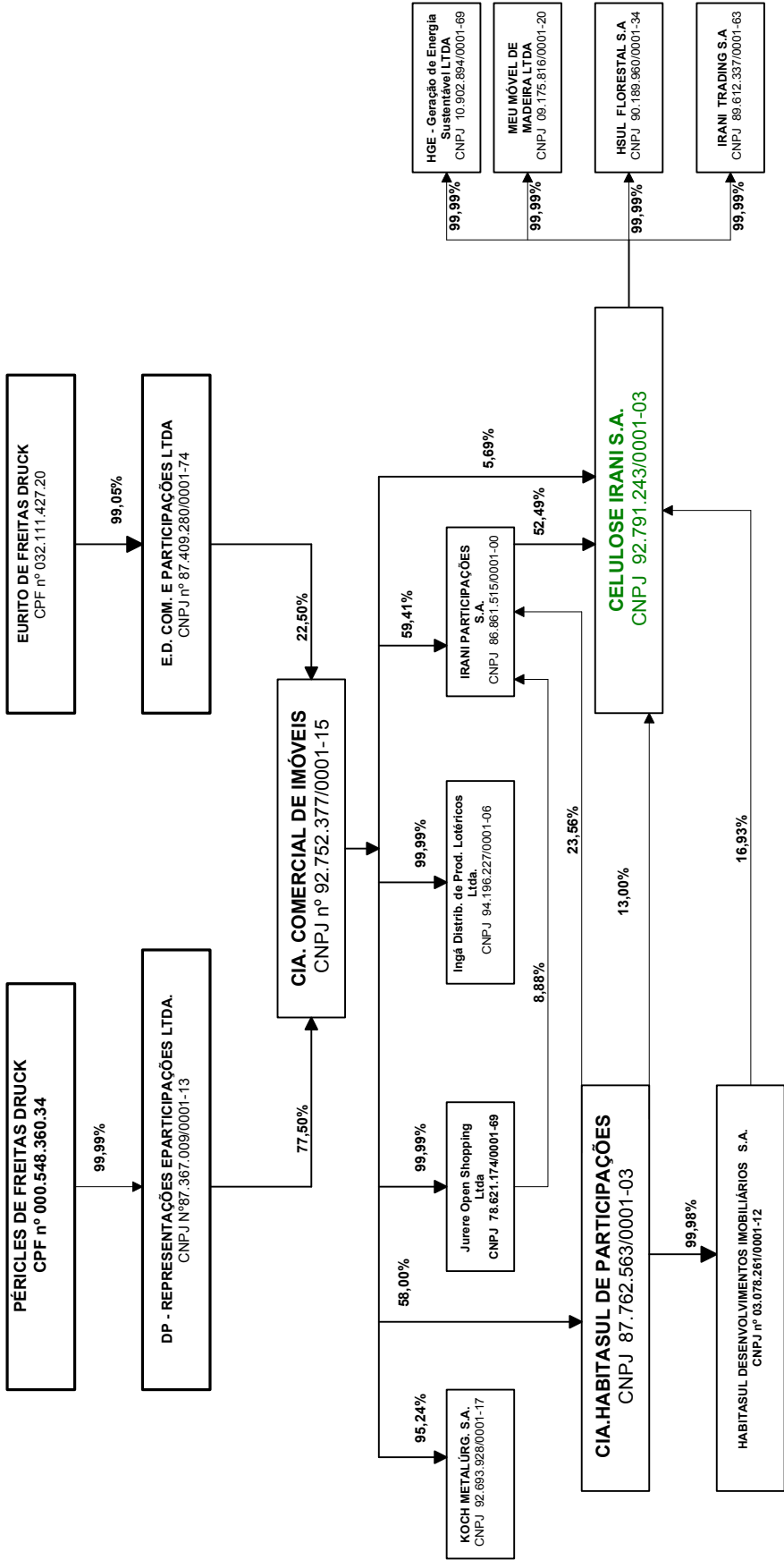
Não há no grupo sociedades sob controle comum.

8.2 - Organograma do Grupo Econômico



Celulose Irani S.A.
Organograma Empresarial

Participação no Capital Total



8.3 - Operações de reestruturação

Data da operação	21/09/2010
Evento societário	Outro
Descrição do evento societário "Outro"	Encerramento das atividades de fabricação móveis
Descrição da operação	O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 21 de Setembro de 2010, aprovou o encerramento das atividades de fabricação de móveis em sua unidade própria localizada em Rio Negrinho (SC) bem como a alienação de seus ativos. As operações foram efetivamente encerradas em outubro de 2010, entretanto a Companhia manterá sua estratégia de comercialização de móveis no mercado interno para o consumidor final através de sua controlada Meu Móvel de Madeira Comércio de Móveis e Decorações Ltda.
Data da operação	25/11/2009
Evento societário	Outro
Descrição do evento societário "Outro"	Aquisição de participação em controlada
Descrição da operação	A Companhia adquiriu a participação de 90% na controlada HGE – Geração de Energia Sustentável Ltda, representada por 9.000 quotas no valor total de R\$ 9.000,00. Ato seguinte, a Companhia realizou aumento de capital no montante de R\$ 4.000.000,00, a ser integralizado até o final de 2011, passando sua participação para 99,98%.
Data da operação	28/09/2009
Evento societário	Aquisição e alienação de ativos importantes
Descrição da operação	A Companhia realizou a venda de 3.284,78 hectares de terra (Fazenda Serraria Grande) localizadas no município de Caçador, estado de Santa Catarina, para Florestal Itaqui - Florestamento e Reflorestamento Ltda por R\$ 27.500.000,00. Não houve outros eventos societários pelos quais tenha passado a Companhia ou qualquer de suas controladas e que tenham resultado em alterações em seu quadro societário.
Data da operação	17/07/2009
Evento societário	Outro
Descrição do evento societário "Outro"	Aumento de capital de sua subsidiária integral
Descrição da operação	A Companhia aumentou o capital de sua subsidiária integral Irani Trading pelo aporte de um imóvel industrial no montante de R\$ 38.172.000,00, com a finalidade de captar recursos através de uma oferta pública de certificado de recebíveis imobiliários lastreado no contrato de locação.

8.4 - Outras informações relevantes

8.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações foram divulgadas acima.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

9.1. Bens do ativo não-circulante relevantes para o desenvolvimento das atividades da Companhia: (no último exercício social)

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia operava com 4 unidades fabris e possuía escritórios em São Paulo (SP), Joaçaba (SC) e matriz em Porto Alegre (RS).

As áreas florestais da IRANI estão localizadas nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul e totalizam 43.695 hectares, sendo que as áreas florestais próprias de Santa Catarina compreendem um total de 29.781 hectares, distribuídas em 5 (cinco) municípios e 14 (quatorze) propriedades próprias e 3.230 hectares de área de fomento e parceria em 20 municípios da região. As áreas florestais do Rio Grande do Sul estão distribuídas em (5) cinco municípios e compreendem um total de 13.914 hectares, sendo 13.531 hectares de áreas próprias e 383 hectares de arrendamentos.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Fábrica de papel kraft	Brasil	SC	Vargem Bonita	Alugada
Fábrica de embalagens de papelão ondulado	Brasil	SC	Vargem Bonita	Alugada
Fábrica de embalagens de papelão ondulado	Brasil	SP	Indaiatuba	Alugada
Fábrica de resinas - produção de breu e terebintina extraída do pinus	Brasil	RS	Balneário Pinhal	Alugada
Fábrica de móveis	Brasil	SC	Rio Negrinho	Própria

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não há patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia registrados no ativo não-circulante relevantes para o desenvolvimento das atividades da Companhia.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
Habitasul Florestal S.A.	90.189.960/0001-34	-	Controlada	Brasil	RS	Porto Alegre	Realiza operações de plantio, corte e manejo de florestas de pinus e extração de resinas	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2010	20,170000	0,000000	9.420.104,04	Valor contábil	31/12/2010	119.957.492,41		
31/12/2009	264,910000	0,000000	2.183.000,00					
31/12/2008	0,420000	0,000000	1.566.000,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A controlada faz parte do negócio da Companhia								
HGE - Geração de Energia Sustentável	10.902.894/0001-69	-	Controlada	Brasil	RS	Porto Alegre	Geração, transmissão e distribuição de energia elétrica de origem eólica para fins de comércio em caráter permanente, que será gerada através de Parques Eólicos.	99,980000
				Valor mercado				
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2010	3.529.652,54		
31/12/2009	100,000000	0,000000	0,00					
31/12/2008	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A controlada faz parte do negócio da Companhia. Encontra-se em fase de desenvolvimento do projeto e não está em operação.								
Irani Trading S.A.	89.612.337/0001-63	-	Controlada	Brasil	RS	Porto Alegre	Realiza operações de intermediação de exportações e importações de bens, exportação de bens adquiridos para tal fim e na administração e locação de imóveis.	99,980000
				Valor mercado				
31/12/2010	11,840000	0,000000	5.447.895,96	Valor contábil	31/12/2010	85.051.668,95		
31/12/2009	2309,570000	0,000000	357.000,00					
31/12/2008	0,600000	0,000000	207.000,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A controlada faz parte do negócio da Companhia								
Meu Móvel de Madeira Ltda	09.175.816/0001-20	-	Controlada	Brasil	SC	Rio Negrinho	Realiza operações de venda a varejo de móveis e decorações e serviços de montagem de móveis	99,930000

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
				Valor mercado				
31/12/2010	100,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2010	1.510.307,81		
31/12/2009	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2008	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A controlada faz parte do negócio da Companhia								

9.2 - Outras informações relevantes

9.2. Outras informações relevantes:

A fábrica de móveis localizada em Rio Negrinho (SC) teve as atividades paralisadas em Outubro/2010 e está em processo de encerramento.

Todas as demais informações relevantes foram divulgadas acima.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria entende que a Companhia tem condições financeiras e patrimoniais para cumprir com suas obrigações de curto e longo prazo, e implementar sua estratégia de negócio. De acordo com as demonstrações financeiras de 31.12.2010, 38,6% da dívida total estava no curto prazo, em montante de R\$ 127,7 milhões. As disponibilidades em 31.12.2010 perfaziam R\$ 50,8 milhões. A Companhia emitiu, em 25.03.2010, debêntures de espécie simples, não conversíveis em ações, no montante de R\$ 100 milhões com prazo total de 5 anos e em 03.08.2010 emitiu, através de sua subsidiária Irani Trading S.A., Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI no montante de R\$ 41,1 milhões e prazo de 3 anos. Estas emissões foram suficientes para fazer frente à necessidade de refinanciamento de 2010 e o nível de alavancagem operacional (Dívida Líquida/EBITDA) fechou em 3,04 vezes. Com isso segue a tendência de desalavancagem operacional a medida que o retorno do Projeto Superação é capturado e os financiamentos são liquidados. A administração entende que um índice de alavancagem operacional na casa das 2,5 vezes é uma estrutura de capital saudável e eficiente, mantidos prazos médios de liquidação alongados.

b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas

	2010	ah %	2009	ah %	01.01.09
Total de dívidas*	331.204.000,00	9,0	303.806.000,00	(20,3)	381.013.000,00
(-) Disponibilidades*	50.846.000,00	233,9	15.227.000,00	223,3	4.710.000,00
Dívida Líquida	280.358.000,00	(2,8)	288.579.000,00	(23,3)	376.303.000,00
Patrimônio líquido	467.116.000,00	5,5	442.713.000,00	4,2	424.666.000,00
Capital social realizado	63.381.000,00	-	63.381.000,00	-	63.381.000,00

*Total de dívidas: Composto por empréstimos e financiamentos, partes relacionadas da Habitasul Desenvolvidos Imobiliários, debêntures e Cédula de crédito imobiliário – CRI.

*Disponibilidades: Composta por caixa e equivalentes de caixa e bancos conta vinculada Banco do Brasil Nova York e Banco Credit Suisse Brasil, que representam valores retidos para garantia de amortização de parcelas de empréstimo pré pagamento de exportações e aplicação financeira retida em garantia de Swap de Fluxo de Caixa, respectivamente.

A Administração da Companhia entende que os níveis de alavancagem (*Capital de Terceiros/Capital Próprio*) estão adequados ao momento de pós investimento. O Patrimônio Líquido de 31.12.2010 era de R\$ 467.116.000,00 e a Dívida Líquida de R\$ 280.358.000,00, o que demonstra uma estrutura de capital de 62,5% de capital próprio e 37,5% de capital de terceiros.

Em 24.11.2010 o Conselho de Administração aprovou a recompra de ações no mercado de até 10% das ações em circulação para posterior cancelamento ou alienação. O plano de recompra de ações tem validade até 23.11.2011. Os limites para compra são de até 18.646 ações preferenciais escriturais e 62.356 ações ordinárias escriturais. Até 31.12.2010 haviam sido recompradas 7.900 ações ordinárias e 1.200 ações preferenciais.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**

A evolução da Dívida Líquida / EBITDA tem seu ponto de alavancagem mais elevado em dezembro de 2008, devido ao carregamento integral da dívida referente aos investimentos realizados no Projeto Superação (R\$ 160,8 milhões). A relação Dívida Líquida / EBITDA caiu de 6,35 vezes (dezembro de 2008) para 3,13 vezes (dezembro de 2009) e fechando 2010 em 3,04 vezes. Neste período houve, por um lado, o incremento do EBITDA e por outro a redução do endividamento pela liquidação da dívida e valorização do Real em relação ao Dólar e Euro.

A Administração da Companhia entende que, com a estrutura da dívida em 31.12.2010 e levando em consideração a geração de caixa operacional EBITDA nos patamares apresentados em 2010, é perfeitamente possível honrar os compromissos assumidos no curto e no longo prazo, desde que não ocorram mudanças relevantes no cenário econômico e de crédito no Brasil e no mundo.

Indicadores Econômicos Financeiros	2010	2009	2008
Faturamento líquido	442.686.000,00	349.997.000,00	388.391.000,00
Lucro (prejuízo) líquido	34.360.000,00	21.951.000,00	(54.223.000,00)
Resultado financeiro	(41.619.000,00)	12.845.000,00	(91.189.000,00)
Endividamento oneroso líquido (dívida líquida)	280.358.000,00	288.579.000,00	376.303.000,00
Passivo exigível / passivo total	59,2%	58,3%	62,8%
EBITDA ajustado	92.216.000,00	92.340.000,00	58.511.000,00
Endividamento oneroso líquido / EBITDA	3,0	3,1	6,4

Nota: EBITDA é o resultado operacional adicionado das (receitas) despesas financeiras líquidas e de depreciações, exaustões e amortizações. O EBITDA não é uma medida utilizada nas práticas contábeis adotadas no Brasil, não representando o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como sendo uma alternativa ao lucro líquido na qualidade de indicador do nosso desempenho operacional ou como uma alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem um significado padronizado e nossa definição de EBITDA pode não ser comparável ao EBITDA ou EBITDA ajustado conforme definido por outras Companhias. Ainda que o EBITDA não forneça, de acordo com as práticas contábeis utilizadas no Brasil uma medida do fluxo de caixa operacional, nossa administração o utiliza para mensurar nosso desempenho operacional. Adicionalmente, entendemos que determinados investidores e analistas financeiros utilizam o EBITDA como indicador do desempenho operacional de uma Companhia e/ou de seu fluxo de caixa.

No EBITDA ajustado apresentado foram somados valores de Provisões de R\$ 9.432.000,00 em 2010, R\$ 4.581.000,00 em 2009, R\$ 10.238.000,00 em 2008 e Eventos não recorrentes nos valores de R\$ (1.645.000,00) em 2009 e de R\$ 2.316.000,00 em 2008.

O prejuízo de 2008 decorreu basicamente da valorização do dólar frente ao real que provocou efeitos de variação cambial negativa na despesa financeira. Esta variação cambial teve efeito apenas econômico e foi praticamente toda revertida em 2009.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas e
e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia utiliza linhas de curto prazo e de longo prazo junto a instituições financeiras para financiar sua necessidade de capital de giro.

Para os investimentos do Projeto Superação realizado durante os anos 2007 e 2008, a Companhia captou recursos via financiamentos de pré-pagamento de exportação e de linhas BNDES (Finames) com vencimentos de longo prazo. Para financiamentos de capital de giro e demais investimentos a Companhia utiliza linhas de créditos disponíveis pelas instituições financeiras e que apresentam taxas de remuneração razoáveis.

A Companhia emitiu em 2010 debêntures de espécie simples, não conversíveis em ações, cuja colocação foi feita por meio de oferta pública com esforços restritos de distribuição no valor de emissão de R\$ 100 milhões (cem milhões de reais). Os recursos obtidos com a emissão das debêntures foram utilizados pela Companhia para liquidação de dívidas de curto prazo e/ou dispêndios realizados e a realizar dentro das atividades da Companhia. As debêntures vencerão após 60 (sessenta) meses da data de emissão e serão amortizadas em 8 (oito) parcelas semestrais a partir do 18º (décimo oitavo) mês seguinte à data da emissão.

Também em 2010 a Companhia emitiu Instrumento Particular de Cédula de Crédito Imobiliário - CCI, lastreada em contrato de locação com a controlada Irani Trading S.A. Através de cessão do CCI para a Brazilian Securities Companhia de Securitização, foram emitidos Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRIs, que foram pagos a preço da cessão de R\$ 40.833.000,00. Esta operação está sendo liquidada em 37 parcelas mensais, com término em agosto de 2013.

f) níveis de endividamento e características das dívidas

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, a Companhia possuía contratos de empréstimos e financiamentos, debêntures e cédula de crédito imobiliário - CRI que somavam R\$ 331.204.000,00, sendo que R\$ 127.700.000,00 representavam empréstimos de curto prazo e R\$ 203.504.000,00 empréstimos de longo prazo.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, a Companhia possuía contratos de empréstimos e financiamentos que somavam R\$ 303.500.000,00, sendo que R\$ 134.775.000,00 representavam empréstimos de curto prazo e R\$ 168.725.000,00 empréstimos de longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2010, 38,6 % do endividamento total correspondiam a dívida de curto prazo. Em 31 de dezembro de 2009 e 2008, essa relação era de 44,5% e 31,6%, respectivamente.

O endividamento líquido consolidado (com credores financeiros menos disponibilidades, conforme conceito apresentado no item 10.1 b), em 31 de dezembro de 2010 foi de R\$ 280.358.000,00, em 31 de dezembro de 2009 foi de R\$ 288.579.000,00 e em 31 de dezembro de 2008 foi de R\$ 376.303.000,00.

O endividamento total consolidado (com credores financeiros) em 31 de dezembro de 2010 foi de R\$ 331.204.000,00, em 31 de dezembro de 2009 foi de R\$ 303.806.000,00, enquanto que, em 31 de dezembro de 2008, era de R\$ 381.013.000,00.

A tabela abaixo demonstra a dívida (com credores financeiros) de curto e longo prazo, bem como o patrimônio líquido da Companhia nos períodos indicados:

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Indicadores Econômicos Financeiros	2010	ah%	2009	ah%	2008
Dívidas de curto prazo					
Moeda Nacional	100.208.000,00	53,9	65.126.000,00	0,2	64.978.000,00
Moeda estrangeira	<u>27.492.000,00</u>	(60,7)	<u>69.955.000,00</u>	17,0	<u>59.811.000,00</u>
Total curto prazo	<u>127.700.000,00</u>	(5,5)	<u>135.081.000,00</u>	8,2	<u>124.789.000,00</u>
Dívidas de longo prazo					
Moeda Nacional	131.155.000,00	104,5	64.126.000,00	(4,9)	67.401.000,00
Moeda estrangeira	<u>72.349.000,00</u>	(30,8)	<u>104.599.000,00</u>	(44,6)	<u>188.823.000,00</u>
Total longo prazo	<u>203.504.000,00</u>	20,6	<u>168.725.000,00</u>	(34,1)	<u>256.224.000,00</u>
Total de dívidas*	<u>331.204.000,00</u>	9,0	<u>303.806.000,00</u>	(20,3)	<u>381.013.000,00</u>
(-) Disponibilidades*	50.846.000,00	233,9	15.227.000,00	223,3	4.710.000,00
Dívida líquida	<u>280.358.000,00</u>	(2,8)	<u>288.579.000,00</u>	(23,3)	<u>376.303.000,00</u>
Patrimônio líquido	467.116.000,00	5,5	442.713.000,00	4,2	424.666.000,00
Capital social realizado	63.381.000,00	-	63.381.000,00	-	63.381.000,00
*Total de dívidas: Composto por empréstimos e financiamentos, partes relacionadas da Habitasul Desenvolvidimentos Imobiliários, Debêntures e Cédula de crédito imobiliário – CRI.					
*Disponibilidades: Composta por caixa e equivalentes de caixa e bancos conta vinculada Banco do Brasil Nova York e Banco Credit Suisse Brasil, que representam valores retidos para garantia de amortização de parcelas de empréstimo pré-pagamento de exportações e aplicação financeira retida em garantia de Swap de Fluxo de Caixa, respectivamente.					
i) A tabela abaixo mostra o endividamento bancário da Companhia nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e em 01 de janeiro de 2009.					

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

	31.12.10	31.12.09	01.01.09	
Circulante				
Moeda nacional				
FINAME	10.252.000,00	12.947.000,00	16.623.000,00	a)
Capital de giro	63.308.000,00	50.301.000,00	35.144.000,00	b)
Leasing financeiro	602.000,00	1.572.000,00	1.412.000,00	c)
Duplicatas Descontadas / Valor	-	-	4.831.000,00	
Total moeda nacional	74.162.000,00	64.820.000,00	58.010.000,00	
Moeda estrangeira				
Leasing financeiro	2.199.000,00	2.297.000,00	3.084.000,00	d)
Adiantamento de contrato de câmbio	322.000,00	7.339.000,00	23.311.000,00	e)
Banco Votorantim	1.186.000,00	3.122.000,00	4.239.000,00	f)
Banco Itaú BBA	-	11.511.000,00	17.543.000,00	
DF Deutsche Forfait s.r.o.	347.000,00	375.000,00	928.000,00	g)
Toronto Dominion Bank	310.000,00	324.000,00	434.000,00	h)
Banco Credit Suisse	16.824.000,00	34.273.000,00	4.133.000,00	i)
Banco C.I.T.	863.000,00	972.000,00	1.257.000,00	j)
Banco Santander (Brasil)	1.400.000,00	1.536.000,00	2.180.000,00	k)
Banco Santander	1.840.000,00	2.074.000,00	2.702.000,00	l)
Banco Santander Pré pagto.de exportação	2.201.000,00	6.132.000,00	-	m)
Total moeda estrangeira	27.492.000,00	69.955.000,00	59.811.000,00	
Total do circulante	101.654.000,00	134.775.000,00	117.821.000,00	
Não Circulante				
Moeda nacional				
FINAME	15.066.000,00	25.807.000,00	31.656.000,00	a)
Capital de giro	5.174.000,00	37.900.000,00	32.832.000,00	b)
Leasing financeiro	694.000,00	419.000,00	1.752.000,00	c)
Total moeda nacional	20.934.000,00	64.126.000,00	66.240.000,00	
Moeda estrangeira				
Leasing financeiro	3.601.000,00	6.800.000,00	12.490.000,00	d)
Banco Votorantim	-	1.261.000,00	5.946.000,00	
Banco Itaú BBA	-	4.796.000,00	-	
DF Deutsche Forfait s.r.o.	-	375.000,00	464.000,00	g)
Toronto Dominion Bank	155.000,00	485.000,00	1.086.000,00	h)
Banco Credit Suisse	63.090.000,00	77.115.000,00	148.240.000,00	i)
Banco C.I.T.	863.000,00	1.944.000,00	3.771.000,00	j)
Banco Santander (Brasil)	2.800.000,00	4.609.000,00	8.720.000,00	k)
Banco Santander	1.840.000,00	4.148.000,00	8.106.000,00	l)
Banco Santander Pré pagto.de exportação	-	3.066.000,00	-	m)
Total moeda estrangeira	72.349.000,00	104.599.000,00	188.823.000,00	
Total do não circulante	93.283.000,00	168.725.000,00	255.063.000,00	
Total	194.937.000,00	303.500.000,00	372.884.000,00	

Estão apresentados abaixo, os índices de atualização dos empréstimos, bem como sua exigibilidade e vencimento final de cada um, na data base 31 de dezembro de 2010.

Empréstimos em moeda nacional:

- a) Finame - estão sujeitos a taxas de juros médias de 9,73% a.a., com vencimento final em 2019.
- b) Capital de Giro - estão sujeitos a taxas de juros médias de 9,57% a.a. com vencimento final no segundo semestre de 2012.
- c) Leasing Financeiro – estão sujeitos a taxas de juros médias de 21,7% a.a. com vencimento final no início de 2014.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Empréstimos em moeda estrangeira:

Os empréstimos em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2010 estão atualizados pela variação cambial do dólar ou do euro, e sobre os mesmos incidem juros médios de 9,37% a.a. para operações em dólar e de 4,89% a.a. para operações em Euro.

- d) Leasing Financeiro atualizável pela variação cambial do dólar e pagável em parcelas trimestrais com vencimento no final de 2013.
- e) Os adiantamentos de contrato de câmbio são atualizados pela variação cambial do dólar ou do euro e têm suas faturas fixadas para liquidação até fevereiro de 2011.
- f) Banco Votorantim S.A., atualizável pela variação cambial do dólar, pagável em parcelas trimestrais e semestrais com vencimento final em junho de 2011.
- g) DF Deutsche Forfait s.r.o, atualizável pela variação cambial do euro, pagável em parcelas semestrais com vencimento final no segundo semestre de 2011.
- h) Toronto Dominion Bank, atualizável pela variação cambial do dólar, pagável em parcelas semestrais com vencimento final no primeiro semestre de 2012.
- i) Banco Credit Suisse, atualizável pela variação cambial do dólar, pagável em parcelas trimestrais com vencimento final em 2015, refere-se à operação de pré-pagamento de exportação. O financiamento foi contratado conforme aprovação do Conselho de Administração está sendo destinado ao financiamento das exportações, ao alongamento da dívida e a implementação do plano de investimentos 2007/2008 da Companhia. Em 30 de setembro de 2010 a Companhia renegociou os prazos e os valores de amortização das parcelas trimestrais, passando o vencimento final do contrato de 2013 para 2015.
- j) Banco C.I.T., atualizável pela variação cambial do euro, pagável em parcelas trimestrais com vencimento final em 2012.
- k) Banco Santander (Brasil), atualizável pela variação cambial do euro, pagável em parcelas anuais com vencimento final em 2013.
- l) Banco Santander, atualizável pela variação cambial do euro, pagável em parcelas semestrais com vencimento final em 2012.
- m) Banco Santander P.P.E.- Pré pagamento de exportação – atualizável pela variação cambial do dólar, pagável em parcelas semestrais com vencimento final em 2011.

Garantias

A Companhia mantém em garantia das operações aval dos controladores e/ou hipoteca ou alienação fiduciária de terrenos, edificações, máquinas e equipamentos e ativos biológicos (florestas), com valor aproximado de R\$ 163.000.000,00.

Para o financiamento de pré-pagamento de exportação, contratado junto ao Banco Credit Suisse, foram oferecidos como garantia as ações que a Companhia detém da controlada Habitasul Florestal S.A., alguns terrenos com suas respectivas florestas da Celulose Irani S.A., máquina onduladeira marca B.H.S. da unidade Embalagem de Indaiatuba – SP, caldeira 11 marca HPB-Sermatec Mod. VS-500 da Unidade Papel e ações que a Irani Participações S.A. detém da Companhia. Essas garantias têm valor aproximado de R\$ 184.000.000,00.

Em garantia a operação do Banco Santander (Brasil) foram oferecidos os direitos da carteira sobre a negociação dos créditos de carbono, oriundos do projeto de Co-Geração de Energia negociados em contratos com vigência até o ano de 2012.

Cláusulas Financeiras Restritivas:

Alguns contratos de financiamento junto a instituições financeiras possuem cláusulas financeiras restritivas vinculadas à manutenção de determinados índices financeiros, conforme abaixo:

Banco Santander (Brasil) (verificação realizada somente no final de cada exercício).

- a) Margem de EBITDA igual ou maior a 11% em 2007 e 17% de 2008 a 2013;
- b) Relação dívida líquida sobre EBITDA de 6 vezes em 2007 e de 3 vezes de 2008 a 2013;
- c) Alavancagem financeira máxima de 2 vezes o patrimônio líquido tangível conforme definido em contrato;

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Banco Credit Suisse

- a) Relação dívida líquida sobre EBITDA de 3,50 vezes para os trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2010, 3,25 vezes para os trimestres findos em 31 de dezembro de 2010, 31 de março e 30 de junho de 2011, (iii) 3,0 vezes para os trimestres findos em 30 de setembro, 31 de dezembro de 2011, 31 de março de 2012; 2,75 vezes para os trimestres findos em 30 de junho e 30 de setembro 2012; e 2,50 vezes para os trimestres subsequentes até 2015.
- b) Relação EBITDA sobre despesa financeira líquida de no mínimo 2,0 vezes para os trimestres findos em 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de 2010; 2,25 vezes para o trimestre findo em 31 de março de 2011 e de 2,50 vezes para os trimestres fiscais subsequentes até 2015;
- c) Dívida líquida ao final de cada ano fiscal não poderá exceder US\$ 170 milhões (cento e setenta milhões de dólares). Exceto quando a dívida líquida em relação ao EBITDA for igual ou inferior a 2,5 vezes.
- d) Os gastos com investimentos não poderão ser superiores a 50% do valor da Depreciação somada a Exaustão e Amortização para o ano de 2009 e não superiores a 75% para os anos de 2010 a 2015. Exceto quando a dívida líquida em relação ao EBITDA for igual ou inferior a 2,5 vezes.

A Companhia atingiu todos os índices exigidos nas cláusulas contratuais do Banco Credit Suisse e Banco Santander.

TJLP – Taxa de juros de longo prazo.

CDI – Certificado de depósito interbancário

EBITDA - o resultado operacional adicionado das (receitas) despesas financeiras líquidas e de depreciações, exaustões e amortizações.

ROL – Receita operacional líquida

- ii) Também compõe o total de dívidas da companhia operações de Debêntures e Cédula de crédito imobiliário, conforme segue:

Debêntures

A Companhia emitiu debêntures simples em 12 de abril de 2010, não conversíveis em ações, cuja colocação foi feita por meio de oferta pública com esforços restritos de distribuição, no valor de R\$ 100.000.000,00. As debêntures vencerão após abril de 2015 e serão amortizadas em oito parcelas semestrais a partir de Setembro de 2011, atualizável pela variação do CDI acrescido de 5% a.a. Os juros são devidos em parcelas semestrais sem carência.

Garantias:

As Debêntures contam com garantias reais no valor aproximado de R\$ 164.500.000,00, conforme segue:

- Alienação fiduciária em favor do Agente Fiduciário de Terras da Celulose Irani em conformidade com os termos e condições do Instrumento Particular de Contrato de Alienação de Imóvel Irani e outras Avenças, o qual garantirá a dívida até o limite de R\$ 20 milhões.
- Alienação fiduciária em favor do Agente Fiduciário de Terrenos e Edificações da Irani Trading em conformidade com os termos e condições do Instrumento Particular de Contrato de Alienação de Imóvel Trading e outras Avenças, o qual garantirá a dívida até o limite de R\$ 40 milhões.
- Penhor Agrícola em favor do Agente Fiduciário de Ativos Florestais da Celulose Irani em conformidade com os termos e condições do Instrumento Particular de Contrato de Penhor Agrícola e outras Avenças.
- Cessão fiduciária em favor do Agente Fiduciário de direitos creditórios de titularidade da Celulose Irani no valor de 25% do saldo devedor de principal das Debêntures;

Cláusulas Financeiras Restritivas:

Foram determinadas algumas cláusulas restritivas vinculadas à manutenção de determinados índices financeiros com verificação trimestral, e o não atendimento pode gerar evento de vencimento antecipado da dívida. As cláusulas restritivas foram integralmente cumpridas neste exercício e estão apresentadas abaixo:

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

- a relação entre a Dívida Líquida e o EBITDA dos Últimos 12 Meses não poderá ser superior a: (i) para os trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2010, 3,50x (três vírgula cinquenta vezes); (ii) para os trimestres findos em 31 de dezembro de 2010, 31 de março e 30 de junho de 2011, 3,25x (três vírgula vinte e cinco vezes); (iii) para os trimestres findos em 30 de setembro, 31 de dezembro de 2011, 31 de março de 2012, 3,00x (três vezes); iv) para os trimestres findos em 30 de junho e 30 de setembro 2012, 2,75x (duas vírgula setenta e cinco vezes); e (v) a partir do trimestre findo em 30 de dezembro de 2012, 2,50x (duas vírgula cinquenta vezes). Ressalvado no entanto, que caso, em um dado trimestre fiscal (Trimestre Referência), o descumprimento do indicador de relação entre Dívida Líquida e o EBITDA dos Últimos 12 Meses, tenha ocorrido em um período onde a Variação Cambial tenha sido positiva e superior a 15% (quinze por cento), fica desde já estabelecido que, somente nesta hipótese, a Emissora fica dispensada do cumprimento deste índice financeiro para este trimestre. Haverá uma nova medição deste indicador, com base nos resultados relativos ao trimestre fiscal imediatamente subsequente (Trimestre Subsequente) onde a relação entre a Dívida Líquida e o EBITDA dos Últimos 12 Meses não poderá ser superior ao limite pré estabelecido relativo ao Trimestre Referência.
- a relação entre o EBITDA dos Últimos 12 Meses e a Despesa Financeira Líquida dos Últimos 12 Meses não poderá ser inferior a: (i) para os trimestres findos em 31 de março, 30 de junho, 30 de setembro e 31 de dezembro de 2010, 2,00 x (duas vezes); (ii), para o trimestre findo em 31 de março de 2011, 2,25x (duas vírgula vinte e cinco vezes) e (iii) a partir do trimestre findo em 30 de junho de 2011 (inclusive), até o integral cumprimento de todas as obrigações decorrentes dos Documentos da Emissão, 2,50x (duas vírgula cinquenta vezes).
- a relação entre o EBITDA dos Últimos 12 Meses e a Receita Líquida dos Últimos 12 Meses não poderá ser inferior a 17% (dezessete por cento) em todo o período da operação, até o integral cumprimento de todas as obrigações decorrentes dos Documentos da Emissão.

Cédula de Crédito Imobiliário - CRI

Em 03 de agosto de 2010 a controlada Irani Trading S.A. emitiu Instrumento Particular de Cédula de Créditos Imobiliários – CCI, lastreada em contrato de locação celebrado em 20 de outubro de 2009, entre a Irani Trading S.A. e Celulose Irani S.A..

A Irani Trading S.A. cedeu a CCI para a Brazilian Securities Companhia de Securitização. Em decorrência desta cessão, a Securitizadora emitiu em regime fiduciário Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRIs e pagou em 06 de agosto de 2010 para a Irani Trading S.A. o preço da cessão da CCI, no montante de R\$ 40.833.000,00, que equivale ao valor presente líquido de 37 parcelas futuras de aluguel à taxa de 14,70% a.a.

Essa operação está sendo liquidada em 37 parcelas mensais e consecutivas no valor de R\$ 1.364.000,00 cada, com início em 25 de agosto de 2010 e término em 25 de agosto de 2013, devidas pela locatária Celulose Irani S.A. à cedente Irani Trading S.A., por força do contrato de locação.

Garantias:

A Companhia constituiu garantias reais em favor da Securitizadora em montante aproximado de R\$ 35.800.000,00, sendo:

- Hipoteca dos imóveis da Celulose Irani S/A, objeto das matrículas nº 2.479, 2.481 e 8.535 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Ponte Serrada, SC.
- Penhor Agrícola dos ativos florestais (pinus e eucaliptos) existentes nas áreas objeto de hipoteca, relacionadas no item anterior.
- Cessão Fiduciária de Bens e Direitos representada por Caução de Duplicatas, em montante equivalente a 3(três) parcelas mensais devidas pela locatária Celulose Irani S.A. à Cedente Irani Trading S.A., por força do contrato de locação.

Cláusulas Financeiras Restritivas:

Foram determinadas algumas cláusulas financeiras restritivas vinculadas à manutenção de determinados índices financeiros com

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

verificação trimestral, e o não atendimento pode gerar evento de vencimento antecipado da dívida. As cláusulas restritivas foram integralmente cumpridas neste exercício e estão apresentadas abaixo:

- a relação entre a Dívida Líquida e o EBITDA dos Últimos 12 Meses não poderá ser superior a: (i) para os trimestres findos em 31 de março , 30 de junho e 30 de setembro de 2010, 3,50x (três vírgula cinquenta vezes); (ii) para os trimestres findos em 31 de dezembro de 2010, 31 de março e 30 de junho de 2011, 3,25x (três vírgula vinte e cinco vezes); (iii) para os trimestres findos em 30 de setembro , 31 de dezembro de 2011, 31 de março de 2012, 3,00x (três vezes); iv) para os trimestres findos em 30 de junho e 30 de setembro 2012, 2,75x (duas vírgula setenta e cinco vezes); e (v) a partir do trimestre findo em 30 de dezembro de 2012, 2,50x (duas vírgula cinquenta vezes). Ressalvado no entanto, que caso, em um dado trimestre fiscal (Trimestre Referência), o descumprimento do indicador de relação entre Dívida Líquida e o EBITDA dos Últimos 12 Meses, tenha ocorrido em um período onde a Variação Cambial tenha sido positiva e superior a 15% (quinze por cento), fica desde já estabelecido que, somente nesta hipótese, a Emissora fica dispensada do cumprimento deste índice financeiro para este trimestre. Haverá uma nova medição deste indicador, com base nos resultados relativos ao trimestre fiscal imediatamente subsequente (Trimestre Subsequente) onde a relação entre a Dívida Líquida e o EBITDA dos Últimos 12 Meses não poderá ser superior ao limite pré estabelecido relativo ao Trimestre Referência.
- a relação entre o EBITDA dos Últimos 12 Meses e a Despesa Financeira Líquida dos Últimos 12 Meses não poderá ser inferior a: (i) para os trimestres findos em 31 de março , 30 de junho , 30 de setembro e 31 de dezembro de 2010 , 2,00 x (duas vezes); (ii), para o trimestre findo em 31 de março de 2011, 2,25x (duas vírgula vinte e cinco vezes) e (iii) a partir do trimestre findo em 30 de junho de 2011 (inclusive), até o integral cumprimento de todas as obrigações decorrentes dos Documentos da Emissão, 2,50x (duas vírgula cinquenta vezes).
- a relação entre o EBITDA dos Últimos 12 Meses e a Receita Líquida dos Últimos 12 Meses não poderá ser inferior a 17% (dezesete por cento) em todo o período da operação, até o integral cumprimento de todas as obrigações decorrentes dos Documentos da Emissão.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

A Companhia possuía aproximadamente R\$ 355 milhões de limites de crédito em 31.12.2010, sendo que R\$ 331,2 milhões estavam contratados e estão registrados na sua posição de endividamento naquela data.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício encerrado em 31.12.2010 foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS – *International Financial Reporting Standards*), emitidas pelo IASB – *International Accounting Standards Board*, sendo estas as primeiras demonstrações financeiras apresentadas de acordo com o IFRS pela Companhia, e práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, plenamente convergentes ao IFRS, e normas estabelecidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

As demonstrações financeiras de 2008 foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil anteriores ao advento da Lei 11.638/07, que atualizou a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS).

Demonstrações do resultado consolidado, referentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 2008:

	2010	ah%	2009	ah%	2008
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	442.686.000,00	26,5	349.997.000,00	(9,9)	388.391.000,00
Custo dos produtos vendidos	(320.090.000,00)	19,8	(267.207.000,00)	(10,3)	(297.894.000,00)
Variação do valor justo dos ativos biológicos	50.738.000,00	1.272,8	3.696.000,00	-	-
LUCRO BRUTO	173.334.000,00	100,4	86.486.000,00	(4,4)	90.497.000,00
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS					
Com vendas	(37.661.000,00)	5,1	(35.832.000,00)	(11,8)	(40.605.000,00)
Gerais e administrativas	(48.458.000,00)	42,2	(34.073.000,00)	(11,4)	(38.447.000,00)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(41.619.000,00)	(424,0)	12.845.000,00	(114,1)	(91.189.000,00)
Outras receitas operacionais	4.226.000,00	(92,2)	54.029.000,00	308,3	13.234.000,00
Outras despesas operacionais	(4.102.000,00)	(89,1)	(37.768.000,00)	151,3	(15.028.000,00)
Participação dos administradores	(3.818.000,00)	-	-	-	(310.000,00)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	41.902.000,00	(8,3)	45.687.000,00	(155,8)	(81.848.000,00)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(3.831.000,00)	776,7	(437.000,00)	45,2	(301.000,00)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	218.000,00	(101,1)	(19.657.000,00)	(170,4)	27.913.000,00
Participação de acionistas minoritários	(1.000,00)	-	(1.000,00)	(107,7)	13.000,00
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DE OPERAÇÕES CONTINUADAS	38.288.000,00	49,6	25.592.000,00	(147,2)	(54.223.000,00)
PREJUÍZO LÍQUIDO DE OPERAÇÃO DESCONTINUADA	(3.928.000)	7,9	(3.641.000)	-	-
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	34.360.000,00	56,5	21.951.000,00	(140,5)	(54.223.000,00)

Análise Comparativa dos períodos da sociedade encerrados em 31 de dezembro de 2010, 2009 e 2008

Abaixo, segue a análise comparativa da evolução das principais contas que compõem as demonstrações do resultado consolidado encerrado em 31 de dezembro de 2010, de 2009 e de 2008.

Receita Líquida de Vendas

Em 2010 a receita líquida apresentou aumento de 26,5% em relação a 2009, somando R\$ 442.686.000,00. Este bom desempenho representou o retorno dos investimentos realizados em 2007/2008 que modernizou e aumentou a capacidade de produção de papel e embalagem.

Em 2009 a receita líquida reduziu 9,9% em relação a 2008 somando R\$ 349.997.000,00, em função da crise financeira.

Custo dos Produtos Vendidos

Os custos dos produtos vendidos apresentaram em 2010 aumento de 19,8% em relação 2009, seguindo a mesma tendência verificada na receita líquida.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Os custos dos produtos vendidos apresentaram em 2009 queda em relação a 2008 de 10,3%, verificados pela queda da Receita Líquida e principalmente pela captura dos benefícios dos investimentos do Projeto Superação finalizados em 2008. Já em 2008 os custos analisados refletem as oscilações dos volumes de venda no mesmo período. Ainda em 2008 os custos foram afetados pelas obras do Projeto Superação, que significaram inúmeros custos não recorrentes, como indenizações trabalhistas na substituição dos funcionários devido a transferência da fábrica de Santana de Parnaíba – SP para Indaiatuba - SP, operação simultânea das duas plantas durante 2 meses no período de transição, parada superior a 30 dias da máquina de Papel 5 para a implementação da modernização, e pela curva de aprendizado do projeto.

A variação do valor do ativo biológico, registrado no Custo dos Produtos Vendidos, foi de 1.273% em 2010 em relação a 2009, em função, principalmente, do aumento do preço da madeira verificado durante o ano de 2010. Em 2008, pelas normas contábeis da época, não era permitido registrar a variação do valor justo destes ativos.

Lucro Bruto

Em 2010 o lucro bruto apresentou um expressivo crescimento de 100,4% quando comparado a 2009, parte alinhado ao crescimento da receita líquida de vendas, e ainda, ajudado pela variação positiva do valor justo dos ativos biológicos, que passou a compor o resultado da Companhia com as adequações as normas internacionais de relatórios financeiros – IFRS.

O lucro bruto consolidado de 2009 teve redução de 4,4% comparando com o ano anterior.

Despesas Operacionais com Vendas

As despesas com vendas mantiveram estáveis em 2010 em relação ao ano anterior. Já, em 2009, apresentaram uma redução de 11,8% em relação a 2008, alinhado as reduções de volumes de vendas apresentadas no período e as estratégias da Companhia de redução de custos.

Despesas Operacionais gerais e administrativas

Em 2010 as despesas operacionais gerais e administrativas tiveram um aumento de 42,2% em relação a 2009, devido, principalmente, ao pagamento de remuneração variável a todos os trabalhadores e ao reenquadramento salarial implementado para acompanhar os movimentos do mercado.

As despesas operacionais gerais e administrativas em 2009 foram 11,4% menores em relação a 2008, em função de um programa de redução de custos implementado durante o período de crise financeira.

Resultado financeiro

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

	2010	2009	2008
Receitas financeiras			
Rendimentos de aplicações financeiras	4.737.000,00	269.000,00	1.268.000,00
Juros	986.000,00	1.165.000,00	175.000,00
Descontos obtidos	215.000,00	514.000,00	395.000,00
Descontos s/ amort. antec. empréstimo	-	-	777.000,00
	<u>5.938.000,00</u>	<u>1.948.000,00</u>	<u>2.615.000,00</u>
Variação cambial			
Variação cambial ativa	28.831.000,00	73.590.000,00	34.131.000,00
Variação cambial ativa - derivativos a valor justo	1.999.000,00	-	-
Variação cambial passiva	(26.645.000,00)	(14.774.000,00)	(95.972.000,00)
Variação cambial passiva - derivativos a valor justo	(4.545.000,00)	-	-
Variação cambial líquida	<u>(360.000,00)</u>	<u>58.816.000,00</u>	<u>(61.841.000,00)</u>
Despesas financeiras			
Juros	(44.518.000,00)	(43.719.000,00)	(30.530.000,00)
Descontos concedidos	(181.000,00)	(928.000,00)	(193.000,00)
Deságios/despesas bancárias	(552.000,00)	(2.971.000,00)	(630.000,00)
Outros	(1.946.000,00)	(301.000,00)	(610.000,00)
	<u>(47.197.000,00)</u>	<u>(47.919.000,00)</u>	<u>(31.963.000,00)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(41.619.000,00)</u>	<u>12.845.000,00</u>	<u>(91.189.000,00)</u>
Resultado Financeiro Líquido da Operação Descontinuada	<u>(1.125.000,00)</u>	<u>(257.000,00)</u>	-

O Resultado financeiro está afetado pela oscilação do Dólar e do EURO que são base de atualização de determinados financiamentos da Companhia, o que ocasiona efeitos de variação cambial ativa e passiva no decorrer dos anos avaliados.

Nas receitas e despesas financeiras apresentadas estão inclusas as variações cambiais ativas e passivas, conforme segue:

R\$	2010	2009	2008
Variação cambial ativa	30.830.000,00	73.589.000,00	34.131.000,00
Variação cambial passiva	(31.190.000,00)	(14.766.000,00)	(95.974.000,00)
Variação cambial líquida	(360.000,00)	58.823.000,00	(61.843.000,00)

O resultado financeiro sem variação cambial apresenta-se da seguinte forma:

R\$	2010	2009	2008
Resultado Financeiro sem variação cambial	(42.384.00,00)	(46.235.000,00)	(29.346.000,00)

*inclui resultado da operação descontinuada.

Em 2010, o Resultado Financeiro Líquido das variações cambiais foi 8,3% menor que no ano de 2009, devido a reestruturação da dívida feita em 2010. Em 2009 este resultado foi 57,5%, maior que em 2008, em função dos empréstimos e financiamentos contratados para a implementação do Projeto Superação.

Outras receitas operacionais

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

	31.12.10	31.12.09	31.12.08
Receita de bens alienados	-	29.344.000,00	1.527.000,00
Benefícios parcelamento REFIS	-	18.367.000,00	-
Vendas créditos de carbono	-	-	6.652.000,00
Estorno de contingências	174.000,00	4.211.000,00	-
Outras receitas operacionais	1.212.000,00	1.380.000,00	1.071.000,00
Receita de bens alienados e sinistrados	2.059.000,00	-	-
Créditos extemporâneos PIS, COFINS e ICMS	781.000,00	727.000,00	1.145.000,00
Grupamento de ações	-	-	1.317.000,00
Termo de quitação Brasil Telecom S.A.	-	-	1.044.000,00
Provisão redução PAES RFB	-	-	478.000,00
	<u>4.226.000,00</u>	<u>54.029.000,00</u>	<u>13.234.000,00</u>

Receita de bens alienados: Em 28 de setembro de 2009, a Companhia realizou a venda de 3.284,78 hectares de terras localizadas no município de Caçador, estado de Santa Catarina para Florestal Itaquari – Florestamento e Reflorestamento Ltda por R\$ 27,5 milhões. Nos imóveis vendidos a Companhia cultivava pinus.

Benefícios parcelamento REFIS: Refere-se a benefícios auferidos por meio do recálculo e reduções concedidas na Lei 11.941/2009 em decorrência da migração dos parcelamentos anteriormente adotados pela Companhia perante a Previdência Social e a Receita Federal do Brasil, e na MP 470/2009 em decorrência da sua utilização para liquidação de débitos federais objeto de autos de infração.

Outras despesas operacionais

	2010	2009	2008
Provisão IPI extemporâneo	-	(6.836.000,00)	-
Custo dos Bens sinistrados e alienados	(2.780.000,00)	(28.275.000,00)	(501.000,00)
Outras despesas operacionais	(1.112.000,00)	(2.077.000,00)	(1.273.000,00)
Provisão para perda em controlada	(210.000,00)	-	-
Provisão contingências cíveis e trabalhistas	-	(580.000,00)	(460.000,00)
Amortização do diferido	-	-	(827.000,00)
Provisão para impostos diferidos	-	-	(560.000,00)
Intermediação venda crédito de carbono	-	-	(1.529.000,00)
Baixa diferido	-	-	(1.731.000,00)
Indenização trabalhista	-	-	(3.955.000,00)
Amortização ágio Habitasul Florestal	-	-	(4.192.000,00)
	<u>(4.102.000,00)</u>	<u>(37.768.000,00)</u>	<u>(15.028.000,00)</u>

Lucro (prejuízo) operacional

O lucro (prejuízo) operacional antes dos efeitos tributários foi de R\$ 41.902.000,00 em 2010, R\$ 45.687.000,00 em 2009 e R\$ (81.848.000,00) em 2008.

Imposto de Renda e Contribuição Social

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

	2010	2009	2008
Resultado antes dos impostos	39.765.000,00	40.116.000,00	(81.538.000,00)
Alíquota Básica	34%	34%	34%
Crédito (débito) tributário à alíquota básica	(13.520.100,00)	(13.639.440,00)	27.722.920,00
Efeito fiscal de (adições) exclusões permanentes:			
Equivalência patrimonial	-	-	-
RTT - Ajustes do Regime Tributário de Transição	-	119.000,00	(99.000,00)
Realização reserva reavaliação por alienação	-	(3.663.000,00)	-
Diferença de tributação empresas controladas	11.079.000,00	2.778.000,00	-
Outras diferenças permanentes	851.000,00	(3.813.000,00)	(12.000,00)
Operação descontinuada	(2.023.000,00)	(1.876.000,00)	-
	<u>(3.613.100,00)</u>	<u>(20.094.440,00)</u>	<u>27.611.920,00</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	(3.831.000,00)	(437.000,00)	(301.000,00)
Imposto de renda e contribuição social diferido	218.000,00	(19.657.000,00)	27.913.000,00

Lucro (prejuízo) líquido do exercício

A Companhia apresentou um lucro de R\$ 34.360.000,00 em 2010, R\$ 21.951.000,00 em 2009 e prejuízo de R\$ (54.223.000,00) em 2008.

Principais Variações nas Contas Patrimoniais

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

ATIVO	31.12.10	ah%	31.12.09	ah%	01.01.09
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	40.362.000,00	1.234,3	3.025.000,00	120,8	1.370.000,00
Contas a receber de clientes	78.900.000,00	28,4	61.457.000,00	13,4	54.195.000,00
Estoques	39.007.000,00	19,4	32.659.000,00	(8,3)	35.616.000,00
Impostos a recuperar	8.650.000,00	27,7	6.775.000,00	(47,0)	12.789.000,00
Bancos conta vinculada	6.419.000,00	(47,4)	12.202.000,00	265,3	3.340.000,00
Outras contas a receber	8.445.000,00	(22,9)	10.948.000,00	14,6	9.551.000,00
	<u>181.783.000,00</u>	<u>43,1</u>	<u>127.066.000,00</u>	<u>8,7</u>	<u>116.861.000,00</u>
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo					
Impostos a recuperar	2.401.000,00	(52,3)	5.038.000,00	(38,3)	8.169.000,00
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14.252.000,00	23,7	11.518.000,00	(73,1)	42.848.000,00
Depósitos Judiciais	7.513.000,00	(0,8)	7.570.000,00	5,0	7.210.000,00
Bancos conta vinculada	4.065.000,00	-	-	-	-
Outras contas a receber	5.118.000,00	207,8	1.663.000,00	587,2	242.000,00
Investimentos	-	-	458.000,00	-	-
Imobilizado	684.323.000,00	(3,5)	709.409.000,00	(4,7)	744.133.000,00
Ativos biológicos	<u>238.215.000,00</u>	<u>19,3</u>	<u>199.743.000,00</u>	<u>(9,8)</u>	<u>221.342.000,00</u>
	<u>955.887.000,00</u>	<u>2,2</u>	<u>935.399.000,00</u>	<u>(8,6)</u>	<u>1.023.944.000,00</u>
ATIVOS NÃO CIRCULANTES CLASSIFICADOS COMO DISPONÍVEIS PARA VENDA					
Ativos de operações descontinuadas	<u>7.090.000,00</u>	-	-	-	-
TOTAL DO ATIVO	<u>1.144.760.000,00</u>	<u>7,7</u>	<u>1.062.465.000,00</u>	<u>(6,9)</u>	<u>1.140.805.000,00</u>

Caixa e equivalentes de caixa

	31.12.10	31.12.09	01.01.09
Fundo fixo	21.000,00	20.000,00	52.000,00
Bancos	2.445.000,00	3.005.000,00	1.318.000,00
Aplicações financeiras	<u>37.896.000,00</u>	-	-
	<u>40.362.000,00</u>	<u>3.025.000,00</u>	<u>1.370.000,00</u>

As aplicações financeiras são remuneradas com renda fixa – CDB, a taxa média de 100,5% do CDI.

Contas a receber de clientes

A composição de contas a receber de clientes incluindo os prazos de vencimento estão apresentados conforme abaixo:

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

	31.12.10	31.12.09	01.01.09
Contas a receber de:			
Clientes - mercado interno	82.356.672,79	63.258.000,00	52.386.000,00
Clientes - mercado externo	2.949.000,00	4.241.000,00	7.664.000,00
	<u>85.305.672,79</u>	<u>67.499.000,00</u>	<u>60.050.000,00</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6.406.000,00)	(6.042.000,00)	(5.855.000,00)
	<u>78.899.672,79</u>	<u>61.457.000,00</u>	<u>54.195.000,00</u>

A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	31.12.10	31.12.09	01.01.09
A vencer	75.644.232,82	55.979.000,00	47.852.000,00
Vencidos até 30 dias	2.202.556,11	3.612.000,00	5.550.000,00
Vencidos de 31 a 60 dias	563.405,86	1.000.000,00	309.000,00
Vencidos de 61 a 90 dias	288.282,79	139.000,00	97.000,00
Vencidos de 91 a 180 dias	47.788,62	78.000,00	164.000,00
Vencidos há mais de 180 dias	6.560.000,00	6.691.000,00	6.078.000,00
	<u>85.306.266,20</u>	<u>67.499.000,00</u>	<u>60.050.000,00</u>

Estoques

	31.12.10	31.12.09	01.01.09
Produtos acabados	7.975.000,00	6.475.000,00	12.120.000,00
Materiais de produção	20.370.000,00	16.684.000,00	14.999.000,00
Materiais de consumo	10.340.000,00	9.333.000,00	7.744.000,00
Outros estoques	322.000,00	167.000,00	753.000,00
	<u>39.007.000,00</u>	<u>32.659.000,00</u>	<u>35.616.000,00</u>

Os níveis de estoques apresentados se mantêm em patamares razoáveis, e representam adequadamente a posição ao final de cada ano.

Impostos a recuperar

	31.12.10	31.12.09	01.01.09
ICMS sobre aquisição de imobilizado	5.298.000,00	8.169.000,00	12.043.000,00
ICMS	888.000,00	984.000,00	1.382.000,00
IPI	4.147.000,00	557.000,00	538.000,00
Imposto de renda	550.000,00	1.529.000,00	4.681.000,00
Contribuição social	153.000,00	559.000,00	1.719.000,00
Outros	15.000,00	15.000,00	595.000,00
	<u>11.051.000,00</u>	<u>11.813.000,00</u>	<u>20.958.000,00</u>
Parcela do circulante	8.650.000,00	6.775.000,00	12.789.000,00
Parcela do não circulante	2.401.000,00	5.038.000,00	8.169.000,00

As principais movimentações de impostos a recuperar estão apresentadas em ICMS sobre aquisição de imobilizado que teve aumento no ano de 2008 em relação a 2007, por ser este período em que foram adquiridos os grandes investimentos do Projeto Superação, e que diminuiu em 2009 e em 2010 pela sua utilização conforme regras permitidas de seu creditamento.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Quanto ao IPI a recuperar, se referem a créditos gerados em relação a aquisição de insumos utilizados no processo produtivo e são utilizados para compensar débitos gerados pelas operações de venda de cada unidade produtiva.

Bancos Conta Vinculada

Banco do Brasil – Nova York - representado por valores retidos para garantir as amortizações das parcelas trimestrais do empréstimo de pré-pagamento de exportação captado junto ao banco Credit Suisse, referente à parcela vincenda em fevereiro de 2011.

Banco Credit Suisse Brasil – representado por valores retidos para garantir Swap de Fluxo de Caixa. Este valor está classificado no curto e no longo prazo em relação às parcelas de resgate previstas no contrato que ocorrerão em 8 parcelas semestrais a partir de setembro de 2011. Enquanto retido o valor é remunerado como aplicação financeira de renda fixa privada – CDB.

Alienação de Terras – representa o valor retido em conta vinculada até a certificação do georreferenciamento pelo INCRA de área de terras vendida no ano de 2009. O valor foi liberado em 12 de fevereiro de 2010.

	31.12.10	31.12.09	01.01.09
Banco do Brasil - Nova York	5.975.000,00	-	-
Banco Credit Suisse - Brasil	4.509.000,00	3.803.000,00	3.340.000,00
Alienação de terras	-	8.399.000,00	-
	<u>10.484.000,00</u>	<u>12.202.000,00</u>	<u>3.340.000,00</u>
Parcela do circulante	6.419.000,00	12.202.000,00	3.340.000,00
Parcela do não circulante	4.065.000,00	-	-

Outras contas a Receber

	31.12.10	31.12.09	01.01.09
Créditos de carbono	5.789.000,00	3.726.000,00	5.010.000,00
Adiantamento a fornecedor	357.000,00	921.000,00	1.311.000,00
Brasil Telecom S.A.	-	-	820.000,00
Créditos de funcionários	835.000,00	619.000,00	834.000,00
Renegociação de clientes	3.656.000,00	3.123.000,00	655.000,00
Despesas antecipadas	2.298.000,00	2.119.000,00	591.000,00
Outros créditos	628.000,00	2.103.000,00	572.000,00
	<u>13.563.000,00</u>	<u>12.611.000,00</u>	<u>9.793.000,00</u>
Parcela do circulante	8.445.000,00	10.948.000,00	9.551.000,00
Parcela do não circulante	5.118.000,00	1.663.000,00	242.000,00

Créditos de carbono – a Companhia possui projetos geradores de créditos de carbono originados pela diminuição de gases de efeito estufa como dióxido de carbono e metano, proporcionados pela instalação da Usina de Co-geração e pela Estação de Tratamento de Efluentes na unidade Papel em Vargem Bonita, SC. Esses créditos são comercializados através de contratos firmados, no âmbito do protocolo de Kyoto, com empresas localizadas em países considerados desenvolvidos obrigados a redução de emissões. Os créditos são reconhecidos conforme regime de competência como redução dos custos do processo produtivo.

Renegociação de clientes - se refere a créditos de clientes em atraso para os quais a Companhia realizou contratos de confissão de dívida acordando seu recebimento. O vencimento final das parcelas mensais será em novembro de 2014 e a taxa média de atualização é de 2% a.m., reconhecidas no resultado por ocasião de seu recebimento. Alguns contratos constam cláusula de garantias de máquinas, equipamentos e imóveis garantindo o valor da dívida renegociada.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Despesas antecipadas – se refere principalmente a prêmios de seguros pagos por contratação de apólices de seguros para todas as unidades da Companhia, e são reconhecidos no resultado do exercício mensalmente pelo prazo de vigência de cada uma das apólices.

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos – Ativo

	31.12.10	31.12.09	01.01.09
Imposto de renda diferido ativo			
Sobre provisões temporárias	9.206.000,00	6.159.000,00	13.423.000,00
Sobre prejuízo fiscal	1.272.326,08	2.308.000,00	18.082.000,00
Contribuição social diferida ativa			
Sobre provisões temporárias	3.316.000,00	2.220.000,00	4.833.000,00
Sobre base de cálculo negativa	458.037,39	831.000,00	6.510.000,00
	<u>14.252.363,47</u>	<u>11.518.000,00</u>	<u>42.848.000,00</u>

A Companhia reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social. Estes serão amortizados, com base em resultados futuros conforme projeções orçamentárias da Companhia.

Imobilizado

	Valor líquido		
	31.12.10	31.12.09	01.01.09
Terrenos	169.014.000,00	169.184.000,00	182.240.000,00
Prédios e construções	118.624.000,00	124.100.000,00	114.886.000,00
Equipamentos e instalações	344.115.000,00	363.957.000,00	370.675.000,00
Veículos e tratores	603.000,00	416.000,00	537.000,00
Outras imobilizações*	5.076.000,00	5.523.000,00	6.195.000,00
Imobilizações em andamento	7.736.000,00	4.071.000,00	28.635.000,00
Adiantamento fornec. de imobilizado	6.741.000,00	6.896.000,00	2.365.000,00
Bens contratados em leasing financeiro	17.745.000,00	19.951.000,00	22.646.000,00
Imobilizações em imóveis de terceiros	14.669.000,00	15.311.000,00	15.954.000,00
	<u>684.323.000,00</u>	<u>709.409.000,00</u>	<u>744.133.000,00</u>

(*) Saldo referente a imobilizações como móveis e utensílios, programas e equipamentos de informática.

- Custo atribuído dos ativos

A Companhia optou por adotar o custo atribuído aos ativos imobilizados, terrenos, prédios e construções e equipamentos e instalações. Os valores foram determinados através de laudos de avaliação preparados por empresas especializadas e os efeitos foram reconhecidos em cada uma das classes de ativos avaliadas. A composição dos valores de custo atribuído em 01.01.10 se apresenta conforme segue:

	Consolidado		
	Apresentado anteriormente	Ajustes	Ajustado
Terrenos	28.164.000,00	142.241.000,00	170.405.000,00
Prédios e construções	38.038.000,00	74.186.000,00	112.224.000,00
Equipamentos e instalações	180.341.000,00	198.793.000,00	379.134.000,00
	<u>246.543.000,00</u>	<u>415.220.000,00</u>	<u>661.763.000,00</u>

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Ativo Biológico

Os ativos biológicos da Companhia compreendem o cultivo e plantio de florestas de pinus e eucalipto para abastecimento de matéria-prima na produção de celulose utilizada no processo de produção de papel e vendas de toras de madeira para terceiros.

Os saldos dos ativos biológicos da Companhia foram atualizados a valor justo, por meio de avaliações preparadas por empresa especializada. Os valores estão assim compostos:

	Consolidado		
	31.12.10	31.12.09	01.01.09
Custo de formação dos ativos biológicos	44.003.000,00	42.816.000,00	45.754.000,00
Diferencial do valor justo	194.212.000,00	156.927.000,00	175.588.000,00
Ativo biológico a valor justo	238.215.000,00	199.743.000,00	221.342.000,00

Principais variações nas contas patrimoniais

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31.12.10	ah%	31.12.09	ah%	01.01.09
CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	101.654.000,00	(24,6)	134.775.000,00	14,4	117.821.000,00
Fornecedores	39.632.000,00	6,1	37.352.000,00	(10,0)	41.482.000,00
Obrigações sociais e previdenciárias	9.889.000,00	37,7	7.184.000,00	3,0	6.974.000,00
Obrigações tributárias	7.432.000,00	(5,0)	7.826.000,00	21,6	6.434.000,00
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	-	-	1.038.000,00	(78,3)	4.777.000,00
Parcelamentos tributários	4.113.000,00	13,6	3.620.000,00	(6,7)	3.880.000,00
Debêntures	12.788.000,00	-	-	-	-
Cédula de crédito imobiliário - CRI	13.258.000,00	-	-	-	-
Adiantamento de clientes	1.941.000,00	25,5	1.547.000,00	(4,9)	1.626.000,00
Partes relacionadas	-	-	306.000,00	(95,6)	6.968.000,00
Dividendos a pagar	9.775.000,00	152,5	3.872.000,00	12.000,0	32.000,00
Outras contas a pagar	9.214.000,00	23,1	7.485.000,00	43,9	5.203.000,00
	<u>209.696.000,00</u>	<u>2,3</u>	<u>205.005.000,00</u>	<u>5,0</u>	<u>195.197.000,00</u>
NÃO CIRCULANTE					
Exigível a longo prazo					
Empréstimos e financiamentos	93.283.000,00	(44,7)	168.725.000,00	(33,8)	255.063.000,00
Debêntures	88.124.000,00	-	-	-	-
Cédula de crédito imobiliário - CRI	22.097.000,00	-	-	-	-
Partes relacionadas	-	-	-	-	1.161.000,00
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	39.928.000,00	44,3	27.664.000,00	(53,6)	59.597.000,00
Parcelamentos tributários	14.624.000,00	2,3	14.292.000,00	15,3	12.397.000,00
Obrigações Tributárias	6.230.000,00	959,5	588.000,00	-	-
Outras contas a pagar	621.000,00	(40,7)	1.048.000,00	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	203.027.000,00	0,3	202.422.000,00	5,0	192.719.000,00
	<u>467.934.000,00</u>	<u>12,8</u>	<u>414.739.000,00</u>	<u>(20,4)</u>	<u>520.937.000,00</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	63.381.000,00	-	63.381.000,00	-	63.381.000,00
Ações em tesouraria	(309.000,00)	286,3	(80.000,00)	81,8	(44.000,00)
Reserva de reavaliação	10.044.000,00	(3,5)	10.409.000,00	(13,4)	12.023.000,00
Reserva legal	2.863.000,00	251,7	814.000,00	-	-
Reserva de lucros a realizar	79.770.000,00	(6,3)	85.165.000,00	(13,0)	97.866.000,00
Ajustes de avaliação patrimonial	273.631.000,00	(0,3)	274.479.000,00	(2,6)	281.851.000,00
Reserva de retenção de lucros	37.736.000,00	341,6	8.545.000,00	-	-
Prejuízos acumulados	-	-	-	-	(30.411.000,00)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO ATRIBUÍDO A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES	<u>467.116.000,00</u>	<u>5,5</u>	<u>442.713.000,00</u>	<u>4,2</u>	<u>424.666.000,00</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO ATRIBUÍDO A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES	<u>14.000,00</u>	<u>75,0</u>	<u>8.000,00</u>	<u>60,0</u>	<u>5.000,00</u>
	<u>467.130.000,00</u>		<u>442.721.000,00</u>		<u>424.671.000,00</u>
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>1.144.760.000,00</u>	<u>7,7</u>	<u>1.062.465.000,00</u>	<u>(6,9)</u>	<u>1.140.805.000,00</u>

Empréstimos e Financiamentos

As variações de empréstimos e financiamentos, debêntures e cédula de crédito imobiliário - CRI estão representadas no item 10.1. Comentários dos Diretores sobre: f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**Fornecedores**

CIRCULANTE	31.12.10	31.12.09	01.01.09
Interno			
Materiais	32.695.000,00	28.077.000,00	25.909.000,00
Ativo imobilizado	291.000,00	658.000,00	1.956.000,00
Prestador de serviços	2.160.000,00	2.823.000,00	5.089.000,00
Transportadores	4.287.000,00	4.735.000,00	5.122.000,00
Partes relacionadas	(462.000,00)	802.000,00	-
Externo			
Materiais	661.000,00	257.000,00	3.406.000,00
	<u>39.632.000,00</u>	<u>37.352.000,00</u>	<u>41.482.000,00</u>

Parcelamentos Tributários**CIRCULANTE**

	31.12.10	31.12.09	01.01.09
Parcelamento REFIS INSS	674.000,00	1.226.000,00	1.354.000,00
Parcelamento REFIS Receita Federal	1.418.000,00	1.407.000,00	1.580.000,00
Parcelamento ICMS	1.321.000,00	970.000,00	931.000,00
Parcelamento CSLL	-	17.000,00	15.000,00
Parcelamento INSS Patronal	700.000,00	-	-
	<u>4.113.000,00</u>	<u>3.620.000,00</u>	<u>3.880.000,00</u>

NÃO CIRCULANTE

	31.12.10	31.12.09	01.01.09	Vencimento
Parcelamento REFIS INSS	608.000,00	1.137.000,00	5.158.000,00	Junho 2013
Parcelamento REFIS Receita Federal	8.353.000,00	9.274.000,00	7.225.000,00	Novembro 2025
Parcelamento ICMS	3.509.000,00	3.881.000,00	-	Outubro 2014
Parcelamento CSLL	-	-	14.000,00	Novembro 2010
Parcelamento INSS Patronal	2.154.000,00	-	-	Abril 2015
	<u>14.624.000,00</u>	<u>14.292.000,00</u>	<u>12.397.000,00</u>	

Em novembro de 2009 a Companhia optou pela desistência dos parcelamentos especiais (PAES) regulados pela Lei nº 10.684/03 e optou pelo REFIS normatizado pela Lei 11.941/09 e MP 470/09, os quais estão atualizados monetariamente pela variação da SELIC. Em virtude desta opção ocorreram variações nessas contas de parcelamento. Os parcelamentos são amortizados mensalmente.

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos – Passivo

Em 2009 e 2010 a Companhia, de acordo com a MP nº 2.158-35/2001 art. 30 adotou o regime de caixa na apuração do imposto de renda e contribuição social sobre variações cambiais e registrou passivo fiscal diferido da variação cambial a realizar. Com base no Valor Justo dos ativos biológicos e no Custo Atribuído do ativo imobilizado, foram registrados impostos diferidos passivos.

Os efeitos dos impostos diferidos passivos em 31 de dezembro de 2010, 31 de dezembro de 2009 e 01 de janeiro de 2009 são:

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

	31.12.10	31.12.09	01.01.09
Imposto de renda diferido passivo			
Varição cambial a realizar pelo Regime de Caixa	8.757.000,00	13.618.000,00	-
Valor Justo dos ativos biológicos	31.635.000,00	27.204.000,00	30.229.000,00
Custo Atribuído do ativo imobilizado	104.439.000,00	103.484.000,00	106.766.000,00
Reserva de Reavaliação	4.258.000,00	4.397.000,00	4.554.000,00
Contribuição social diferida passiva			
Varição cambial a realizar pelo Regime de Caixa	3.153.000,00	4.902.000,00	-
Valor Justo dos ativos biológicos	11.653.000,00	9.982.000,00	11.097.000,00
Custo Atribuído do ativo imobilizado	37.599.000,00	37.253.000,00	38.434.000,00
Reserva de Reavaliação	1.533.000,00	1.582.000,00	1.639.000,00
	203.027.000,00	202.422.000,00	192.719.000,00

Partes Relacionadas

	Contas a pagar			Mútuo Passivo			Despesas	
	31.12.10	31.12.09	01.01.09	31.12.10	31.12.09	01.01.09	2010	2009
Irani Trading S.A.	1.389.000,00	-	-	-	-	-	-	-
Habitasul Florestal S.A.	456.000,00	-	-	-	-	-	-	-
Irani Participações	-	-	38.000,00	-	-	-	480.000,00	480.000,00
Companhia Com.de Imóveis	-	149.000,00	133.000,00	-	-	-	447.000,00	1.618.000,00
Habitasul Desen.Imob.	-	-	-	-	306.000,00	8.129.000,00	-	2.282.000,00
Fazenda São Clemente	149.000,00	-	-	-	-	-	1.341.000,00	-
Remuneração dos administradores	3.818.000,00	1.635.000,00	2.166.000,00	-	-	-	5.003.000,00	2.681.000,00
Total	5.812.000,00	1.784.000,00	2.337.000,00	-	306.000,00	8.129.000,00	7.271,00	7.061,00
Parcela circulante	(5.812.000,00)	(1.784.000,00)	(2.337.000,00)	-	(306.000,00)	(6.968.000,00)		
Parcela não circulante	-	-	-	-	-	1.161.000,00		

Os créditos e débitos junto às controladas Irani Trading S.A., Habitasul Florestal S.A. e Meu Móvel de Madeira LTDA. são decorrentes de operações comerciais entre as partes, sendo assim não há incidência de encargos nem vencimento final definido.

A Irani Trading S.A. é atualmente proprietária de Imóvel Industrial localizado em Vargem Bonita, SC, o qual está sendo locado para a Celulose Irani S.A., nos termos do Contrato de Locação firmado entre as partes em 20 de Outubro de 2009, e aditado em 24 de março de 2010. O referido contrato tem prazo de 64 meses da emissão do termo de início da locação que se deu em 01 de janeiro de 2010. O valor locatício é de R\$ 1.364.000,00 mensais fixos.

O débito junto a Irani Participações é decorrente de prestação de serviços tomados pela Companhia.

Os débitos junto a Fazenda São Clemente decorrem de contrato de aluguel da Unidade Embalagem em Indaiatuba-SP, firmado em 26 de dezembro de 2006 e sua vigência é de 20 anos prorrogáveis, o valor mensal contratado foi de R\$ 125 reajustados anualmente, de acordo com a mesma variação do Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM, medido pela Fundação Getúlio Vargas.

Os débitos decorrentes da remuneração dos administradores referem-se aos honorários da diretoria e participação dos administradores.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários**

	31.12.10	31.12.09	01.01.09
Provisão cíveis	7.669.000,00	7.667.000,00	7.610.000,00
Provisão trabalhistas	575.000,00	2.159.000,00	6.345.000,00
Provisão tributárias	31.684.000,00	18.876.000,00	50.419.000,00
	<u>39.928.000,00</u>	<u>28.702.000,00</u>	<u>64.374.000,00</u>
Parcela do circulante	-	1.038.000,00	4.777.000,00
Parcela do não circulante	39.928.000,00	27.664.000,00	59.597.000,00

Em novembro de 2009, a Companhia optou pela liquidação de parte dos autos de infração lavrados pela Delegacia da Receita Federal em novembro de 2006 referentes a créditos de IPI sobre aquisição de insumos Não Tributados e Alíquota Zero. A liquidação foi realizada pela compensação com impostos oriundos de prejuízo fiscal como determina a MP 470/09. Por este motivo o valor de Provisão para contingências tributárias apresentou redução em 2009 em relação a 2008.

As provisões tributárias são aumentadas em razão de a Companhia realizar compensação de tributos federais referente às suas operações com créditos de IPI sobre aquisição de aparas. Esta compensação representa em 31 de dezembro de 2010 R\$ 30.380.000,00 do saldo desta conta.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2. Os diretores devem comentar:

- a) resultados das operações da Companhia
b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços
c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

O ano de 2008 foi marcado, no ambiente externo, pela forte crise financeira e econômica que se instalou a partir do mês de setembro e, no ambiente interno da Companhia, pela conclusão do Projeto Superação, onde foram alocados R\$ 160,8 milhões na modernização das fábricas de papel e embalagem.

A Receita Líquida da IRANI consolidada cresceu, em 2008, 10,8% em relação a 2007. Esse crescimento verificado pela Companhia ocorreu em virtude principalmente, dos aumentos de produtividade e de vendas das fábricas de embalagens em suas duas plantas: em Indaiatuba (SP) onde a nova fábrica foi implantada durante o ano de 2008 e, em Vargem Bonita (SC), onde investimentos em atualização tecnológica e aumento de capacidade também foram finalizados durante este ano. A fábrica de Papel diminuiu sua participação relativa no faturamento da Companhia, neste ano, aumentando o suprimento de papel para as fábricas de embalagens.

O dólar oscilou entre queda no primeiro semestre de 2008 e alta a partir do segundo semestre, fechando o ano com valorização de 32% sobre o fechamento de 2007. A desvalorização do real teve forte impacto no resultado da Empresa, devido à atualização dos empréstimos e financiamento denominados em dólar e em euro. Em razão da política da Companhia de manter ao longo do tempo níveis de pagamentos em moeda forte equivalentes a recebimentos nessas mesmas moedas, há uma proteção do fluxo de caixa, não gerando desequilíbrios expressivos ou não esperados por conta dessa mudança brusca na cotação das moedas. Neste mesmo sentido, a Companhia não teve, em 2008, perdas com derivativos cambiais, pois não operava com estes instrumentos.

A Companhia encerrou o ano com Resultado Líquido negativo de R\$ 54,2 milhões, dos quais, R\$ 61,8 milhões são referentes à variação cambial líquida. O EBITDA ajustado, no entanto teve incremento de 12,4%. O Resultado Operacional foi prejudicado, em 2008, pelas obras do Projeto Superação, que significaram inúmeros custos não recorrentes, como indenizações trabalhistas na substituição dos colaboradores devido à transferência da fábrica de Santana de Parnaíba (SP) para Indaiatuba (SP), além da operação simultânea das duas plantas durante dois meses no período de transição, parada superior a 30 dias da máquina de Papel 5 para a implementação da modernização, e pela curva de aprendizado do projeto.

O ano de 2009 ficou marcado mundialmente pela forte crise financeira e econômica iniciada em 2008. Para a Celulose Irani S.A. foi o ano da consolidação dos investimentos feitos em 2007 e 2008 e do início da captura dos seus benefícios. Em meio a crise, a Companhia teve suas margens de geração de caixa crescendo substancialmente, assim como seu market-share no segmento de papelão ondulado, resultado do novo patamar de competitividade alcançado após os investimentos. Também, em 2009, foram implementadas medidas de redução de custos em todas as unidades, buscando adequar a estrutura operacional à nova realidade trazida pela crise.

A Receita Líquida da IRANI consolidada apresentou queda de 9,9% em relação a 2008. Esse desempenho verificado pela Companhia num período em que as empresas em geral sofreram muito os efeitos da crise mundial ocorreu em virtude, principalmente, dos aumentos de produtividade e de vendas das fábricas de embalagens em suas duas plantas: em Indaiatuba (SP) onde a nova fábrica foi implantada durante o ano de 2008 e, em Vargem Bonita (SC), onde investimentos em atualização tecnológica e aumento de capacidade também foram finalizados durante o ano de 2008. A fábrica de papel diminuiu sua participação relativa no faturamento da Companhia, aumentando o suprimento de papel para as fábricas de embalagens.

O dólar fechou com uma desvalorização de 25,5% sobre o fechamento de 2008 o que contribuiu para a redução da dívida em moeda estrangeira. Em razão da política da Companhia de manter ao longo do tempo níveis de pagamentos

10.2 - Resultado operacional e financeiro

em moeda forte equivalentes a recebimentos nessas mesmas moedas, há uma proteção natural do fluxo de caixa, não gerando desenhos adicionais ou não esperados por conta dessa mudança brusca na cotação das moedas. Neste mesmo sentido, a Companhia não teve, em 2009, perdas com derivativos cambiais, pois não operava com estes instrumentos.

O Resultado Líquido de 2009 foi de R\$ 21.951 mil. O EBITDA ajustado teve incremento de 57,8 % no comparativo com 2008, mostrando uma melhora significativa na capacidade de geração de resultado operacional. A margem EBITDA passou de 15,1% em 2008 para 24,5% em 2009. Com isso, a relação dívida líquida/EBITDA que era de 6,35 vezes em 2008, passou para 3,13 vezes em 2009.

O resultado líquido da Companhia é fortemente afetado pela volatilidade do câmbio. A Companhia mantém empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira onde suas liquidações são equivalentes aos recebimentos em moeda estrangeira, de modo que o fluxo de caixa, nestas moedas, seja equilibrado. No entanto, devido a volatilidade das moedas estrangeiras em relação ao Real, que são usadas para atualizar o estoque da dívida denominados nestas moedas, ocorre a contabilização de valores relevantes, positivos e negativos, na conta de variação cambial. Esta contabilização, de efeito apenas econômico, provoca impactos significativos nos resultados da Companhia.

O ano de 2010 foi marcado pela recuperação da crise financeira e econômica que marcou os anos de 2008 e 2009. O PIB brasileiro cresceu 7,5% em 2010 em relação a 2009 o que gerou forte demanda por embalagens de papelão ondulado, segmento que representa 60% do faturamento da Companhia. De acordo com a ABPO – Associação Brasileira do Papelão Ondulado, a expedição de papelão ondulado em 2010 foi 13% superior ao ano de 2009 em metros quadrados, sendo que a IRANI teve incremento de 24,5% no mesmo período, superior, portanto, à performance do setor, o que permitiu a Companhia elevar seu market share para 5,5%. Este resultado foi possível em função dos investimentos realizados em 2007/2008 no Projeto Superação, que conferiu a Companhia maior competitividade e ampliou a capacidade de produção das plantas de papelão ondulado localizadas em Vargem Bonita – SC e Indaiatuba – SP.

A Receita Operacional Líquida da IRANI consolidada teve incremento de 26,5% em 2010 em relação a 2009. Em 2010 também se verificou aumentos dos preços dos produtos, que compensaram os aumentos dos custos no período.

O dólar fechou praticamente estável no fechamento de 2010 em relação a 2009, o que contribuiu para manter a dívida denominada em dólar em patamares estáveis. Em razão da política da Empresa de manter ao longo do tempo níveis de pagamentos dos compromissos em moeda estrangeira equivalentes a recebimentos nessas mesmas moedas, há uma proteção natural do seu fluxo de caixa, não gerando desenhos adicionais ou não esperados por conta de mudanças bruscas na cotação das moedas.

O Resultado Líquido de 2010 foi de R\$ 34.360 mil. O EBITDA ajustado ficou praticamente estável perfazendo R\$ 92.216 mil em 2010 comparado a R\$ 92.340 mil em 2009. Importante ressaltar que o EBITDA de 2010 não está influenciado por eventos pontuais, como a adesão ao Refis e uma venda extra de madeira que foram realizados em 2009 o que ajudou no EBITDA daquele período. Com isso a margem EBITDA foi de 20,6% em 2010 contra 24,5% de 2009. A relação dívida líquida/EBITDA que era 3,13 vezes em 2009, passou para 3,04 vezes em 2010.

O ano de 2010 também foi marcado pela mudança das normas contábeis, que trouxeram grande impacto nas Demonstrações Financeiras da Companhia deixando-as mais precisas e adequadas em relação a sua real situação financeira e patrimonial. Os impactos da adoção das novas normas estão contidos nas Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

10.3. Eventos relevantes e impactos nas demonstrações financeiras e resultados da Companhia:

a) introdução ou alienação de segmento operacional

A Companhia não introduziu ou alienou segmento operacional durante os anos de 2008 e 2009. Em 2010 a Companhia optou por encerrar as atividades de fabricação de móveis, que são parte deste segmento, permanecendo com as operações de comercialização.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 21 de Setembro de 2010, aprovou o encerramento das atividades de fabricação de móveis em sua unidade própria localizada em Rio Negrinho (SC) **bem como a alienação de seus ativos**. As operações foram efetivamente encerradas em Outubro de 2010, entretanto a Companhia manterá sua estratégia de venda de móveis no mercado interno através de sua controlada Meu Móvel de Madeira Comércio de Móveis e Decorações Ltda. O foco da operação de móveis passa a ser a comercialização direta para o consumidor final de produtos atingindo todo o país através de seu sítio de internet www.meumoveldemadeira.com.br.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

A Companhia não constituiu, adquiriu ou alienou participação societária relevante com impactos nas suas demonstrações financeiras durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2008. Em 2009, a Companhia aumentou o capital de sua subsidiária integral Irani Trading pelo aporte de um imóvel industrial no montante de R\$ 38.172.000,00, com a finalidade de captar recursos através de uma oferta pública de certificado de recebíveis imobiliários lastreado no contrato de locação. Também em 2009, a Companhia adquiriu a participação de 90% na controlada HGE – Geração de Energia Sustentável Ltda e realizou um aumento de capital, com quotas a serem integralizadas até o final de 2011, passando sua participação para 99,98%. Em 2010, a Companhia aumentou o capital social de sua controlada Meu Móvel de Madeira – Comércio de Móveis e Decorações Ltda no montante de R\$ 3.000.000,00.

c) eventos ou operações não usuais

Não ocorreram eventos ou operações não usuais.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

10.4. Os diretores devem comentar:

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

Na adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis, convergentes ao IFRS, a Companhia seguiu as premissas definidas no CPC 37 – Adoção Inicial das IFRSs e CPC 43 – Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40.

Os novos pronunciamentos técnicos adotados pela Companhia que tiveram impacto nas demonstrações financeiras, em decorrência das mudanças de prática com as normas vigentes anteriormente até 31 de dezembro de 2008 são demonstrados nas notas a seguir:

a) CPC 32 (equivalente ao IAS 12) – Tributos sobre o Lucro

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos devem ser apresentados nos balanços sociais como ativos e passivos não circulantes, mesmo existindo a expectativa de utilização no curto prazo.

Os ajustes de adoção do custo atribuído e valor justo de ativos biológicos devem ser ajustados pelos efeitos tributários e foi reconhecido imposto de renda e contribuição social diferidos.

b) CPC 39 (equivalente ao IAS 32) – Instrumentos Financeiros: Apresentação

Anteriormente a legislação societária brasileira exigia a apresentação da provisão para riscos fiscais, previdenciários, trabalhistas e cíveis líquida dos depósitos judiciais relacionados às provisões constituídas. A norma estabelece que a compensação de um ativo financeiro e um passivo financeiro deve ser realizada na apresentação das demonstrações financeiras quando atendidos certos requisitos, porém, a provisão para riscos fiscais, previdenciários, trabalhistas e cíveis não se enquadra na classificação de passivo financeiro, devendo ser apresentado os valores brutos nas demonstrações financeiras dos depósitos judiciais e da provisão para riscos fiscais, previdenciários, cíveis e trabalhistas.

c) CPC 29 (equivalente ao IAS 41) – Ativo biológico e produto agrícola

Os ativos biológicos da Companhia, representados por suas florestas, anteriormente classificados dentro do ativo imobilizado, foram alocados para um grupo específico no ativo não circulante, denominado “ativos biológicos”, além de passarem a ser reconhecidos por seu valor justo, líquido dos custos para venda, ao invés de somente ao custo histórico conforme prática contábil anterior.

O efeito da adoção inicial do reconhecimento dos ativos biológicos a valor justo foram registrados no patrimônio líquido da Companhia, como uma “reserva de lucros a realizar”, com transferência para lucros acumulados após sua efetiva realização financeira, a ser efetuada via exaustão. Adicionalmente, o valor justo corresponde a uma diferença temporária com o registro dos impostos diferidos cabíveis.

A Companhia possui investimentos em controladas que possuem ativos biológicos registrados em suas demonstrações financeiras. A adoção dos novos pronunciamentos nas demonstrações financeiras das investidas ocorreu na mesma data da adoção dos novos pronunciamentos da controladora.

d) ICPC10/CPC 27 (equivalente ao IAS16) – Interpretação Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43.

Na adoção inicial dos novos pronunciamentos técnicos, a Companhia optou por efetuar uma atribuição de custo (deemed cost) a determinadas classes de ativos imobilizados. Dessa forma, foram atribuídos custos as terras, máquinas e edificações, de forma que estes ativos refletissem seu valor justo na data de adoção dos novos pronunciamentos.

As definições dos custos atribuídos das terras, máquinas e edificações da Companhia foram apuradas com base em avaliações efetuadas por empresa terceirizada especializada, sendo os laudos aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

- e) ICPC09 – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial.

O saldo de ágio na aquisição de controladas adquiridas antes da data de transição, foi alocado ao saldo de investimentos na referida controlada na demonstração financeira individual. Essas diferenças foram alocadas em suas respectivas rubricas nas demonstrações financeiras consolidadas.

O valor referente a ágio na aquisição de controladas foi baixado contra resultado do exercício no balanço de abertura em 01.01.09.

- f) CPC 13 – Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07.

A Lei nº 11.638/07 restringiu lançamento de gastos no ativo diferido, sendo que os gastos ativados que não possam ser reclassificados para outro grupo de ativos, devem ser baixados no balanço de abertura na data de transição, mediante o registro do valor contra lucros ou prejuízos acumulados.

De acordo com o BRGAAP, a Companhia reconheceu despesas pré-operacionais como ativo diferido e vem amortizando pelo prazo de 10 anos. De acordo com o IFRS, as despesas pré-operacionais não poderiam ser ativadas e foram reconhecidas como despesa no balanço de abertura.

- g) CPC 38 (equivalente ao IAS 39) – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração

O saldo de duplicatas cambiais descontadas, anteriormente registrados no ativo circulante, reduzindo o saldo de contas a receber de clientes das duplicatas vinculadas ao desconto, foram reclassificados para o passivo, dentro do grupo de financiamentos, em decorrência de sua natureza.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis:

Os principais efeitos produzidos pelas alterações das práticas contábeis vigentes até 31 de dezembro de 2008 estão apresentados no Patrimônio Líquido e no Resultado conforme segue:

Patrimônio Líquido	Referência	Consolidado		
		01.01.09	31.12.09	31.12.10
Patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis anteriores		49.943.000,00	89.625.000,00	89.620.000,00
Valor justos dos ativos biológicos	c)	139.192.000,00	120.983.000,00	113.748.000,00
IR/CSLL sobre valor justo dos ativos biológicos	a)	(41.326.000,00)	(35.819.000,00)	(33.979.000,00)
Custo atribuído ao imobilizado	d)	427.055.000,00	415.220.000,00	414.033.000,00
IR/CSLL sobre custo atribuído ao imobilizado	a)	(145.204.000,00)	(140.740.000,00)	(140.401.000,00)
IR/CSLL diferido s/reserva de reavaliação	a)	(3.970.000,00)	(3.970.000,00)	(3.970.000,00)
Prejuízo acumulado no período	f)	(1.024.000,00)	(2.586.000,00)	-
Destinação dos ajustes para reserva legal		-	-	1.840.000,00
Destinação dos ajustes para reserva de retenção de lucros		-	-	26.225.000,00
Total dos ajustes com a adoção dos novos pronunciamentos		<u>374.723.000,00</u>	<u>353.088.000,00</u>	<u>377.496.000,00</u>
Patrimônio líquido de acordo com os novos pronunciamentos		<u>424.666.000,00</u>	<u>442.713.000,00</u>	<u>467.116.000,00</u>

Demonstrações dos Resultados	Referência	Consolidado	
		2009	2010
Lucro líquido de acordo com as práticas contábeis anteriores		43.590.000,00	3.798.000,00
Variação do valor justo dos ativos biológicos	c)	3.696.000,00	50.738.000,00
Custo dos produtos vendidos - exaustão valor justo dos ativos biológicos	c)	(12.120.000,00)	(13.453.000,00)
Custo dos produtos vendidos - reavaliação da vida útil do imobilizado	d)	-	4.107.000,00
Outras receitas / despesas operacionais	c), f)	(21.685.000,00)	101.000,00
IR/CSLL diferido sobre os ajustes	a)	8.470.000,00	(7.535.000,00)
Destinação da participação dos administradores sobre os efeitos		-	(3.396.000,00)
Total dos ajustes com a adoção dos novos pronunciamentos		<u>(21.639.000,00)</u>	<u>30.562.000,00</u>
Lucro líquido de acordo com os novos pronunciamentos		<u>21.951.000,00</u>	<u>34.360.000,00</u>

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor**c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor**

O parecer de auditoria emitido sobre as demonstrações financeiras dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2008 e de 2007 inclui parágrafo de ênfase sobre o fato de que, em decorrência das mudanças nas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil durante 2008, as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas de forma conjunta com as demonstrações financeiras de 2008, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes até 31 de dezembro de 2007 e, como permitido pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº. 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, não estão sendo reapresentadas com os ajustes para fins de comparação entre os exercícios.

O parecer de auditoria sobre as demonstrações de 2009 inclui parágrafo de ênfase sobre a adoção das normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS"), ressaltando que exceto pela não apresentação comparativa da reconciliação para o IFRS, as informações relativas à natureza e aos efeitos de tais diferenças nas práticas contábeis estão apresentadas em nota explicativa. E que conforme mencionado em nota explicativa, a reconciliação das diferenças entre o patrimônio líquido e o lucro líquido determinados de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e as IFRS não representa uma adoção na íntegra de IFRS, pois a Companhia não apresentou demonstrações financeiras completas de acordo com as IFRS, de forma a incluir todas as divulgações necessárias, e não afirmou o pleno atendimento às IFRS; portanto, em uma futura apresentação de demonstrações financeiras completas de acordo com o IFRS, os saldos de abertura do patrimônio líquido apresentados nesta reconciliação poderão ser diferentes.

O parecer de auditoria sobre as demonstrações de 2010 inclui parágrafo de ênfase sobre a prática adotada de avaliação de investimentos em controladas, coligada e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5. Políticas contábeis críticas da Companhia (inclusive estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros):

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso, pela Administração da Companhia e de suas controladas, de estimativas e premissas que afetam os saldos ativos e passivos e outras transações. Sendo assim, nas demonstrações financeiras são incluídas diversas estimativas referentes ao cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para perdas nos estoques, provisões necessárias para passivos contingentes, avaliação da vida útil do ativo imobilizado e respectivo cálculo das projeções para determinar a recuperação de saldos do imobilizado, intangível e imposto de renda diferido ativo. Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas.

10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor

10.6. Controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis:

a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

As demonstrações financeiras são elaboradas e apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

Os registros das transações e dos negócios efetuados pela Companhia são efetuados pelo sistema de gestão informatizado que respeita as regras de negócio estabelecidas e zela pela consistência dos controles. Desta forma, a administração da Companhia entende que cumpre com as exigências sendo que o grau de eficiência de seus controles internos é considerado adequado.

b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Não houve deficiências e recomendações relevantes sobre os controles internos no relatório dos auditores independentes.

10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios**10.7. Aspectos referentes a eventuais ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários:**

a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios
A Brazilian Securities (Securitizadora) realizou em 2009 uma oferta pública de Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI, lastreados em créditos imobiliários da controlada Irani Trading a qual não foi concluída devido às condições do mercado. Desta forma requereu-se o cancelamento da oferta que foi deferido em 02 de março de 2010. A Companhia realizou oferta pública de debêntures com esforços restritos de colocação nos termos da Instrução CVM 476/09 no montante de R\$ 100 milhões os quais foram integralizados no dia 12/04/2010. Os recursos foram utilizados integralmente para refinanciamento da dívida com vencimento no ano de 2010 e para as suas atividades operacionais. Não houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e a proposta divulgada. Em 03 de agosto de 2010 a controlada Irani Trading S.A. emitiu Instrumento Particular de Cédula de Créditos Imobiliários – CCI lastreada em Contrato de Locação celebrado em 20 de outubro de 2009, entre a Irani Trading S.A. e Celulose Irani S.A. A Irani Trading S.A. cedeu a CCI para a Brazilian Securities Companhia de Securitização. Em decorrência desta cessão, a Securitizadora emitiu em regime fiduciário Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRIs e pagou em 06 de agosto de 2010 para a Irani Trading S.A. o preço da cessão da CCI, no montante de R\$ 40.833.000,00. Esta operação será liquidada em 37 parcelas mensais e consecutivas no valor de R\$ 1.364 mil cada, com início em 25 de agosto de 2010 e término em 25 de agosto de 2013, devidas pela Locatária Celulose Irani S.A. à Cedente Irani Trading S.A., por força do contrato de locação. Em 19 de agosto de 2010, a Companhia concluiu sua 1ª Emissão Privada de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, e da Espécie Subordinada. A emissão totalizou 40 debêntures simples, nominativas, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em valor total de R\$ 40 milhões, e foi aprovada na Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 12 de julho de 2010. As debêntures foram emitidas em 19 de agosto de 2010, tendo sido integralmente subscritas e integralizadas pela Irani Trading S.A., e os recursos obtidos com a referida emissão foram utilizados para financiar o capital de giro e despesas gerais da Companhia.

10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras**10.8. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia:**

a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (inclusive arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos, carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos, contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços, contratos de construção não terminada e contratos de recebimentos futuros de financiamentos)

A Companhia não mantém qualquer operação, contrato, transação, obrigação ou outros tipos de compromissos que não estejam contabilizados em suas demonstrações financeiras.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Em 2011 a Companhia negociou a rescisão do contrato de Upside que existia com o Banco Credit Suisse.

10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8:

- | |
|---|
| a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia |
| b) natureza e propósito da operação |
| c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação |

Não há.

10.10 - Plano de negócios

10.10. Principais elementos do plano de negócios da Companhia:

a) investimentos (inclusive descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos, fontes de financiamento dos investimentos e desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos)

Os investimentos realizados contabilmente nos três últimos exercícios apresentaram-se como segue:

	2010	2009	2008
Prédios e Construções	R\$ 178.000,00	R\$ 1.704.000,00	R\$ 26.746.000,00
Equipamento e Instalações	R\$ 15.757.000,00	R\$ 14.640.000,00	R\$ 68.969.000,00
Bens em arrendamento mercantil	R\$ 984.000,00	R\$ 366.000,00	R\$ 26.385.000,00
Florestamento e Reflorestamento	R\$ 3.963.000,00	R\$ 3.587.000,00	R\$ 6.321.000,00
Total	R\$ 20.882.000,00	R\$ 20.297.000,00	R\$ 128.421.000,00

Nos anos de 2007 e 2008 foram realizados os maiores investimentos da história da Celulose Irani S.A., denominado Projeto Superação. Os principais investimentos foram direcionados para a Unidade Papel em Vargem Bonita, SC, Unidade Embalagem de Indaiatuba, SP e para a Unidade Embalagem de Vargem Bonita, SC.

O Projeto Superação foi finalizado no exercício de 2008 e os valores totais investidos foram de R\$ 160,8 milhões, conforme demonstrado no quadro abaixo.

Em R\$ milhões				
<i>Local do Investimento</i>	<i>Desembolso 2009</i>	<i>Desembolso 2008</i>	<i>Desembolso 2007</i>	<i>Total</i>
Unidade Papel, SC	R\$ 3,4	R\$ 58,4	R\$ 31,6	R\$ 93,4
Unidade Embalagem, SP		R\$ 24,2	R\$ 27,3	R\$ 51,5
Unidade Embalagem, SC		R\$ 15,8	R\$ 0,1	R\$ 15,9
Total	R\$ 3,4	R\$ 98,4	R\$ 59,0	R\$ 160,8

Os investimentos de 2009 e 2010 foram direcionados basicamente para manter e modernizar as fábricas e operações industriais, com objetivo de melhorar os processos, a produtividade e os produtos fornecidos pela Celulose Irani S.A.

ii) fontes de financiamento dos investimentos

Em 2007 a Companhia tomou financiamento de US\$ 70 milhões junto ao Banco de Investimentos Credit Suisse, que, somados a outros financiamentos via agentes financeiros nacionais e internacionais, foram destinados a implementação do Projeto Superação durante os anos de 2007 e 2008. Os investimentos de 2009 e 2010, passíveis de financiamento, tiveram como fonte instituições financeiras locais.

ii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A Companhia optou por encerrar as operações de fabricação de móveis na fábrica de Rio Negrinho, SC, durante o ano de 2010. Por conta disso, está em andamento a alienação dos ativos daquela unidade.

A Companhia também estuda desmobilizar alguns de seus ativos florestais não estratégicos ou firmar parceria com investidores florestais.

b) aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não aplicável.

10.10 - Plano de negócios

c) novos produtos e serviços (inclusive descrição das pesquisas em andamento já divulgadas, montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços, projetos em desenvolvimento já divulgados e montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços)
--

Não aplicável.

10.11 - Outros fatores com influência relevante

10.11. Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

11. PROJEÇÕES

A Companhia não divulga projeções.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

11. PROJEÇÕES

A Companhia não divulga projeções.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

12. ASSEMBLÉIA GERAL E ADMINISTRAÇÃO

12.1. Estrutura administrativa da Companhia, conforme estabelecido no seu estatuto social e regimento interno:

a) atribuições de cada órgão e comitê

Compete ao Conselho de Administração, em conformidade com o Artigo 12 do Estatuto Social da Companhia:

- a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- b) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições, observado o disposto nestes Estatutos;
- c) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos;
- d) convocar anualmente a Assembléia Geral Ordinária, e a Extraordinária, quando julgar conveniente;
- e) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria;
- f) escolher e destituir os auditores independentes, observado o direito de veto assegurado pela lei aos conselheiros eleitos pelos acionistas minoritários e preferencialistas, se houver;
- g) deliberar sobre a aquisição de ações de emissão da Companhia, para cancelamento, permanência em tesouraria ou posterior alienação;
- h) aprovar, previamente, a alienação ou a oneração de bens do ativo permanente da Companhia, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros;
- i) deliberar sobre a emissão de novas ações, nos termos previstos no Artigo 7º;
- j) deliberar sobre a distribuição, entre os administradores da Companhia, da remuneração global que lhes tiver sido fixada pela Assembléia Geral;
- k) deliberar sobre a emissão de bônus de subscrição, fixando-lhes as respectivas condições;
- l) deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, e sem garantia real.

Diretoria: Compete à Diretoria a prática de todos os atos necessários ao regular funcionamento da Companhia, que não sejam de competência da Assembléia Geral ou do Conselho de Administração.

Assembléia Geral: A Assembléia Geral dos Acionistas reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social, para deliberar sobre os assuntos que lhe competem por lei, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, guardados os preceitos de direito nas respectivas convocações.

A Companhia não possui comitês.

b) data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês

Conforme previsto no Estatuto da Companhia, esta terá um Conselho Fiscal cujo funcionamento não será permanente, podendo ser instalado pela Assembléia Geral a pedido de acionistas que representem, no mínimo, 0,1 (um décimo) das ações com direito a voto, ou 5% (cinco por cento) das ações sem direito a voto, percentagens mínimas que poderão ser reduzidas pela Comissão de Valores Mobiliários mediante fixação de escala em função do valor do capital social.

Até o momento não houve nenhum pedido de instauração do Conselho Fiscal.

c) mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê

A Companhia não adota mecanismos formalizados de avaliação de desempenho para o conselho de administração. Para a diretoria há mecanismos de avaliação mencionados no item 13.1 deste Formulário de Referência.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa**d) em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais**

É atribuição dos membros da diretoria a prática de todos os atos necessários ao funcionamento da Companhia conforme o título da função que lhe foi designada pelo Conselho de Administração.

Os Diretores possuem poderes de representação, conforme estabelecido no estatuto social:

- a) extrajudicialmente, por 2 (dois) Diretores em conjunto, por um Diretor em conjunto com um procurador, ou por (dois) procuradores em conjunto;
- b) judicialmente, pelo Diretor a quem esta competência for atribuída pelo Conselho de Administração ou por um procurador especialmente constituído para este fim.

e) mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do conselho de administração, dos comitês e da diretoria

A Companhia não adota mecanismos formais de avaliação do desempenho para os membros do conselho de administração. Para a diretoria estatutária há mecanismos de avaliação conforme descrito no item 13.1 deste Formulário de Referência.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

12.2. Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais:

a) prazos de convocação

A convocação se dá mediante anúncio publicado por 3 (três) vezes em jornais de grande circulação, sendo a primeira convocação com prazo mínimo de 15 (quinze) dias.

b) competências

A assembleia geral dos acionistas reúne-se, ordinariamente, sempre dentro dos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, para deliberar sobre os assuntos que lhe competem por lei e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, guardados os preceitos de direito nas respectivas convocações.

c) endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas na sede social da Companhia, situada na Rua General João Manoel, 157 – 9º andar, CEP 89600-000, Porto Alegre/RS. E também através do website: www.irani.com.br/ri.

d) identificação e administração de conflitos de interesses

Não há mecanismos formais de identificação e administração de conflitos de interesses.

e) solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

A Companhia não dispõe de mecanismos para solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto.

f) formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

A representação depende de depósito, na sede da Companhia, até 3 (três) dias antes da Assembleia, dos respectivos instrumentos de mandato. Não admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico.

g) manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias

Não há.

h) transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das assembleias

Não há.

i) mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas

Não há.

12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76

Exercício Social	Publicação	Jornal - UF	Datas
31/12/2010	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - RS	30/03/2011
		Jornal do Commercio - RS	30/03/2011
		Valor Econômico - SP	30/03/2011
	Aviso aos Acionistas Comunicando a Disponibilização das Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - RS	29/03/2011
			30/03/2011
			31/03/2011
		Jornal do Commercio - RS	29/03/2011
			31/03/2011
			01/04/2011
		Valor Econômico - SP	29/03/2011
			30/03/2011
			31/03/2011
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - RS	14/04/2011
			15/04/2011
			18/04/2011
		Jornal do Commercio - RS	14/04/2011
			15/04/2011
			18/04/2011
		Valor Econômico - SP	14/04/2011
			15/04/2011
			18/04/2011
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - RS	20/05/2011
		Jornal do Commercio - RS	20/05/2011
		Valor Econômico - SP	20/05/2011
31/12/2009	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - RS	16/03/2010
		Jornal do Commercio - RS	16/03/2010
		Valor Econômico - SP	16/03/2010
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - RS	14/04/2010
			15/04/2010
			16/04/2010
		Jornal do Commercio - RS	14/04/2010
			15/04/2010
			16/04/2010
		Valor Econômico - SP	14/04/2010
			15/04/2010
			16/04/2010
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - RS	25/06/2010
		Jornal do Commercio - RS	25/06/2010
		Valor Econômico - SP	25/06/2010
31/12/2008	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - RS	27/03/2009
		Jornal do Commercio - RS	27/03/2009
		Valor Econômico - SP	27/03/2009
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - RS	09/04/2009
			13/04/2009

12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76

Exercício Social	Publicação	Jornal - UF	Datas
31/12/2008	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - RS	14/04/2009
		Jornal do Commercio - RS	09/04/2009
			13/04/2009
			14/04/2009
		Valor Econômico - SP	09/04/2009
			13/04/2009
			14/04/2009
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - RS	05/06/2009
		Jornal do Commercio - RS	08/06/2009
		Valor Econômico - SP	05/06/2009

12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração**12.4. Regras, políticas e práticas relativas ao conselho de administração:****a) frequência das reuniões**

O conselho de Administração reúne-se sempre que necessário, focando suas atenções para temas estratégicos da Empresa, como riscos dos negócios, relações com o mercado, políticas corporativas, investimentos e acompanhamentos dos resultados.

b) se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Não há.

c) regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Não há mecanismos e regras formais para a identificação e administração de conflitos de interesses relativos ao Conselho de Administração, tendo em vista que todos os seus membros são eleitos pelo acionista controlador.

12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

12.5 Cláusula compromissória do estatuto para a resolução dos conflitos entre acionistas e entre estes e a Companhia por meio de arbitragem:

Não há.

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Túlio César Reis Gomes	50	Pertence apenas à Diretoria	29/02/2012	Até completar o mandato da atual Diretoria (01 ano e 4 meses)
450.850.806-53	Engenheiro Florestal	Diretor de Negócios Florestal	29/02/2012	Não
n/a				
Sérgio Luiz Cotrim Ribas	45	Pertence apenas à Diretoria	03/05/2011	02 (dois) anos
451.745.049-04	Administrador de Empresa	Diretor de Negócios Papel e Embalagem	04/05/2011	Não
n/a				
Odivan Carlos Cargnin	36	Pertence apenas à Diretoria	03/05/2011	02 (dois) anos
767.695.189-53	Advogado e Contador	12 - Diretor de Relações com Investidores	17/05/2011	Não
Diretor de Administração, Finanças e de Relações com Investidores				
Eurito de Freitas Druck	66	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2011	02 (dois) anos
032.111.427-20	Diretor de Empresa	21 - Vice Presidente Cons. de Administração	29/04/2011	Sim
n/a				
Jorge Juerecy Oliveira da Cunha	56	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2011	02 (dois) anos
198.903.540-04	Bacharel em Ciências Contábeis	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	29/04/2011	Sim
n/a				
Paulo Sergio Viana Mallmann	55	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2011	02 (dois) anos
228.565.950-49	Advogado	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	16/05/2011	Sim
n/a				
Péricles de Freitas Druck	70	Pertence apenas ao Conselho de Administração	29/04/2011	02 (dois) anos
000.548.360-34	Advogado	20 - Presidente do Conselho de Administração	29/04/2011	Sim
n/a				
Pericles Pereira Druck	45	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	29/04/2011	02 (dois) anos
432.252.410-91	Engenheiro Agrônomo	33 - Conselheiro(Efetivo) e Dir. Presidente	29/04/2011	Sim
n/a				
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações				
Túlio César Reis Gomes - 450.850.806-53				

Engenheiro florestal, graduado pela Universidade Federal de Viçosa (MG) e pós-graduado em Comércio Exterior pela UNA - Faculdade de Ciências Gerenciais de Belo Horizonte (MG). Durante o período de Agosto/11 a Fevereiro/12, atuou como consultor em vendas de celulose de fibra longa importada na Copap Latin America. Foi Diretor Comercial na Ibema Cia. Brasileira de Papel durante o período de Março/07 a Julho/11, sendo responsável pela negociação comercial com clientes no Brasil, América Latina e Europa. Atuou como Superintendente Comercial na Celulose Nipo-Brasileira S.A. - Cenibra entre Dezembro/03 a Janeiro/2007, sendo responsável pelo gerenciamento da equipe comercial e assinatura de contratos de médio e longo prazo com clientes na Europa, Ásia, Américas (inclusive Brasil) e Oriente Médio. Atuou também como Diretor de Mercado no Sinpapel-MG e Diretor na Portocel durante os anos de 2003-2007. Possui experiência em gestão e pesquisa florestal, bem como gestão comercial e logística na comercialização de celulose e papel cartão no Brasil, Ásia, Américas e Europa. Atualmente é Diretor de Negócios Florestal na Celulose Irani S.A.

Sérgio Luiz Cotrim Ribas - 451.745.049-04

Administrador de Empresas, é Pós-Graduado pela FGV (SP), pela Universidade de São Paulo (USP) e pela Boston University (EUA). Anteriormente, atuou nas áreas de consultoria de gestão estratégica e marketing na Roland Berger Strategy Consultant e na gerência de marketing do Banco do Brasil. Nos últimos 3 anos exerceu o cargo de Diretor de Marketing e Vendas da Celulose Irani S.A. Atualmente exerce o cargo de Diretor de Negócios Papel e Embalagem.

Não houve qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial de quaisquer dos membros do Conselho de Administração ou Diretoria Estatutária da Celulose Irani S.A. nos últimos 5 (cinco) anos.

Odivan Carlos Cargnin - 767.695.189-53

Advogado e contador, formado em Ciências Contábeis e Direito pela UNOESC - Universidade do Oeste de Santa Catarina. Pós-Graduado em Contabilidade Gerencial, Custos e Controladoria. Nos últimos 3 anos exerceu o cargo de Diretor de Administração, Finanças e de Relações com Investidores da Celulose Irani S.A.

Não houve qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial de quaisquer dos membros do Conselho de Administração ou Diretoria Estatutária da Celulose Irani S.A. nos últimos 5 (cinco) anos.

Eurito de Freitas Druck - 032.111.427-20

Diretor de empresas, atualmente é Vice-Presidente do Conselho de Administração e Vice-Presidente da Diretoria da Companhia Habitasul de Participações. É diretor da Habitasul Empreendimentos Imobiliários Ltda. e compõe o Conselho de Administração da Habitasul Desenvolvimento Imobiliários S.A. É conselheiro da Irani Participações S.A. e membro da Diretoria da Companhia Comercial de Imóveis. É Vice-presidente do Conselho de Administração da Celulose Irani S.A.

Não houve qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial de quaisquer dos membros do Conselho de Administração ou Diretoria Estatutária da Celulose Irani S.A. nos últimos 5 (cinco) anos.

Jorge Juerecy Oliveira da Cunha - 198.903.540-04

Bacharel em Ciências Contábeis, atualmente é Diretor da Companhia Habitasul de Participações, da Habitasul Desenvolvimento Imobiliários S.A. e é conselheiro da Celulose Irani S.A.

Não houve qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial de quaisquer dos membros do Conselho de Administração ou Diretoria Estatutária da Celulose Irani S.A. nos últimos 5 (cinco) anos.

Paulo Sergio Viana Mallmann - 228.565.950-49

Advogado, formado Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, é sócio da Druck Mallmann Oliveira & Advogados Associados e Conselheiro da Celulose Irani S.A. Possui o título de Conselheiro de Administração certificado pelo IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa.

Não houve qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial de quaisquer dos membros do Conselho de Administração ou Diretoria Estatutária da Celulose Irani S.A. nos últimos 5 (cinco) anos.

Péricles de Freitas Druck - 000.548.360-34

Bacharel em Direito formado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, é Presidente do Conselho de Administração da Celulose Irani S.A.. Além disso, é presidente do Conselho de Administração da Companhia Habitasul de Participações e membro do conselho da Irani Participações S.A. (controladora direta). Não houve nenhuma qualquer condenação criminal, em processo administrativo da CVM ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial de quaisquer dos membros do Conselho de Administração ou Diretoria Estatutária da Celulose Irani S.A. nos últimos 5 (cinco) anos.

Pericles Pereira Druck - 432.252.410-91

Engenheiro agrônomo formado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atualmente é Diretor Presidente e Conselheiro da Celulose Irani S.A. Não houve qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM ou condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado a prática de atividade profissional ou comercial de quaisquer dos membros do Conselho de Administração ou Diretoria Estatutária da Celulose Irani S.A. nos últimos 5 (cinco) anos.

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia não possui comitês estatutários ou não estatutários, comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração.

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Péricles de Freitas Druck Presidente do Conselho de Administração	000.548.360-34	Celulose Irani S.A.	92.791.243/0001-03	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Eurito de Freitas Druck Conselheiro (efetivo)	032.111.427-20	Celulose Irani S.A.	92.791.243/0001-03	
<u>Observação</u>				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Péricles de Freitas Druck Presidente do Conselho	000.548.360-34	Habitasul Florestal S.A.	90.189.960/0001-34	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Eurito de Freitas Druck Conselheiro	032.111.427-20	Habitasul Florestal S.A.	90.189.960/0001-34	
<u>Observação</u>				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Péricles de Freitas Druck Presidente do Conselho de Administração	000.548.360-34	Irani Trading S.A.	89.612.337/0001-63	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Eurito de Freitas Druck Conselheiro (efetivo)	032.111.427-20	Irani Trading S.A.	89.612.337/0001-63	
<u>Observação</u>				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Péricles de Freitas Druck Presidente do Conselho de Administração	000.548.360-34	Celulose Irani S.A.	92.791.243/0001-03	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Eurito de Freitas Druck Conselheiro (Efetivo)	032.111.427-20	Irani Participações S.A.	86.861.515/0001-00	
<u>Observação</u>				
Irani Participações é controladora da Celulose Irani S.A.				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Péricles de Freitas Druck Presidente do Conselho de Administração	000.548.360-34	Celulose Irani S.A.	92.791.243/0001-03	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Eurito de Freitas Druck Diretor	032.111.427-20	Companhia Comercial de Imóveis	92.752.377/0001-15	
<u>Observação</u>				
A Companhia Comercial de Imóveis é controladora indireta da Celulose Irani S.A.				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Péricles de Freitas Druck Presidente do Conselho de Administração	000.548.360-34	Celulose Irani S.A.	92.791.243/0001-03	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Pericles Pereira Druck Conselheiro (efetivo) e Diretor Presidente	432.252.410-91	Celulose Irani S.A.	92.791.243/0001-03	
<u>Observação</u>				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Péricles de Freitas Druck Presidente do Conselho	000.548.360-34	Habitasul Florestal S.A.	90.189.960/0001-34	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
<u>Pessoa relacionada</u>				
Pericles Pereira Druck Diretor Superintendente e Conselheiro (Efetivo)	432.252.410-91	Habitasul Florestal S.A.	90.189.960/0001-34	

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				

Observação

Habitasul Florestal S.A. é controlada da Celulose Irani S.A.

Administrador do emissor ou controlada

Péricles de Freitas Druck 000.548.360-34 Irani Trading S.A. 89.612.337/0001-63 Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
Presidente do Conselho de Administração

Pessoa relacionada

Pericles Pereira Druck 432.252.410-91 Irani Trading S.A. 89.612.337/0001-63
Conselheiro (efetivo) e Diretor

Observação

Irani Trading S.A. é controlada da Celulose Irani S.A.

Administrador do emissor ou controlada

Péricles de Freitas Druck 000.548.360-34 Celulose Irani S.A. 92.791.243/0001-03 Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
Presidente do Conselho de Administração

Pessoa relacionada

Pericles Pereira Druck 432.252.410-91 Meu Móvel de Madeira Ltda 09.175.816/0001-20
Diretor

Observação

Meu Móvel de Madeira Ltda é controlada da Celulose Irani S.A.

Administrador do emissor ou controlada

Péricles de Freitas Druck 000.548.360-34 Celulose Irani S.A. 92.791.243/0001-03 Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
Presidente do Conselho de Administração

Pessoa relacionada

Pericles Pereira Druck 432.252.410-91 HGE - Geração de Energia Sustentável Ltda 10.902.894/0001-69
Diretor

Observação

HGE - Geração de Energia Sustentável Ltda é controlada da Celulose Irani S.A.

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Péricles de Freitas Druck	000.548.360-34	Celulose Irani S.A.	92.791.243/0001-03	Filho ou Filha (1º grau por consangüinidade)
Presidente do Conselho de Administração				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Pericles Pereira Druck	432.252.410-91	Irani Participações S.A.	86.861.515/0001-00	
Conselheiro (Efetivo) e Diretor				
<u>Observação</u>				
Irani Participações S.A. é controladora da Celulose Irani S.A.				

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2010Administrador do Emissor

Pericles Pereira Druck

432.252.410-91

Controle

Credor

Conselheiro (Efetivo) e Diretor Presidente

Pessoa Relacionada

Irani Trading S.A.

89.612.337/0001-63

Conselheiro (Efetivo) e Diretor Superintendente

Observação

A controlada Irani Trading S.A., tem relação de fornecimento de aluguel de imóvel industrial com a Companhia a partir do ano de 2010. A mesma também é credora da Companhia em operação de debêntures realizada em 2010.

Administrador do Emissor

Péricles de Freitas Druck

000.548.360-34

Controle

Credor

Presidente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Irani Trading S.A.

89.612.337/0001-63

Presidente do Conselho de Administração

Observação

A controlada Irani Trading S.A., tem relação de fornecimento de aluguel de imóvel industrial com a Companhia a partir do ano de 2010. A mesma também é credora da Companhia em operação de debêntures realizada em 2010.

Administrador do Emissor

Eurito de Freitas Druck

032.111.427-20

Controle

Controlada Direta

Vice-presidente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Irani Trading S.A.

89.612.337/0001-63

Conselheiro (Efetivo)

Observação

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

A controlada Irani Trading S.A., tem relação de fornecimento de aluguel de imóvel industrial com a Companhia a partir do ano de 2010. A mesma também é credora da Companhia em operação de debêntures realizada em 2010.

Exercício Social 31/12/2009Administrador do Emissor

Péricles de Freitas Druck

000.548.360-34

Controle

Controlada Direta

Presidente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Habrasul Florestal S.A.

90.189.960/0001-34

Presidente do Conselho de Administração

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Eurito de Freitas Druck

032.111.427-20

Controle

Controlada Direta

Vice-presidente do conselho de administração

Pessoa Relacionada

Habrasul Florestal S.A.

90.189.960/0001-34

Conselheiro (efetivo)

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Pericles Pereira Druck

432.252.410-91

Controle

Controlada Direta

Conselheiro (efetivo) e Diretor Presidente

Pessoa Relacionada

Habrasul Florestal S.A.

90.189.960/0001-34

Conselheiro (efetivo) e Diretor Superintendente

Observação

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Péricles de Freitas Druck	000.548.360-34	Controle	Controlada Direta
Presidente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Irani Trading S.A.	89.612.337/0001-63		
Presidente do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Eurito de Freitas Druck	032.111.427-20	Controle	Controlada Direta
Vice-presidente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Irani Trading S.A.	89.612.337/0001-63		
Conselheiro (Efetivo)			
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Pericles Pereira Druck	432.252.410-91	Controle	Controlada Direta
Conselheiro (Efetivo) e Diretor Presidente			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Irani Trading S.A.	89.612.337/0001-63		
Conselheiro e Diretor			
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Pericles Pereira Druck	432.252.410-91	Controle	Controlada Direta

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Conselheiro (Efetivo) e Diretor Presidente			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Meu Móvel de Madeira Ltda	09.175.816/0001-20		
Diretor			
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Pericles Pereira Druck	432.252.410-91	Controle	Controlada Direta
Conselheiro (Efetivo) e Diretor Presidente			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
HGE - Geração de Energia Sustentável Ltda	10.902.894/0001-69		
Diretor			
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Péricles de Freitas Druck	000.548.360-34	Controle	Controlador Direto
Presidente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Irani Participações S.A.	86.861.515/0001-00		
Presidente do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Eurito de Freitas Druck	032.111.427-20	Controle	Controlador Direto
Vice-presidente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Irani Participações S.A.	86.861.515/0001-00		

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
Conselheiro (Efetivo)			
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Pericles Pereira Druck	432.252.410-91	Controle	Controlador Direto
Conselheiro (Efetivo) e Diretor Presidente			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Irani Participações S.A.	86.861.515/0001-00		
Conselheiro (Efetivo) e Diretor			
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Péricles de Freitas Druck	000.548.360-34	Controle	Fornecedor
Presidente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Companhia Comercial de Imóveis	92.752.377/0001-15		
Diretor			
<u>Observação</u>			
A Companhia Comercial de Imóveis tem relação de fornecimento de aluguel com a Celulose Irani S.A durante os anos de 2008 e 2009. A Companhia Comercial de Imóveis é controlador indireto da Companhia.			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Eurito de Freitas Druck	032.111.427-20	Controle	Fornecedor
Vice-presidente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Companhia Comercial de Imóveis	92.752.377/0001-15		
Diretor			
<u>Observação</u>			

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			
A Companhia Comercial de Imóveis tem relação de fornecimento de aluguel com a Celulose Irani S.A durante os anos de 2008 e 2009. A Companhia Comercial de Imóveis é controlador indireto da Companhia			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Péricles de Freitas Druck	000.548.360-34	Controle	Credor
Presidente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Habitasul Desenvolvimentos Imobiliários S.A.	03.078.261/0001-12		
Presidente do Conselho de Administração			
<u>Observação</u>			
Habitasul Desenvolvimentos Imobiliários S.A. é credora da Celulose Irani S.A., no período de 2007 a 2009, por aquisição da controlada Habitasul Florestal S.A.			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Eurito de Freitas Druck	032.111.427-20	Controle	Credor
Vice Presidente do Conselho de Administração			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Habitasul Desenvolvimentos Imobiliários S.A.	03.078.261/0001-12		
Conselheiro (Efetivo)			
<u>Observação</u>			
Habitasul Desenvolvimentos Imobiliários S.A. é credora da Celulose Irani S.A., no período de 2007 a 2009, por aquisição da controlada Habitasul Florestal S.A.			
<u>Administrador do Emissor</u>			
Jorge Juerecy Oliveira da Cunha	198.903.540-04	Controle	Credor
Conselheiro (Efetivo)			
<u>Pessoa Relacionada</u>			
Habitasul Desenvolvimentos Imobiliários S.A.	03.078.261/0001-12		
Diretor			
<u>Observação</u>			
Habitasul Desenvolvimentos Imobiliários S.A. é credora da Celulose Irani S.A., no período de 2007 a 2009, por aquisição da controlada Habitasul Florestal S.A.			

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

12.11. Acordos (inclusive apólices de seguro) estabelecendo o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia, de penalidades impostas por agentes estatais e acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções:

A Companhia contratou em 2010 Seguro de Responsabilidade Civil de Administradores, para o qual pagou o prêmio no valor de R\$ 41.842,18. Este seguro abrange Conselho de Administração, Diretoria e administradores (posição executiva ou gerencial equivalente) enquanto estiver a serviço ou atuando nas funções.

12.12 - Outras informações relevantes

12.12. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

13.1. Política e prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração:

a. objetivos da política ou prática de remuneração

A administração da Companhia é desenvolvida pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva eleita estatutariamente. A Companhia não mantém Conselho Fiscal permanente nem comitês.

A prática de remuneração da diretoria executiva busca:

- i) alinhar os interesses dos executivos aos dos acionistas;
- ii) direcionar o comportamento e estimular a visão de curto e longo prazo dos executivos;
- iii) estimular o sentimento de propriedade e comprometimento;
- iv) atrair, reter e motivar os executivos.

b. composição da remuneração, indicando:

- i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles
- ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total
- iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração
- iv. razões que justificam a composição da remuneração

A remuneração da diretoria executiva é dividida em 3 (três) parcelas:

A – Honorários Fixos e Benefícios;

B – Remuneração Variável de Curto Prazo - Bônus Trimestral

C – Remuneração Variável de Longo Prazo - Upside e/ou Participação nos Lucros Estatutariamente Previstos

A- Honorários Fixos e Benefícios:

A remuneração fixa e os benefícios obedecem às condições e práticas de mercado para cada diretoria.

Esta parcela corresponde de 50% a 100% da remuneração anual do executivo, dependendo do alcance das metas da remuneração variável (parcela B).

O reajuste é feito anualmente de acordo com os índices de inflação ou movimentação do mercado.

É a remuneração fixa dos executivos.

B- Remuneração Variável de Curto Prazo - Bônus Trimestrais

Complementa a remuneração fixa e é determinada em função do alcance de metas de curto prazo estabelecidas pelo Conselho de Administração.

Esta parcela corresponde de 0% a 50% da remuneração anual dos executivos, dependendo do alcance das metas estabelecidas.

O cálculo é efetuado de acordo com pesos estabelecidos para determinados indicadores. Os indicadores são Lucro Consolidado, EBITDA Consolidado, EBITDA da Cadeia de Negócios que o executivo é responsável e Avaliação de Desempenho Individual.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

O objetivo da parcela B é remunerar os executivos de acordo com as metas estabelecidas pelo Conselho de Administração alinhadas aos interesses de curto prazo dos acionistas.

C- Remuneração Variável de Longo Prazo - Upside e/ou Participação nos Lucros Estatutariamente Previstos

Está atrelada ao alcance de metas de longo prazo (2 a 3 anos) ou conforme decisão do Conselho de Administração.

Representa de 0% a 50% adicional a remuneração anual das parcelas A + B para o período de referência.

O cálculo é efetuado em função da variação do valor de mercado da Companhia calculado "pro forma" em um determinado período.

O objetivo da parcela C é remunerar os executivos de acordo com as metas estabelecidas pelo Conselho de Administração alinhadas aos interesses de longo prazo dos acionistas.

Os conselheiros de administração recebem remuneração simbólica.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Lucro Líquido Consolidado, EBITDA Consolidado e EBITDA da cadeia de negócio, Valor da Companhia e Avaliação de Desempenho Individual.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

São estabelecidas metas trimestrais e anuais para a parcela B e plurianuais para a parcela C de modo que somente exista tal remuneração caso as metas sejam atingidas.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

Os indicadores estabelecidos refletem a variação do valor da Companhia, a sua eficiência operacional e a saúde financeira.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Alguns diretores recebem remuneração fixa e participação nos resultados das subsidiárias, em função do tempo de dedicação e responsabilidades assumidas perante tais empresas.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não aplicável

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2011 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7,00	6,00		13,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	10.080,00	2.555.720,72		2.565.800,72
Benefícios direto e indireto	0,00	110.000,00		110.000,00
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.784.948,00		1.784.948,00
Participação de resultados	0,00	1.279.100,00		1.279.100,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	10.080,00	5.729.768,72		5.739.848,72

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2010 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	6,67	5,58		12,25
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	8.640,00	2.249.555,20		2.258.195,20
Benefícios direto e indireto	0,00	104.005,41		104.005,41
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00

Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	2.394.451,40		2.394.451,40
Participação de resultados	0,00	3.817.818,11		3.817.818,11
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	8.640,00	8.565.830,12		8.574.470,12

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2009 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	6,50	5,42		11,92
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	10.320,00	2.070.823,20		2.081.143,20
Benefícios direto e indireto	0,00	86.318,40		86.318,40
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	381.262,79		381.262,79
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00

Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	10.320,00	2.538.404,39		2.548.724,39

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

13.3 Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Conforme previsto na Instrução CVM 480/09, é facultado ao emissor omitir da Seção 13 do Formulário de Referência as informações relativas aos exercícios de 2007 e 2008.

Não há conselho fiscal constituído.

Remuneração variável – exercício social encerrado em 31.12.2009

(em R\$, exceto número de membros)	Conselho De Administração	Diretoria Estatutária	Total
Número de Membros	6,50	5,42	11,92
Bônus			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	122.374,40	122.374,70
Valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	1.814.092,80	1.814.092,80
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	n/a	1.209.395,20	1.209.395,20
Valor efetivamente reconhecido – três últimos exercícios sociais	n/a	381.262,79	381.262,79
Participação nos resultados			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a
Valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	n/a	n/a	n/a
Valor efetivamente reconhecido	n/a	n/a	n/a

Remuneração variável - exercício social encerrado em 31.12.2010

(em R\$, exceto número de membros)	Conselho De Administração	Diretoria Estatutária	Total
Número de Membros	6,67	5,58	12,25
Bônus			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	2.215.745,28	2.215.745,28
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	n/a	1.477.163,52	1.477.163,52
Valor efetivamente reconhecido	n/a	2.394.451,40	2.394.451,40
Participação nos resultados			

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

(em R\$, exceto número de membros)	Conselho De Administração	Diretoria Estatutária	Total
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a
Valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	n/a	n/a	n/a
Valor efetivamente reconhecido	n/a	3.817.818,11	3.817.818,11

Remuneração variável – previsto para o exercício de 2011

(em R\$, exceto número de membros)	Conselho De Administração	Diretoria Estatutária	Total
Número de Membros	7	6	13
Bônus			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	-	-
Valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	2.382.887,81	2.382.887,81
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	n/a	1.784.948,00	1.784.948,00
Valor efetivamente reconhecido	n/a	n/a	n/a
Participação nos resultados			
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a
Valor máximo previsto no plano de remuneração	n/a	n/a	n/a
Valor previsto no plano de remuneração – metas atingidas	n/a	1.279.100,00	1.279.100,00
Valor efetivamente reconhecido	n/a	n/a	n/a

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

13.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

Não aplicável.

13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

13.5 Ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social:

Em 31.12.2010	Emissora		Emissora		Emissora		Emissora	
	Celulose Irani S.A.		Irani Participações S.A. (controladora direta)		Irani Trading S.A. (controlada)		Habrasul Florestal S.A. (controlada)	
Ações detidas pelo:	ON	PN	ON	PN	ON	PN	ON	PN
Conselho Administração	49.184	11.374	3	-	3	-	131	-
Diretoria Estatutária	11.302	13.550	-	-	-	-	-	-

Em 31.12.2010	Emissora	
	Meu Móvel de Madeira Com. de Móveis e Decorações Ltda (controlada)	
Cotas detidas pelo:		
Conselho Administração	3	
Diretoria Estatutária	-	

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

13.6 Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável.

13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

13.7 Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável

13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

13.8 Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Não aplicável

13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções

13.9 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

Não aplicável

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

13.10 Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

Não aplicável.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**Valores anuais**

	Diretoria Estatutária		Conselho de Administração	
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2009
Nº de membros	5,58	5,42	6,67	6,50
Valor da maior remuneração(Reais)	1.205.572,47	570.146,79	1.440,00	1.440,00
Valor da menor remuneração(Reais)	364.702,69	444.039,22	1.440,00	1.440,00
Valor médio da remuneração(Reais)	850.898,21	468.340,29	1.295,35	1.587,69

Observação

Diretoria Estatutária	
31/12/2010	Excluídos os membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses em 2010.
31/12/2009	Excluídos os membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses em 2009.

Conselho de Administração	
31/12/2010	Excluídos os membros que exerceram o cargo por menos de 12 meses em 2010.

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

13.12 Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não aplicável.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

13.13 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Conforme previsto na Instrução CVM 480/09, é facultado ao emissor omitir da Seção 13 do Formulário de Referência as informações relativas aos exercícios de 2007 e 2008.

ORGÃO	dez/09
Diretoria Estatutária	44,40%
Conselho de Administração	86,05%
Conselho Fiscal	n/a
TOTAL	130,45%

ORGÃO	dez/10
Diretoria Estatutária	49,63%
Conselho de Administração	83,33%
Conselho Fiscal	n/a
TOTAL	132,96%

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

- 13.14 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Não aplicável

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

13.15 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Conforme previsto na Instrução CVM 480/09, é facultado ao emissor omitir da Seção 13 do Formulário de Referência as informações relativas aos exercícios de 2007 e 2008.

Não há conselho fiscal constituído.

Exercício social 2009

(em R\$)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Controladas do emissor	290.025,50	55.733,33	345.758,83

Exercício social 2010

(em R\$)	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Total
Controladas do emissor	297.414,36	-	297.414,36

Esta remuneração refere-se a honorários e participação dos administradores.

13.16 - Outras informações relevantes

13.16 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes a respeito da remuneração dos Administradores da Companhia foram divulgadas nos itens acima.

14.1 - Descrição dos recursos humanos**14. RECURSOS HUMANOS****14.1 Descrever os recursos humanos do emissor, fornecendo as seguintes informações:**

a) Número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica).

Qtde. de funcionários			LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	ATIVIDADE DESEMPENHADA
2008	2009	2010		
103	100	112	Joaçaba-SC, Vargem Bonita-SC e Porto Alegre-RS	Escritório Corporativo, Administrativo e Financeiro e de Relação com os Investidores e Matriz
706	711	679	Vargem Bonita-SC	Fabricação de papel.
322	336	323	Vargem Bonita-SC	Fabricação de chapas e caixas de papel ondulado.
308	206	11	Rio Negrinho-SC	Fabricação de móveis de pinus. (Unidade Inativa desde outubro/2010, atualmente apenas funcionários afastados)
308	316	336	Indaiatuba-SP	Fabricação de chapas e caixas de papel ondulado.
59	57	54	Balneário Pinhal-RS	Produção de breu e terebintina, a partir da extração de resina natural.
11	12	10	São Paulo-SP	Escritório Comercial

b) Número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Número de terceiros			LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	ATIVIDADE DESEMPENHADA
2008	2009	2010		
1	1	2	Joaçaba-SC, Vargem Bonita-SC e Porto Alegre-RS	Escritório Corporativo, Administrativo e Financeiro e de Relação com os Investidores e Matriz
553	424	383	Vargem Bonita-SC	Fabricação de papel.
147	169	197	Vargem Bonita-SC	Fabricação de chapas e caixas de papel ondulado.
62	115	9	Rio Negrinho-SC	Fabricação de móveis de pinus. (Unidade Inativa desde outubro/2010, atualmente apenas funcionários afastados)
85	85	54	Indaiatuba-SP	Fabricação de chapas e caixas de papel ondulado.
204	154	0	Balneário Pinhal-RS	Produção de breu e terebintina, a partir da extração de resina natural.
1	0	1	São Paulo-SP	Escritório Comercial

14.1 - Descrição dos recursos humanos

c) Índice de rotatividade

Índice de Rotatividade			LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	ATIVIDADE DESEMPENHADA
2008	2009	2010		
16,59	13,46	20,75	Joaçaba-SC, Vargem Bonita-SC e Porto Alegre-RS	Escritório Corporativo, Administrativo e Financeiro e de Relação com os Investidores e Matriz
18,08	12,06	12,73	Vargem Bonita-SC	Fabricação de papel.
38,86	31,08	21,40	Vargem Bonita-SC	Fabricação de chapas e caixas de papel ondulado.
36,77	39,25	64,06	Rio Negrinho-SC	Fabricação de móveis de pinus. (Unidade Inativa desde outubro/2010, atualmente apenas funcionários afastados)
55,89	23,72	24,54	Indaiatuba-SP	Fabricação de chapas e caixas de papel ondulado.
14,29	9,71	63,96	Balneário Pinhal-RS	Produção de breu e terebintina, a partir da extração de resina natural.
20,00	31,25	22,73	São Paulo-SP	Escritório Comercial

a) exposição do emissor a passivos e contingências trabalhistas

Devido às atividades normais de seu processo produtivo, a Companhia está exposta a passivos trabalhistas, principalmente aqueles relacionados à insalubridade e periculosidade. Para amenizar os riscos, possui campanhas, programas e ações de prevenção e conscientização de danos que possam vir a afetar a saúde de seus colaboradores, bem como departamentos internos que cuidam exclusivamente de estudos para diminuição desses fatores, promovendo assim, um melhoramento significativo na qualidade de vida de seus colaboradores

Com relação às campanhas, programas e ações de prevenção aos riscos à saúde de seus colaboradores, conforme mencionado anteriormente podemos citar: Programa Qualidade Auditiva do Trabalhador (PQAT); Programa Ergonomia Participativa; Diálogos de Segurança e Excelência (DSE); Comissão Interna de Prevenção de Acidentes; Treinamentos de Capacitação da Brigada de Emergência; Disponibiliza e Fiscaliza o uso de EPI's (equipamento de proteção individual).

Para maiores detalhes sobre contingências trabalhistas, vide item 4.3 deste Formulário.

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

14.2 Comentar qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1 acima

Em 2007 e 2008 a IRANI estava em fase de construção e implantação de sua última unidade industrial, localizada em Indaiatuba (SP), destinada a fabricação de caixas e chapas de papelão ondulado, razão pela qual teve um elevado número de terceirizados em sua operação, bem como um índice de rotatividade fora de seus padrões normais por conta do desligamento de um grande contingente de colaboradores, que decidiram não migrar juntamente com a empresa, localizada anteriormente no município de Santana de Parnaíba (SP). A partir de 2009 os números estão dentro de uma situação de normalidade.

Em 2010 houve o encerramento das atividades da unidade fabricante de móveis de Rio Negrinho (SC), razão pela qual o número de colaboradores diminuiu e o percentual de rotatividade aumentou sensivelmente. Outra mudança importante foi a primarização das atividades de resinagem, anteriormente terceirizadas, na Unidade de Balneário Pinhal. As atividades antes desempenhadas por terceiros passaram a ser realizadas por colaboradores admitidos na subsidiária Habitasul Florestal. Por este motivo deixaram de existir colaboradores terceirizados naquela Unidade. O aumento significativo na rotatividade da unidade de Balneário Pinhal (RS) deve-se, principalmente, ao aquecimento da atividade de produção de breu e terebintina, o que ocasionou uma maior movimentação das pessoas entre as empresas da região.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

14.3 Descrever as políticas de remuneração dos empregados do emissor, informando:

a) política de salários e remuneração variável

A IRANI busca uma prática de remuneração competitiva no mercado em que atua, pagando salários fixos compatíveis com a mediana do mercado e buscando diferenciação por meio de programas de remuneração variável mais agressivos. Os salários fixos são estabelecidos com base em pesquisas atualizadas periodicamente e corrigidas pelos índices das convenções coletivas. A evolução salarial fixa é obtida por meio do crescimento na estrutura da Empresa, ou seja, pelas promoções, sempre baseadas no desempenho atual e potencial do colaborador. Já a remuneração variável é composta em parte pelos resultados da Empresa e em parte pelo desempenho individual do colaborador, avaliado por programa específico de gestão de desempenho.

b) política de benefícios

A IRANI também busca ter uma estrutura de benefícios competitiva e em linha com as práticas do mercado onde está inserida. Os benefícios são estendidos a todos os colaboradores e alguns deles também aos dependentes diretos. São eles:

Restaurante Industrial ou Ticket Refeição

Cesta Básica ou Ticket Alimentação

Plano de Saúde – estendido aos dependentes

Plano de Assistência odontológica – estendido aos dependentes

Seguro de Vida – estendido aos dependentes

Subsídio Educação

Transporte

c) características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando: (i) Grupos de beneficiários, (ii) Condições para exercício, (iii) Preços de exercício, (iv) Prazos de exercício, (v) Quantidade de ações comprometidas pelo plano

Não aplicável.

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

14.4 Descrever as relações entre o emissor e sindicatos.

Os sindicatos são considerados partes importantes entre os públicos de relacionamento da IRANI, razão pela qual busca constantemente manter relações de cordialidade e respeito, com vistas a ganhos mútuos de forma duradoura, conciliando os interesses de todas as partes envolvidas nas negociações coletivas. Por várias vezes a cada ano, a IRANI se reúne com os sindicatos representantes dos trabalhadores para discutir diversos acordos coletivos, como: bancos de horas, turnos de revezamento e horários de trabalho, convenções coletivas de trabalho, compensações de horas, programas de participação nos resultados entre outros menos freqüentes, além das visitas de rotina e dos contatos telefônicos constantes onde são tratados assuntos rotineiros de trabalho. A IRANI se relaciona com os seguintes sindicatos profissionais:

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Artefatos de Papel, Papelão e Cortiça de Joaçaba – SITIAPAPEL (SC)

Sindicato dos Papeleiros de Salto e Região (SP)

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Rio Negrinho (SC)

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Viamão (RS)

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Walter Essinger Carneiro						
048.967.937-49	Brasileira-DF	Não	Não	19/04/2012		
30.000	0,020000%	1.200.000	9,370000%	1.230.000	0,760000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
Empresa Riograndense Desenvolvimento Urbano Ltda						
91.904.912/0001-43	Brasileira-RS	Não	Não	19/04/2012		
161.520	0,110000%	13.860	0,100000%	175.380	0,110000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
Habitasul Empreendimentos Imobiliários Ltda						
87.919.437/0001-01	Brasileira-RS	Não	Não	19/04/2012		
56.440	0,040000%	4.860	0,040000%	61.300	0,040000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
Habitasul Desenvolvidimentos Imobiliários S.A.						
03.078.261/0001-12	Brasileira-RS	Não	Não	19/04/2012		
25.442.780	17,040000%	2.000.300	15,610000%	27.443.080	16,930000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
Irani Participações S.A.						
86.861.515/0001-00	Brasileira-RS	Não	Sim	19/04/2012		
80.892.600	54,190000%	4.194.840	32,750000%	85.087.440	52,490000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Companhia Habitasul de Participações						
87.762.563/0001-03	Brasileira-RS	Não	Não	19/04/2012		
19.888.540	13,320000%	1.188.560	9,280000%	21.077.100	13,000000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
Companhia Comercial de Imóveis						
92.752.377/0001-15	Brasileira-RS	Não	Não	19/04/2012		
8.036.560	5,380000%	1.180.240	9,210000%	9.216.800	5,690000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
OUTROS						
13.433.260	9,000000%	2.753.600	21,500000%	16.186.860	9,990000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração: 19/04/2012						
1.338.040	0,900000%	274.000	2,140000%	1.612.040	0,990000%	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000%				
TOTAL						
149.279.740	100,000000%	12.810.260	100,000000%	162.090.000	100,000000%	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Companhia Comercial de Imóveis			92.752.377/0001-15		
DP - Representações e Participações Ltda					
87.367.009/0001-13	Brasileira-RS	Não	Sim	31/12/2010	
480.057	100,000000	480.057	63,270000	960.114	77,500000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
ED - Administração e Participações Ltda					
87.409.280/0001-74	Brasileira-RS	Não	Não	31/12/2010	
0	0,000000	278.743	36,730000	278.743	22,500000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
480.057	100,000000	758.800	100,000000	1.238.857	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		
Companhia Habitasul de Participações			87.762.563/0001-03		
Companhia Comercial de Imóveis					
92.752.377/0001-15	Brasileira-RS	Não	Sim	31/12/2010	
3.152.762	99,980000	1.866.097	31,200000	5.018.859	54,950000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
2	0,020000	4.114.826	68,800000	4.114.828	45,050000
TOTAL					
3.152.764	100,000000	5.980.923	100,000000	9.133.687	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		
Habrasul Desenvolvidimentos Imobiliários S.A.			03.078.261/0001-12		
Companhia Habitasul de Participações					
87.762.563/0001-03	Brasileira-RS	Não	Sim	31/12/2010	
30.153	99,980000	0	0,000000	30.153	99,980000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
3	0,020000	0	0,000000	3	0,020000
TOTAL					
30.156	100,000000	0	0,000000	30.156	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		
Composição capital social					
Irani Participações S.A.					
86.861.515/0001-00					
Companhia Comercial de Imóveis					
92.752.377/0001-15	Brasileira-RS	Não	Sim	31/12/2010	
1.081.770	71,200000	0	0,000000	1.081.770	59,410000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Companhia Habitasul de Participações					
87.762.563/0001-03	Brasileira-RS	Não	Não	31/12/2010	
299.862	19,740000	129.158	42,850000	429.020	23,560000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
Empresa Riograndense Desenvolvimento Urbano Ltda					
91.904.912/0001-43	Brasileira-RS	Não	Não	31/12/2010	
3.452	0,230000	38.232	12,690000	41.684	2,290000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
Habitasul Desenvolvidimentos Imobiliários S.A.					
03.078.261/0001-12	Brasileira-RS	Não	Não	31/12/2010	
67.769	4,460000	114.511	37,980000	182.280	10,010000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Irani Participações S.A.			86.861.515/0001-00		
Jurerê Open Shopping					
78.621.174/0001-69	Brasileira-SC	Não	Não	31/12/2010	
30.134	1,980000	18.253	6,070000	48.387	2,660000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
Jurerê Praia Hotel Ltda					
83.948.380/0001-18	Brasileira-SC	Não	Não	31/12/2010	
23.532	1,550000	1.242	0,410000	24.774	1,360000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
12.853	0,840000	0	0,000000	12.853	0,710000
TOTAL					
1.519.372	100,000000	301.396	100,000000	1.820.768	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Companhia Comercial de Imóveis			92.752.377/0001-15		
DP - Representações e Participações Ltda					
87.367.009/0001-13	Brasileira-RS	Não	Sim	31/12/2010	
480.057	100,000000	480.057	63,270000	960.114	77,500000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
ED - Administração e Participações Ltda					
87.409.280/0001-74	Brasileira-RS	Não	Não	31/12/2010	
0	0,000000	278.743	36,730000	278.743	22,500000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
480.057	100,000000	758.800	100,000000	1.238.857	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Companhia Comercial de Imóveis			92.752.377/0001-15		
DP - Representações e Participações Ltda					
87.367.009/0001-13	Brasileira-RS	Não	Sim	31/12/2010	
480.057	100,000000	480.057	63,270000	960.114	77,500000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
ED - Administração e Participações Ltda					
87.409.280/0001-74	Brasileira-RS	Não	Não	31/12/2010	
0	0,000000	278.743	36,730000	278.743	22,500000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
480.057	100,000000	758.800	100,000000	1.238.857	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		
Companhia Habitasul de Participações			87.762.563/0001-03		
Companhia Comercial de Imóveis					
92.752.377/0001-15	Brasileira-RS	Não	Sim	31/12/2010	
3.152.762	99,980000	1.866.097	31,200000	5.018.859	54,950000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
2	0,020000	4.114.826	68,800000	4.114.828	45,050000
TOTAL					
3.152.764	100,000000	5.980.923	100,000000	9.133.687	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		
Companhia Habitasul de Participações			87.762.563/0001-03		
Companhia Comercial de Imóveis					
92.752.377/0001-15	Brasileira-RS	Não	Sim	31/12/2010	
3.152.762	99,980000	1.866.097	31,200000	5.018.859	54,950000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
2	0,020000	4.114.826	68,800000	4.114.828	45,050000
TOTAL					
3.152.764	100,000000	5.980.923	100,000000	9.133.687	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
DP - Representações e Participações Ltda			87.367.009/0001-13		
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
Péricles de Freitas Druck					
000.548.360-34	Brasileira-RS	Não	Sim	31/12/2010	
77.185	99,990000	0	0,000000	77.185	99,990000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Pericles Pereira Druck					
432.252.410-91	Brasileira-RS	Não	Não	31/12/2010	
1	0,010000	0	0,000000	1	0,010000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL					
77.186	100,000000	0	0,000000	77.186	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
ED - Administração e Participações Ltda			87.409.280/0001-74		
Eurito de Freitas Druck					
032.111.427-20	Brasileira-RS	Não	Sim		
3.239.408	99,050000	0	0,000000	3.239.408	99,050000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Nara Maria Oliveira Druck					
439.051.370-20	Brasileira-RS	Não	Não	31/12/2010	
30.852	0,950000	0	0,000000	30.852	0,950000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
3.270.260	100,000000	0	0,000000	3.270.260	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Empresa Riograndense Desenvolvimento Urbano Ltda			91.904.912/0001-43		
Companhia Habitasul de Participações					
87.762.563/0001-03	Brasileira-RS	Não	Não	31/12/2010	
2	0,020000	0	0,000000	2	0,020000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Habitasul Desenvolvidimentos Imobiliários S.A.					
03.078.261/0001-12	Brasileira-RS	Não	Sim	31/12/2010	
2.319.119	99,980000	0	0,000000	2.319.119	99,980000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
2.319.121	100,000000	0	0,000000	2.319.121	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista			Composição capital social
Habrasul Desenvolvidimentos Imobiliários S.A.			03.078.261/0001-12			
Companhia Habitasul de Participações						
87.762.563/0001-03	Brasileira-RS	Não	Sim	31/12/2010		
30.153	99,980000	0	0,000000	30.153	99,980000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
3	0,020000	0	0,000000	3	0,020000	
TOTAL						
30.156	100,000000	0	0,000000	30.156	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Companhia Comercial de Imóveis			92.752.377/0001-15		
DP - Representações e Participações Ltda					
87.367.009/0001-13	Brasileira-RS	Não	Sim	31/12/2010	
480.057	100,000000	480.057	63,270000	960.114	77,500000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
ED - Administração e Participações Ltda					
87.409.280/0001-74	Brasileira-RS	Não	Não	31/12/2010	
0	0,000000	278.743	36,730000	278.743	22,500000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
480.057	100,000000	758.800	100,000000	1.238.857	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Companhia Comercial de Imóveis			92.752.377/0001-15		
DP - Representações e Participações Ltda					
87.367.009/0001-13	Brasileira-RS	Não	Sim	31/12/2010	
480.057	100,000000	480.057	63,270000	960.114	77,500000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
ED - Administração e Participações Ltda					
87.409.280/0001-74	Brasileira-RS	Não	Não	31/12/2010	
0	0,000000	278.743	36,730000	278.743	22,500000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
480.057	100,000000	758.800	100,000000	1.238.857	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		
Companhia Habitasul de Participações			87.762.563/0001-03		
Companhia Comercial de Imóveis					
92.752.377/0001-15	Brasileira-RS	Não	Sim	31/12/2010	
3.152.762	99,980000	1.866.097	31,200000	5.018.859	54,950000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
2	0,020000	4.114.826	68,800000	4.114.828	45,050000
TOTAL					
3.152.764	100,000000	5.980.923	100,000000	9.133.687	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		
Companhia Habitasul de Participações			87.762.563/0001-03		
Companhia Comercial de Imóveis					
92.752.377/0001-15	Brasileira-RS	Não	Sim	31/12/2010	
3.152.762	99,980000	1.866.097	31,200000	5.018.859	54,950000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
2	0,020000	4.114.826	68,800000	4.114.828	45,050000
TOTAL					
3.152.764	100,000000	5.980.923	100,000000	9.133.687	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
DP - Representações e Participações Ltda			87.367.009/0001-13		
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
Péricles de Freitas Druck					
000.548.360-34	Brasileira-RS	Não	Não	31/12/2010	
77.185	99,990000	0	0,000000	77.185	99,990000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Pericles Pereira Druck					
432.252.410-91	Brasileira-RS	Não	Não	31/12/2010	
1	0,010000	0	0,000000	1	0,010000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL					
77.186	100,000000	0	0,000000	77.186	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
DP - Representações e Participações Ltda			87.367.009/0001-13		
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
Péricles de Freitas Druck					
000.548.360-34	Brasileira-RS	Não	Sim	31/12/2010	
77.185	99,990000	0	0,000000	77.185	99,990000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Pericles Pereira Druck					
432.252.410-91	Brasileira-RS	Não	Não	31/12/2010	
1	0,010000	0	0,000000	1	0,010000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL					
77.186	100,000000	0	0,000000	77.186	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
ED - Administração e Participações Ltda				87.409.280/0001-74	
Eurito de Freitas Druck					
032.111.427-20	Brasileira	Não	Sim	31/12/2010	
3.239.408	99,050000	0	0,000000	3.239.408	99,050000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Nara Maria Oliveira Druck					
439.051.370-20		Não	Não	31/12/2010	
30.852	0,950000	0	0,000000	30.852	0,950000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
3.270.260	100,000000	0	0,000000	3.270.260	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
ED - Administração e Participações Ltda				87.409.280/0001-74	
Eurito de Freitas Druck					
032.111.427-20	Brasileira-RS	Não	Sim	31/12/2010	
3.239.408	99,050000	0	0,000000	3.239.408	99,050000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Nara Maria Oliveira Druck					
439.051.370-20	Brasileira-RS	Não	Não	31/12/2010	
30.852	0,950000	0	0,000000	30.852	0,950000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
3.270.260	100,000000	0	0,000000	3.270.260	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Habrasul Desenvolvidmentos Imobiliários S.A.			03.078.261/0001-12		
Companhia Habitasul de Participações					
87.762.563/0001-03	Brasileira-RS	Não	Sim	31/12/2010	
30.153	99,980000	0	0,000000	30.153	99,980000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
3	0,020000	0	0,000000	3	0,020000
TOTAL					
30.156	100,000000	0	0,000000	30.156	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Companhia Comercial de Imóveis			92.752.377/0001-15		
DP - Representações e Participações Ltda					
87.367.009/0001-13	Brasileira-RS	Não	Sim	31/12/2010	
480.057	100,000000	480.057	63,270000	960.114	77,500000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
ED - Administração e Participações Ltda					
87.409.280/0001-74	Brasileira-RS	Não	Não	31/12/2010	
0	0,000000	278.743	36,730000	278.743	22,500000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
480.057	100,000000	758.800	100,000000	1.238.857	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Companhia Comercial de Imóveis			92.752.377/0001-15		
DP - Representações e Participações Ltda					
87.367.009/0001-13	Brasileira-RS	Não	Sim	31/12/2010	
480.057	100,000000	480.057	63,270000	960.114	77,500000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
ED - Administração e Participações Ltda					
87.409.280/0001-74	Brasileira-RS	Não	Não	31/12/2010	
0	0,000000	278.743	36,730000	278.743	22,500000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
480.057	100,000000	758.800	100,000000	1.238.857	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		
Companhia Habitasul de Participações			87.762.563/0001-03		
Companhia Comercial de Imóveis					
92.752.377/0001-15	Brasileira-RS	Não	Sim	31/12/2010	
3.152.762	99,980000	1.866.097	31,200000	5.018.859	54,950000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
2	0,020000	4.114.826	68,800000	4.114.828	45,050000
TOTAL					
3.152.764	100,000000	5.980.923	100,000000	9.133.687	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
DP - Representações e Participações Ltda			87.367.009/0001-13		
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
Péricles de Freitas Druck					
000.548.360-34	Brasileira-RS	Não	Sim	31/12/2010	
77.185	99,990000	0	0,000000	77.185	99,990000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Pericles Pereira Druck					
432.252.410-91	Brasileira-RS	Não	Não	31/12/2010	
1	0,010000	0	0,000000	1	0,010000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL					
77.186	100,000000	0	0,000000	77.186	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
DP - Representações e Participações Ltda			87.367.009/0001-13		
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
Péricles de Freitas Druck					
000.548.360-34	Brasileira-RS	Não	Sim	31/12/2010	
77.185	99,990000	0	0,000000	77.185	99,990000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Pericles Pereira Druck					
432.252.410-91	Brasileira-RS	Não	Não	31/12/2010	
1	0,010000	0	0,000000	1	0,010000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL					
77.186	100,000000	0	0,000000	77.186	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
ED - Administração e Participações Ltda				87.409.280/0001-74	
Eurito de Freitas Druck					
032.111.427-20	Brasileira-RS	Não	Sim	31/12/2010	
3.239.408	99,050000	0	0,000000	3.239.408	99,050000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Nara Maria Oliveira Druck					
439.051.370-20	Brasileira-RS	Não	Não	31/12/2010	
30.852	0,950000	0	0,000000	30.852	0,950000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
3.270.260	100,000000	0	0,000000	3.270.260	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
ED - Administração e Participações Ltda				87.409.280/0001-74	
Eurito de Freitas Druck					
032.111.427-20	Brasileira-RS	Não	Sim	31/12/2010	
3.239.408	99,050000	0	0,000000	3.239.408	99,050000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Nara Maria Oliveira Druck					
439.051.370-20	Brasileira-RS	Não	Não	31/12/2010	
30.852	0,950000	0	0,000000	30.852	0,950000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
3.270.260	100,000000	0	0,000000	3.270.260	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Companhia Comercial de Imóveis			92.752.377/0001-15		
DP - Representações e Participações Ltda					
87.367.009/0001-13	Brasileira-RS	Não	Sim	31/12/2010	
480.057	100,000000	480.057	63,270000	960.114	77,500000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
ED - Administração e Participações Ltda					
87.409.280/0001-74	Brasileira-RS	Não	Não	31/12/2010	
0	0,000000	278.743	36,730000	278.743	22,500000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0,000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
480.057	100,000000	758.800	100,000000	1.238.857	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
DP - Representações e Participações Ltda			87.367.009/0001-13		
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
Péricles de Freitas Druck					
000.548.360-34	Brasileira-RS	Não	Sim	31/12/2010	
77.185	99,990000	0	0,000000	77.185	99,990000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Pericles Pereira Druck					
432.252.410-91	Brasileira-RS	Não	Não	31/12/2010	
1	0,010000	0	0,000000	1	0,010000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL					
77.186	100,000000	0	0,000000	77.186	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
DP - Representações e Participações Ltda			87.367.009/0001-13		
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
Péricles de Freitas Druck					
000.548.360-34	Brasileira-RS	Não	Sim	31/12/2010	
77.185	99,990000	0	0,000000	77.185	99,990000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Pericles Pereira Druck					
432.252.410-91	Brasileira-RS	Não	Não	31/12/2010	
1	0,010000	0	0,000000	1	0,010000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL					
77.186	100,000000	0	0,000000	77.186	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
ED - Administração e Participações Ltda			87.409.280/0001-74		
Eurito de Freitas Druck					
032.111.427-20	Brasileira-RS	Não	Sim	31/12/2010	
3.239.408	99,050000	0	0,000000	3.239.408	99,050000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Nara Maria Oliveira Druck					
439.051.370-20	Brasileira-RS	Não	Não	31/12/2010	
30.852	0,950000	0	0,000000	30.852	0,950000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
3.270.260	100,000000	0	0,000000	3.270.260	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
ED - Administração e Participações Ltda				87.409.280/0001-74	
Eurito de Freitas Druck					
032.111.427-20	Brasileira-RS	Não	Sim	31/12/2010	
3.239.408	99,050000	0	0,000000	3.239.408	99,050000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Nara Maria Oliveira Druck					
439.051.370-20	Brasileira-RS	Não	Não	31/12/2010	
30.852	0,950000	0	0,000000	30.852	0,950000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
3.270.260	100,000000	0	0,000000	3.270.260	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
DP - Representações e Participações Ltda			87.367.009/0001-13		
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
Péricles de Freitas Druck					
000.548.360-34	Brasileira-RS	Não	Sim	31/12/2010	
77.185	99,990000	0	0,000000	77.185	99,990000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Pericles Pereira Druck					
432.252.410-91	Brasileira-RS	Não	Não	31/12/2010	
1	0,010000	0	0,000000	1	0,010000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL					
77.186	100,000000	0	0,000000	77.186	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
ED - Administração e Participações Ltda			87.409.280/0001-74		
Eurito de Freitas Druck					
032.111.427-20	Brasileira-RS	Não	Sim	31/12/2010	
3.239.408	99,050000	0	0,000000	3.239.408	99,050000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Nara Maria Oliveira Druck					
439.051.370-20	Brasileira-RS	Não	Não	31/12/2010	
30.852	0,950000	0	0,000000	30.852	0,950000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
TOTAL					
3.270.260	100,000000	0	0,000000	3.270.260	100,000000

15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	29/04/2011
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	594
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	45
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

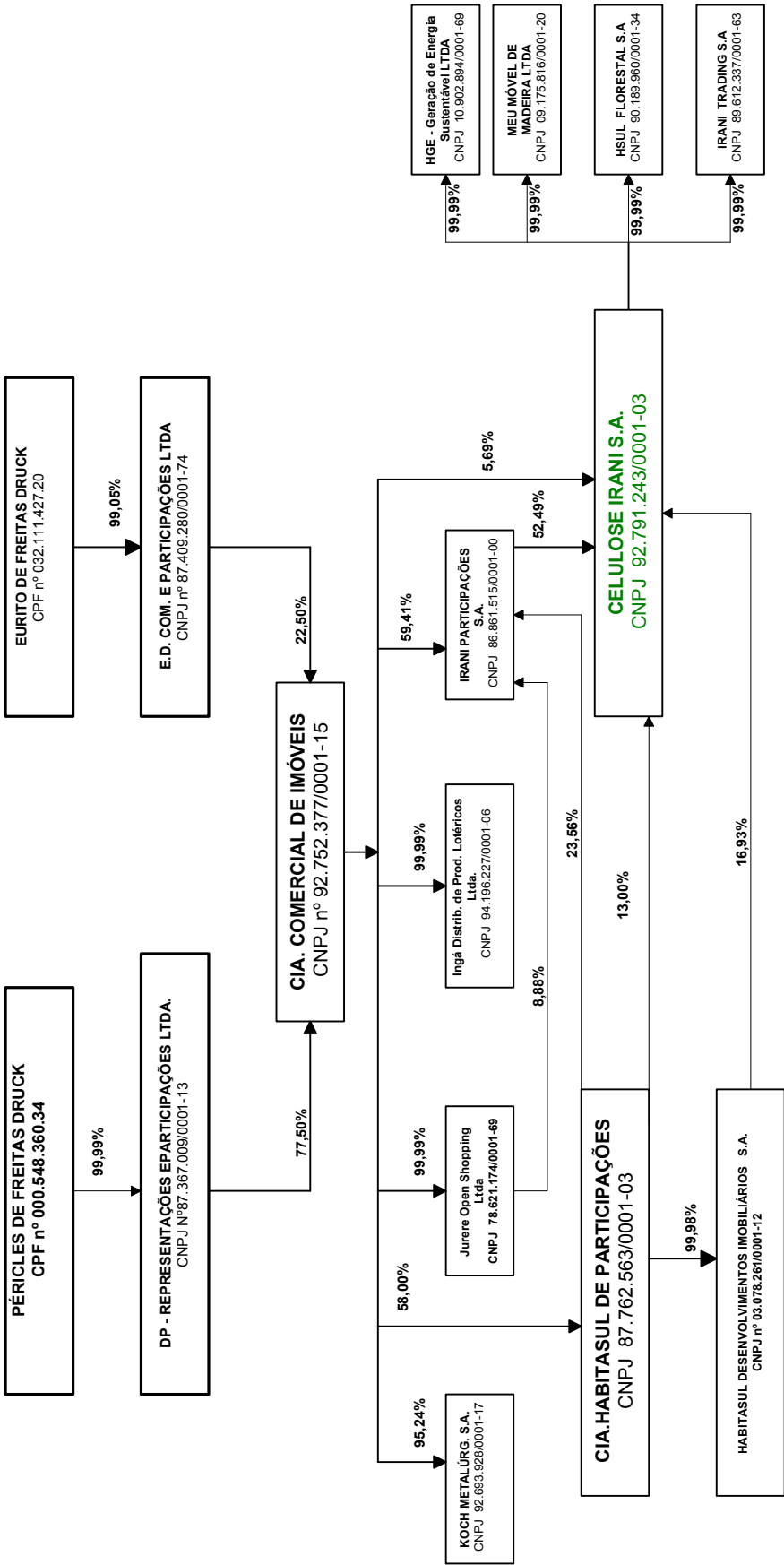
Quantidade ordinárias (Unidades)	637.679	8,500000%
Quantidade preferenciais (Unidades)	178.956	27,900000%
Total	816.635	10,070000%

15.4 - Organograma dos acionistas



Celulose Irani S.A.
Organograma Empresarial

Participação no Capital Total



15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

15.5. Com relação a qualquer acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte, regulando o exercício do direito de voto ou a transferência de ações de emissão do emissor, indicar:

(a) partes, (b) data de celebração, (c) prazo de vigência, (d) descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle, (e) descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores, (f) descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las, (g) descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração

Não há acordo de acionistas.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

15.6. Indicar alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor nos últimos 3 exercícios sociais:

Não houve alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores nos últimos 3 exercícios sociais.

15.7 - Outras informações relevantes

15.7. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações já foram divulgadas acima.

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

16.1. Descrever as regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

As transações entre a Celulose Irani S/A e as suas partes relacionadas são todas referente a operações comerciais existentes e baseadas em práticas e valores de mercado. Desta forma, a Companhia não possui regra ou política formal definida para essas transações, seguindo as normas e legislações aplicáveis a cada assunto. Todas as operações com partes relacionadas são avaliadas periodicamente pela Administração da Companhia, reconhecidas e amplamente divulgadas nas Demonstrações Contábeis.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Irani Trading S.A.	31/12/2007	1.788.000,00	Em 31.12.2010: R\$ 4.345.000,00	Não há	Indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Transferência de importância através de Mútuo Financeiro						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Empréstimo a pagar						
Irani Trading S.A.	02/01/2007	0,00	Em 31.12.2010: R\$ 1.389.000,00	Não há	Indeterminada	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Serviço de intermediação de exportações						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Compra de serviços a pagar						
Irani Trading S.A.	31/12/2008	0,00	Em 31.12.2008: R\$ 357.000,00	Não há	Não há	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Dividendos a receber						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Dividendos a receber						
Habitasul Florestal S.A.	31/12/2006	965.000,00	Em 31.12.2010: R\$ 13.258.000,00	Não há	Indeterminada	SIM	0,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Transferência de importância através de Mútuo Financeiro						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Empréstimo a pagar						
Habitasul Florestal S.A.	31/12/2007	0,00	Em 31.12.2010: R\$ 456.000,00	Não há	Indeterminada	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Operação comercial de fornecimento de matéria prima						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Compra de matéria prima a pagar						
Habitasul Florestal S.A.	31/12/2007	0,00	Em 31.12.2010: R\$ 4.369.000,00	Não há	Não há	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Dividendos a receber						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Dividendos a receber						
Meu Móvel de Madeira Comércio de Móveis e Decorações Ltda	31/12/2008	0,00	Em 31.12.2010: R\$ 2.132.000,00	Não há	Não há	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Operação comercial de fornecimento de mercadorias						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Venda de produtos a receber						
Meu Móvel de Madeira Comércio de Móveis e Decorações Ltda	30/09/2008	1.325.000,00	Em 31.12.2009: R\$ 2.730.000,00	Não há	Indeterminada	SIM	1,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Transferência de importância através de Mútuo Financeiro						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Empréstimo a receber. Taxa de juros: 1% a.m.						
Companhia Comercial de Imóveis	26/12/2006	125.000,00	Em 31.12.2009: R\$ 149.000,00	Não há	Dezembro de 2026	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controladora indireta						
Objeto contrato	Locação de imóvel industrial						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						
Natureza e razão para a operação	Aluguel de imóvel a pagar. Montante envolvido no negócio: R\$ 125.000,00 Mensais. Taxa de juros cobrada: Correção anual pela variação do IGPM.						
Habitasul Desenvolvidores Imobiliários	26/12/2006	19.804.000,00	Em 31.12.2009: R\$ 306.000,00	Não há	Fevereiro de 2010	SIM	6,000000
Relação com o emissor	Acionista						
Objeto contrato	Compra de ações da empresa Habitasul Florestal S.A.						
Garantia e seguros	Não há						
Rescisão ou extinção	Não há						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Natureza e razão para a operação							
Empréstimo a pagar. Taxa de juros cobrada: 6% a.a + TJLP							
Irani Participações S.A.	08/08/2006	40.000,00	Em 31.12.2008: R\$ 38.000,00	Não há	Agosto de 2010	SIM	0,000000
Relação com o emissor							
Controladora direta							
Objeto contrato							
Prestação de serviços na área administrativa							
Garantia e seguros							
Não há							
Rescisão ou extinção							
Não há							
Natureza e razão para a operação							
Compra de serviços a pagar.							
HGE - Geração de Energia		0,00	Em 31.12.2010: R\$ 1.387.000,00	Não aplicável	Não aplicável	NÃO	0,000000
Relação com o emissor							
Controlada							
Objeto contrato							
Não aplicável							
Garantia e seguros							
Não aplicável							
Rescisão ou extinção							
Não aplicável - Integralização de capital a pagar							
Natureza e razão para a operação							
Irani Trading S.A.	19/08/2010	40.000.000,00	Em 31.12.2010: R\$ 41.516.320,14	não aplicável	Agosto de 2015	SIM	6,000000
Relação com o emissor							
controlada							
Objeto contrato							
Emissão de Debêntures privadas							
Garantia e seguros							
não há							
Rescisão ou extinção							
não há							
Natureza e razão para a operação							
integralização de debêntures privadas.							
Irani Trading S.A.	01/01/2010	1.364.000,00	Em 31.12.2010: R\$ 1.364.000,00	não há	Abril de 2015	SIM	0,000000

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Locação de imóvel industrial						
Garantia e seguros	não há						
Rescisão ou extinção	não há						
Natureza e razão para a operação	Aluguel de imóvel a pagar.						

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

16.3. Em relação a cada uma das transações ou conjunto de transações mencionados no item 16.2 acima ocorridas no último exercício social:

(a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses.

A Companhia adota medidas de controle para todas as operações com partes relacionadas, a fim de mitigar possíveis conflitos de interesses em transações com empresas ligadas. A Administração da Companhia avalia antecipadamente qualquer possível operação entre as partes, e usualmente aprova as operações pertinentes aos negócios e que não irão gerar nenhum conflito de interesses.

(b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado;

As operações entre partes relacionadas são realizadas nas mesmas condições àquelas praticadas no mercado e vigente à época de cada transação.

Os negócios e operações relevantes da Companhia com partes relacionados estão representados conforme segue:

- Contratos de Locação: A Companhia tem firmado contrato de locação de Imóveis Industrial com a controlada Irani Trading S/A, onde estão localizadas as Unidades de Papel e Embalagem em Vargem Bonita, SC. O contrato tem prazo de 64 meses do termo de início da locação que se deu em 01 de janeiro de 2010, e o valor locatício é de R\$ 1.364 mil mensais.

- Contratos de Prestação de Serviços: A Companhia mantém contrato de prestação de serviços junto a controlada Irani Trading S/A e a controladora Irani Participações S/A referentes a serviços de operacionalização de exportações e serviços de registros societários respectivamente.

- Contrato de Compra e Venda de Ações: A Companhia firmou contrato de compra e venda de ações da controlada Habitasul Florestal S/A, junto a Habitasul Desenvolvimento Imobiliários S/A. O contrato foi firmado em dezembro de 2006 e se encerrou em fevereiro de 2010.

- Operações comerciais entre as partes: A Companhia mantém operações comerciais de aquisição de matéria prima e fornecimento de produtos com as controladas Habitasul Florestal S/A e Meu Móvel de Madeira Ltda, respectivamente. As operações são realizadas com condições e valores condizentes com os respectivos mercados.

- Contratos de mútuos: A Companhia mantém contratos de mútuos passivos com as controladas Habitasul Florestal S/A e Irani Trading S/A, referente à captação de recursos com essas empresas, e que tiveram origem as operações comerciais entre as partes. Também mantém contrato de mútuo ativo com a controlada Meu Móvel de Madeira Ltda referente à captação de recursos com essa empresa, e que tiveram origem operações comerciais entre as partes.

A Companhia emitiu em 19 de agosto de 2010 debêntures simples, não conversíveis em ações, as quais foram adquiridas pela controlada Irani Trading S.A. As debêntures vencerão em uma parcela única em agosto de 2015 e são atualizadas pelo IPCA mais 6% a.a. Os juros serão pagos juntamente com a parcela única em agosto de 2015.

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Emitido				
19/04/2012	103.976.491,19	Totalmente integralizado	149.279.740	12.810.260	162.090.000
Tipo de capital	Capital Subscrito				
19/04/2012	103.976.491,19	Totalmente integralizado	149.279.740	12.810.260	162.090.000
Tipo de capital	Capital Integralizado				
19/04/2012	103.976.491,19	Totalmente integralizado	149.279.740	12.810.260	162.090.000
Tipo de capital	Capital Autorizado				
19/04/2012	0,00		300.000.000	600.000.000	900.000.000

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
29/02/2012	Assembleia Geral Extraordinária	01/01/0001	0,00	Sem emissão de ações	0	0	0	0,00000000	0,00	R\$ por Unidade

Critério para determinação do preço de emissão

Forma de integralização

.....

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações

Data aprovação	Quantidade de ações antes da aprovação (Unidades)			Quantidade de ações depois da aprovação (Unidades)		
	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações	Quantidade ações ordinárias	Quantidade ações preferenciais	Quantidade total ações
Desdobramento						
19/04/2012	7.463.987	640.513	8.104.500	149.279.740	12.810.260	162.090.000

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não efetuou reduções no capital social nos últimos 3 (três) exercícios sociais.

17.5 - Outras informações relevantes

17.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes foram informadas nos itens anteriores.

Complemento ao item 17.2 do Formulário de Referência:

Conforme deliberação da Assembleia Geral Extraordinária de 29.02.2012, foi aprovado o aumento de Capital Social da Companhia, mediante capitalização das contas de Reserva Legal e da Reserva de Retenção de Lucros, no montante de R\$ 40.594.997,12, passando o Capital Social de R\$ 63.381.494,07 para R\$ 103.976.491,19, sem emissão de novas ações.

Complemento ao item 17.1 e 17.3 do Formulário de Referência:

Conforme deliberação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 19.04.2012, foi aprovado o desdobramento da totalidade das ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia, de modo que cada ação ordinária seja desdobrada em 20 (vinte) ações ordinárias e cada ação preferencial seja desdobrada em 20 (vinte) ações preferenciais de emissão da Companhia, sem alteração na proporção entre ações ordinárias e preferenciais. Em consequência do desdobramento, o capital social da Companhia passará a ser representado por 162.090.000 ações, sendo 149.279.740 ações ordinárias e 12.810.260 ações preferenciais, todas nominativas escriturais sem valor nominal.

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	Será distribuída a todos os acionistas titulares de ações ordinárias e preferenciais, a título de dividendo obrigatório, quantia não inferior a 25% (vinte cinco por cento) do lucro líquido ajustado, nos termos do Artigo 25 do Estatuto Social Consolidado da Companhia.
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Não
Restrição a circulação	Não
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não há
Outras características relevantes	Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações em que se divide o capital social revestirão a forma nominativa.
Espécie de ações ou CDA	Preferencial
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	As ações preferenciais asseguram aos seus titulares o direito de participar dos lucros distribuídos em igualdade de condições com as ações ordinárias. Será distribuída a todos os acionistas titulares de ações preferenciais e ordinárias, a título de dividendo obrigatório, quantia não inferior a 25% (vinte cinco por cento) do lucro líquido ajustado, nos termos do Artigo 25 do Estatuto Social Consolidado da Companhia. As ações preferenciais possuem o direito de participar dos lucros distribuídos em igualdade de condições com as ações ordinárias.
Direito a voto	Restrito
Descrição de voto restrito	Ações preferenciais conferem ao titular o direito de voto restrito, exclusivamente nas seguintes matérias, conforme previsto no parag. 4º do Art. 5º do Estatuto Social: (a) Transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia; (b) Aprovação de contratos entre a Companhia e o Acionista Controlador, diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais o Acionista Controlador tenha interesse, sempre que, por força de disposição legal o estatutária, sejam deliberados em Assembleia Geral; (c) Avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Companhia; (d) Escolha da instituição ou empresa especializada para determinação do Valor Econômico da Companhia, conforme Art. 35 do Estatuto Social; e (e) Alteração ou revogação de dispositivos estatutários que alterem ou modifiquem quaisquer das exigências previstas no item 4.1 do Regulamento do Nível 2, enquanto estiver em vigor o Contrato de Participação no Nível 2 de Governança Corporativa.
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Sim
Descrição das características do reembolso de capital	As ações preferenciais asseguram aos seus titulares a seguinte vantagem: (a) prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, pelo valor patrimonial, em caso de liquidação da Companhia.
Restrição a circulação	Não
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	A Companhia poderá criar novas classes de ações preferenciais ou promover aumento de classe de ações preferenciais existentes sem guardar proporção com as demais classes de ações preferenciais, observando para as ações preferenciais, sem direito a voto ou sujeitas a restrições nesse direito, o limite de 2/3 (dois terços) do total das ações emitidas. Nos aumentos de capital, por subscrição ou por capitalização de lucros e reservas, poderá deixar de ser observada a proporcionalidade existente entre as diversas espécies e classes de ações de emissão da Companhia.

18.1 - Direitos das ações

Outras características relevantes

A Companhia fica autorizada a manter todas suas ações ou uma ou mais classes delas em contas de depósitos, em nome de seus titulares, na instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários que o Conselho de Administração designar. A instituição depositária das ações escriturais fornecerá sem custo ao acionista, sempre que solicitado, extrato da conta de depósito de suas ações ao término de todo mês em que for movimentada e, ainda que não haja movimentação, ao menos uma vez por ano. A instituição depositária poderá cobrar do acionista dentro dos limites regulamentares oficiais, o custo do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais.

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

18.2. Descrever, se existirem, as regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Não aplicável.

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

18.3. Descrever exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

Não aplicável.

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados

Exercício social		31/12/2010								
Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	
31/03/2010	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	513.101	35,00	23,50	R\$ por Unidade	
30/06/2010	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	179.221	32,00	28,50	R\$ por Unidade	
30/09/2010	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	271.220	30,00	26,50	R\$ por Unidade	
31/12/2010	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	362.314	27,00	24,99	R\$ por Unidade	
31/03/2010	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	112.693	34,00	21,41	R\$ por Unidade	
30/06/2010	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	37.140	30,95	30,95	R\$ por Unidade	
30/09/2010	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	37.181	30,00	25,01	R\$ por Unidade	
31/12/2010	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	37.700	26,00	25,00	R\$ por Unidade	
30/09/2010	Debêntures-Debêntures - CELU11			Balcão Organizado	CETIP	4.269.379	1.068.093,00	1.065.099,92	R\$ por Unidade	
31/03/2010	Debêntures-Debêntures - CELU11			Balcão Organizado	CETIP	0	0,00	0,00	R\$ por Unidade	
30/06/2010	Debêntures-Debêntures - CELU11			Balcão Organizado	CETIP	0	0,00	0,00	R\$ por Unidade	
31/12/2010	Debêntures-Debêntures - CELU11			Balcão Organizado	CETIP	0	0,00	0,00	R\$ por Unidade	
Exercício social		31/12/2009								
Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação	
31/03/2009	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	55.059	27,00	18,60	R\$ por Unidade	
30/06/2009	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	133.497	23,49	19,40	R\$ por Unidade	
30/09/2009	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	218.522	23,00	20,00	R\$ por Unidade	
31/12/2009	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	783.573	23,00	20,00	R\$ por Unidade	
31/03/2009	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	10.323	23,23	20,00	R\$ por Unidade	

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados**Exercício social 31/12/2009**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
30/06/2009	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	31.383	19,99	17,99	R\$ por Unidade
30/09/2009	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	35.883	20,01	18,00	R\$ por Unidade
31/12/2009	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	102.464	23,10	19,21	R\$ por Unidade

Exercício social 31/12/2008

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
31/03/2008	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	415.363	47,00	33,00	R\$ por Unidade
30/06/2008	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	437.738	41,00	26,00	R\$ por Unidade
30/09/2008	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	751.264	40,00	27,00	R\$ por Unidade
31/12/2008	Ações	Ordinária		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	32.171	25,50	17,23	R\$ por Unidade
31/03/2008	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	31.792	46,65	30,00	R\$ por Unidade
30/06/2008	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	145.384	40,00	25,71	R\$ por Unidade
30/09/2008	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	72.359	42,00	30,00	R\$ por Unidade
31/12/2008	Ações	Preferencial		Bolsa	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	10.801	34,00	16,05	R\$ por Unidade

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	Debêntures de espécie simples, de série única, não conversíveis em ações, com garantia real
Data de emissão	25/03/2010
Data de vencimento	25/03/2015
Quantidade (Unidades)	100
Valor total (Reais)	100.000.000,00
Restrição a circulação	Sim
Descrição da restrição	As Debêntures foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM n.º 476/09, sob regime de garantia firme para a totalidade das Debêntures. Em observância ao disposto na Instrução CVM n.º 476/09, a Oferta Restrita será destinada exclusivamente a Investidores Qualificados, observado que (i) somente será permitida aos Coordenadores a procura de, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados e (ii) as Debêntures somente poderão ser subscritas e integralizadas por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados. A colocação das Debêntures foi realizada de acordo com os procedimentos da CETIP.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Não
Características dos valores mobiliários	As Debêntures foram emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados e não serão conversíveis em ações de emissão da Companhia. As debêntures vencerão após 60 (sessenta) meses da data de sua emissão, não sendo facultada à Companhia sua liquidação antecipada. A Companhia nomeia e constitui como agente fiduciário da Emissão, a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91. Devido ao limite de caracteres deste campo, demais características estão descritas na versão do Formulário de Referência em texto livre já arquivado junto à CVM.

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

Quaisquer alterações (i) no prazo de vigência das Debêntures, (ii) na Remuneração (com exceção da deliberação de que trata o item 4.9.7. da Escritura de Emissão), (iii) no quorum de deliberação das Assembleias Gerais de Debenturistas e/ou (iv) nos Eventos de Vencimento Antecipado, conforme previsto na Escritura de Emissão, deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação.

Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação e em segunda convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, o número de Debêntures em circulação necessário para aprovação da matéria a ser deliberada. Cada Debênture em circulação conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, cujas deliberações, ressalvadas as exceções previstas na Escritura de Emissão, serão tomadas por Debenturistas representando, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em circulação, sendo admitida a constituição de mandatários, Debenturistas ou não.

Para efeito da constituição do quorum de instalação e deliberação a que se refere esta Cláusula Sétima, serão consideradas como Debêntures em circulação aquelas Debêntures emitidas pela Emissora que ainda não tiverem sido resgatadas e/ou liquidadas, excluídas do número de tais Debêntures aquelas que a Emissora possuir em tesouraria ou que sejam pertencentes ao acionista controlador da Emissora ou a qualquer de suas controladas e coligadas, bem como respectivos diretores ou conselheiros e respectivos parentes de segundo grau.

Outras características relevantes

Não existem outras características consideradas relevantes.

Termos neste documento iniciados com letra maiúscula, mas não definidos de forma diversa, terão o mesmo significado a eles atribuído no Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis Em Ações, Com Garantia Real, Para Distribuição Pública, Com Esforços Restritos De Colocação, Da Celulose Irani S.A., firmado entre Celulose Irani S.A. ("Emissora"), Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Agente Fiduciário"), Irani Participações S.A. ("Irani Participações") e Irani Trading S.A. ("Irani Trading"), em 12 e março de 2010, conforme aditada em 24 de março de 2010 ("Escritura de Emissão"). Em 11/04/11 foi celebrado o 2º aditamento à Escritura de emissão de debêntures com alteração na redação do item (xxviii) da Cláusula 4.11.1 relativamente a repactuação da obrigação financeira da Companhia, especificamente no tocante à relação entre o EBITDA dos últimos 12 meses e a despesa líquida dos últimos 12 meses (conforme definidos na escritura) a fim de refletir a deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas de 06.04.2011.

Valor mobiliário

Identificação do valor mobiliário

Data de emissão

Data de vencimento

Quantidade (Unidades)

Valor total (Reais)

Restrição a circulação

Debêntures

Debêntures simples, nominativa, de série única, espécie subordinada, não conversíveis em ações

19/08/2010

19/08/2015

40

40.000.000,00

Sim

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Descrição da restrição	A emissão das Debêntures da 1º Emissão Privada não foi objeto de registro perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), haja vista que as Debêntures da 1º Emissão Privada foram objeto de colocação privada, sem qualquer esforço de venda perante investidores. As Debêntures da 1º Emissão Privada não foram registradas para negociação no mercado secundário. A colocação das Debêntures da 1º Emissão Privada foi privada, mediante subscrição total e exclusiva pela Irani Trading S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, na Rua General João Manoel, 157, 9º andar, CNPJ 89.612.337/0001-63 controlada pela Companhia.
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Companhia poderá, a qualquer momento após a Data de Emissão, promover o resgate antecipado, parcial ou total, das Debêntures da 1º Emissão Privada, mediante o envio da comunicação à Irani Trading S.A., com antecedência mínima de 1 (um) dia útil da data do resgate antecipado facultativo, informando a Data do Resgate e o procedimento de resgate ("Comunicação de Resgate"). Na Comunicação de Resgate deverá constar (i) a Data de Resgate e (ii) o Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da 1º Emissão Privada, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados pro rata temporis desde a Data de Integralização até a data de resgate. Não haverá qualquer prêmio de reembolso ou outro pagamento no caso de resgate antecipado das Debêntures da 1º Emissão Privada.
Características dos valores mobiliários	Para todos os efeitos legais, a data de vencimento final das Debêntures da 1ª Emissão Privada é no 1º dia útil do 60º (sexagésimo) mês após a data de emissão. Na data de vencimento, a Companhia efetuará o valor integral do principal das Debêntures da 1ª Emissão Privada juntamente com os Juros Remuneratórios devidos. As hipóteses de vencimento antecipado são: a) descumprimento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura de Emissão, não sanada no prazo de 10 (dez) dias úteis de seu vencimento; b) descumprimento, pela Companhia, de qualquer obrigação não pecuniária relacionada às Debêntures da 1ª Emissão Privada estabelecida na Escritura de Emissão, não sanada no prazo de 20 (vinte) dias úteis da notificação por escrito; do referido descumprimento, pela Irani Trading, salvo se tal descumprimento ocorrer de caso fortuito ou força maior; c) ausência de veracidade de quaisquer declarações ou garantias prestadas pela Companhia na Escritura de Emissão e a impossibilidade de sua correção no prazo de 20 (vinte) dias úteis da notificação por escrito, do referido descumprimento, pela Irani Trading; d) sentença transitada em julgado prolatada por qualquer juiz ou tribunal declarando a ilegalidade, nulidade ou inexecutibilidade da Escritura de Emissão; e) liquidação, dissolução, cisão ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Companhia, que possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento pela Companhia das obrigações decorrentes da Escritura de Emissão, observado o disposto no Art. 231 da Lei das Sociedades por Ações; f) transformação da Companhia em sociedade limitada, nos termos dos arts. 220 e 222 da Lei das Sociedades por Ações; g) requerimento de recuperação judicial ou extrajudicial, pedido de autofalência ou declaração de falência ou, ainda, qualquer procedimento similar que venha a ser criado por lei, requerido ou decretado contra a Companhia; e h) vencimento antecipado do Contrato de Locação firmado entre a Companhia e Irani Trading S.A. em 20 de outubro de 2009, conforme aditado. Garantia: Não há Na ausência de garantia, se o crédito é quirografário ou subordinado: Subordinado Eventuais restrições impostas ao emissor: Não há Agente fiduciário: Não há.

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários

Não há condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários.

Juros: O Valor Nominal Unitário será atualizado anualmente pela variação do IPCA, a partir da Data de Emissão, calculada de forma pro rata temporis por dias úteis até a Data de Vencimento. As Debêntures da 1º Emissão Privada renderão juros pré-fixados de 6% ao ano, base 252 dias úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário atualizado nos termos do parágrafo acima, a partir da data da efetiva subscrição e integralização até a data de liquidação integral das Debêntures da 1º Emissão Privada, calculados em regime de juros simples, com capitalização anual. Os juros remuneratórios serão exigíveis em um único pagamento na Data de Vencimento. A Companhia pagará pro rata temporis o Valor Nominal Unitário atualizado e os Juros Remuneratórios devidos até o dia do efetivo pagamento, nas hipóteses de vencimento ou resgate antecipado das Debêntures da 1º Emissão Privada. Não há repactuação programada para as Debêntures da 1º Emissão Privada, sendo prevista a possibilidade de resgate antecipado nas condições antes mencionadas.

Outras características relevantes

As Debêntures da 1º Emissão Privada serão amortizadas em uma única parcela na data de vencimento indicada acima, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido dos Juros Remuneratórios, ou antecipadamente caso seja declarado seu vencimento antecipado nos termos acima.

Termos nesta seção iniciados com letra maiúscula, mas não definidos de forma diversa, terão o mesmo significado a eles atribuído no Instrumento Particular de Escritura da 1º Emissão Privada de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Celulose Irani S.A., firmado entre a Companhia e Irani Trading S.A., em 20 de julho de 2010 ("Escritura de Emissão").

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

18.6. Indicar os mercados brasileiros nos quais valores mobiliários do emissor são admitidos à negociação

Bolsa de valores (BM&F BOVESPA) e BALCÃO ORGANIZADO (CETIP)

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

A Companhia não mantém valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor**18.8. Descrever as ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor**

A Brazilian Securities (Securitizadora) realizou em 2009 uma oferta pública de Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI, lastreados em créditos imobiliários da controlada Irani Trading a qual não foi concluída devido às condições do mercado. Desta forma requereu-se o cancelamento da oferta que foi deferido em 02 de março de 2010.

A Companhia realizou oferta pública de debêntures com esforços restritos de colocação nos termos da Instrução CVM 476 no montante de R\$ 100 milhões os quais foram integralizados no dia 12/04/2010. Os recursos estão sendo utilizados integralmente para refinanciamento da dívida com vencimento no ano de 2010. Não houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e a proposta divulgada.

18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros**18.9. Descrever as ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiro**

A Companhia não realizou ofertas públicas de aquisição relativas a ações de emissão de terceiro nos últimos três exercícios sociais.

18.10 - Outras informações relevantes

18.10. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes foram divulgadas acima.

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Data delib.	Período recomp.	Reservas e lucros disp. (Reais)	Espécie	Classe	Qtde. prevista (Unidades)	% rel. circ.	Qtde. adquirida aprovadas (Unidades)	PMP	Fator de cotação	% adquirido
Outras caracter.										
24/11/2010	24/11/2010 à 23/11/2011	37.736.000,00	Ordinária		62.356	9,170000	7.900	25,17	R\$ por Unidade	12,670000
			Preferencial		18.646	10,000000	1.200	25,00	R\$ por Unidade	6,430000
As operações para aquisição das ações serão realizadas com a intermediação das seguintes instituições financeiras: Santander Corretora de Câmbio e Valor Mobiliários S.A., com sede na cidade de São Paulo (SP), na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 2.235 – 24º andar e Itaú Corretora de Valores S.A., com sede na cidade de São Paulo (SP), na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.400 – 10º andar CEP 04538-132.										

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria**Exercício social 31/12/2010****Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários		
Ordinária				
Movimentação		Quantidade (Unidades)	Valor total (Reais)	Preço médio ponderado (Reais)
Saldo inicial		5.602	79.995,88	14,28
Aquisição		7.900	198.847,00	25,17
Alienação		0	0,00	0,00
Cancelamento		0	0,00	0,00
Saldo final		13.502	278.842,88	20,65
Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários		
Preferencial				
Movimentação		Quantidade (Unidades)	Valor total (Reais)	Preço médio ponderado (Reais)
Saldo inicial		0	0,00	0,00
Aquisição		1.200	30.000,00	25,00
Alienação		0	0,00	0,00
Cancelamento		0	0,00	0,00
Saldo final		1.200	30.000,00	25,00

Exercício social 31/12/2009**Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários		
Ordinária				
Movimentação		Quantidade (Unidades)	Valor total (Reais)	Preço médio ponderado (Reais)
Saldo inicial		3.081	43.996,00	14,28
Aquisição		2.521	35.999,88	14,28
Alienação		0	0,00	0,00
Cancelamento		0	0,00	0,00
Saldo final		5.602	79.995,88	14,28

Exercício social 31/12/2008**Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários		
Ordinária				
Movimentação		Quantidade (Unidades)	Valor total (Reais)	Preço médio ponderado (Reais)
Saldo inicial		22.500	321.300,00	14,28
Aquisição		3.081	43.996,00	14,28
Alienação		22.500	321.300,00	14,28

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria

Cancelamento	0	0,00	0,00
Saldo final	3.081	43.996,00	14,28

19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social

Valor mobiliário Ações

		Descrição dos valores mobiliários	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição	Fator de cotação	Data aquisição	Relação ações em circulação (%)
Espécie ação	Classe ação						(%)
Ordinária			3.081	14,28	R\$ por Unidade	31/12/2008	0,040000
Ordinária			2.521	14,28	R\$ por Unidade	14/09/2009	0,030000
Ordinária			7.200	25,00	R\$ por Unidade	03/12/2010	1,060000
Ordinária			700	26,92	R\$ por Unidade	15/12/2010	0,100000
Preferencial			1.200	25,00	R\$ por Unidade	03/12/2010	0,650000

19.4 - Outras informações relevantes

19.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações já foram fornecidas.

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Data aprovação 22/07/2002

Cargo e/ou função A Companhia por deliberação do Conselho de Administração aprovou política de negociação das ações de sua emissão envolvendo: acionistas controladores, diretos ou indiretos, diretores, membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária.

Principais características

Entre as principais características podemos citar:

- Todas as negociações por parte da própria Companhia e pelas pessoas acima somente serão realizadas com a intermediação de Corretoras.
- A política de negociação não poderá ser aprovada ou alterada na pendência de ato ou fato relevante ainda não divulgado e deverá contar necessariamente com a adesão expressa dos acionistas controladores (diretos ou indiretos), diretores, membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas e deliberativas.

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização A Política de Negociação de Valores Mobiliários da Companhia inclui a vedação de negociações, no mínimo, no período de 15 (quinze) dias anterior à divulgação das informações trimestrais (ITR) e anuais (DFP).

20.2 - Outras informações relevantes

20.2. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes já foram informadas acima.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

21.1. Descrever normas, regimentos ou procedimentos internos adotados pelo emissor para assegurar que as informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva,

21.2. Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante adotada pelo emissor, indicando os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas e

21.3. Informar os administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

A Política de Divulgação e Uso de Informações de Ato ou Fato Relevante foi aprovada pelo Conselho de Administração em 22 de Julho de 2002, seguindo a Instrução CVM nº 358/02. A responsabilidade de divulgar e comunicar à CVM e, se for o caso, à bolsa de valores e entidade do mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários de emissão da Companhia sejam admitidos à negociação, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos seus negócios, bem como zelar por sua ampla e imediata disseminação em todos os mercados é atribuída ao Diretor de Relações com Investidores. Todos os acionistas controladores, diretores, membros do conselho de administração e de quaisquer outros órgãos com funções técnicas ou consultivas deverão comunicar qualquer ato ou fato relevante de que tenham conhecimento ao Diretor de Relações com Investidores, que promoverá sua divulgação. O Diretor de Relações com Investidores deverá divulgar simultaneamente ao mercado ato ou fato relevante através da publicação nos jornais de grande circulação utilizados habitualmente pela Companhia, podendo ser feita de forma resumida com indicação dos endereços na rede mundial de computadores (Internet) em teor no mínimo idêntico àquele remetido à CVM, bolsa de valores ou balcão organizado. A divulgação de ato ou fato relevante deverá ocorrer, sempre que possível, antes do início ou após o encerramento dos negócios nas bolsas de valores e entidades do mercado de balcão organizado nos quais os valores mobiliários são admitidos à negociação.

É dever das pessoas enumeradas acima guardar sigilo das informações relativas a ato ou fato relevante as quais tenham acesso privilegiado em razão do cargo ou posição que ocupam, até sua divulgação ao mercado, bem como zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento. É de responsabilidade dos Diretores, membros do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal e de outros órgãos com funções técnicas ou consultivas, informar à Companhia a titularidade de valores mobiliários de emissão da Companhia bem como alterações em suas posições, seja em nome próprio, do cônjuge e qualquer dependente e de sociedades controladas direta ou indiretamente.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

21.1. Descrever normas, regimentos ou procedimentos internos adotados pelo emissor para assegurar que as informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva,

21.2. Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante adotada pelo emissor, indicando os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas e

21.3. Informar os administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

A Política de Divulgação e Uso de Informações de Ato ou Fato Relevante foi aprovada pelo Conselho de Administração em 22 de Julho de 2002, seguindo a Instrução CVM nº 358/02. A responsabilidade de divulgar e comunicar à CVM e, se for o caso, à bolsa de valores e entidade do mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários de emissão da Companhia sejam admitidos à negociação, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos seus negócios, bem como zelar por sua ampla e imediata disseminação em todos os mercados é atribuída ao Diretor de Relações com Investidores. Todos os acionistas controladores, diretores, membros do conselho de administração e de quaisquer outros órgãos com funções técnicas ou consultivas deverão comunicar qualquer ato ou fato relevante de que tenham conhecimento ao Diretor de Relações com Investidores, que promoverá sua divulgação. O Diretor de Relações com Investidores deverá divulgar simultaneamente ao mercado ato ou fato relevante através da publicação nos jornais de grande circulação utilizados habitualmente pela Companhia, podendo ser feita de forma resumida com indicação dos endereços na rede mundial de computadores (Internet) em teor no mínimo idêntico àquele remetido à CVM, bolsa de valores ou balcão organizado. A divulgação de ato ou fato relevante deverá ocorrer, sempre que possível, antes do início ou após o encerramento dos negócios nas bolsas de valores e entidades do mercado de balcão organizado nos quais os valores mobiliários são admitidos à negociação.

É dever das pessoas enumeradas acima guardar sigilo das informações relativas a ato ou fato relevante as quais tenham acesso privilegiado em razão do cargo ou posição que ocupam, até sua divulgação ao mercado, bem como zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento. É de responsabilidade dos Diretores, membros do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal e de outros órgãos com funções técnicas ou consultivas, informar à Companhia a titularidade de valores mobiliários de emissão da Companhia bem como alterações em suas posições, seja em nome próprio, do cônjuge e qualquer dependente e de sociedades controladas direta ou indiretamente.

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

21.1. Descrever normas, regimentos ou procedimentos internos adotados pelo emissor para assegurar que as informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva,

21.2. Descrever a política de divulgação de ato ou fato relevante adotada pelo emissor, indicando os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas e

21.3. Informar os administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

A Política de Divulgação e Uso de Informações de Ato ou Fato Relevante foi aprovada pelo Conselho de Administração em 22 de Julho de 2002, seguindo a Instrução CVM nº 358/02. A responsabilidade de divulgar e comunicar à CVM e, se for o caso, à bolsa de valores e entidade do mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários de emissão da Companhia sejam admitidos à negociação, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos seus negócios, bem como zelar por sua ampla e imediata disseminação em todos os mercados é atribuída ao Diretor de Relações com Investidores. Todos os acionistas controladores, diretores, membros do conselho de administração e de quaisquer outros órgãos com funções técnicas ou consultivas deverão comunicar qualquer ato ou fato relevante de que tenham conhecimento ao Diretor de Relações com Investidores, que promoverá sua divulgação. O Diretor de Relações com Investidores deverá divulgar simultaneamente ao mercado ato ou fato relevante através da publicação nos jornais de grande circulação utilizados habitualmente pela Companhia, podendo ser feita de forma resumida com indicação dos endereços na rede mundial de computadores (Internet) em teor no mínimo idêntico àquele remetido à CVM, bolsa de valores ou balcão organizado. A divulgação de ato ou fato relevante deverá ocorrer, sempre que possível, antes do início ou após o encerramento dos negócios nas bolsas de valores e entidades do mercado de balcão organizado nos quais os valores mobiliários são admitidos à negociação.

É dever das pessoas enumeradas acima guardar sigilo das informações relativas a ato ou fato relevante as quais tenham acesso privilegiado em razão do cargo ou posição que ocupam, até sua divulgação ao mercado, bem como zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento. É de responsabilidade dos Diretores, membros do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal e de outros órgãos com funções técnicas ou consultivas, informar à Companhia a titularidade de valores mobiliários de emissão da Companhia bem como alterações em suas posições, seja em nome próprio, do cônjuge e qualquer dependente e de sociedades controladas direta ou indiretamente.

21.4 - Outras informações relevantes

21.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes já foram divulgadas acima.

22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

22.1. Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

Não há.

22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

22.2. Indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não há.

22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

22.3. Identificar os contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não há.

22.4 - Outras informações relevantes

22.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há.